



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 80

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 25 de Novembro de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila* (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado José Lima) *e Cláudio Lopes* (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Pedro Costa)

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 15 horas e 15 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para a Agenda da Reunião com a continuação da discussão e aprovação da proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010, referente ao Plano Regional Anual da RAA para 2011 e da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010, referente ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011.**

Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Isabel Rodrigues (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), António Pedro Costa (*PSD*), Mário Moniz (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), José Gaspar Lima (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*) e o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Para as intervenções finais usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

No debate na especialidade sobre a proposta de **Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010, referente ao Plano Regional Anual da RAA para 2011**, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Cláudio Almeida (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), António Marinho (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Guilherme Nunes (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), José Rego (*PS*), José Ávila (*PS*), João Costa (*PSD*), Paula Bettencourt (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Mark Marques (*PSD*), Carla Bretão (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Cláudio Lopes (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*), Hernâni Jorge (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e José San-Bento (*PS*), tendo ainda usado da palavra para um protesto o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*).

Submetido à votação, o Plano Anual Regional para 2011 foi aprovado por maioria.

No debate na especialidade sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010 referente ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2011**, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), António Marinho (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*) e no seguimento do protesto apresentado pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), usou da palavra, para um contra-protesto, o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estevão (*PPM*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*).

Foram ainda aprovados por unanimidade os três relatórios da CAPAT inscritos na Agenda da Reunião:

- **Pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha, do Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão, nos autos de acção de processo n.º 59/10.2TBSCF, que corre termos no Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores;**

- **Pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha, do Deputado José Gaspar Rosa de Lima, nos autos de acção de processo inquérito n.º 319/10.2TAAGH, que corre termos no Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo;**

- **Pedido de autorização para prestação de depoimento, na qualidade de testemunha, da Deputada Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues, nos autos de acção de processo ordinário n.º 268/09.7TBPDL, que corre termos no Tribunal Judicial de Ponta Delgada.**

Apresentado pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, foi ainda aprovado por unanimidade, o relatório da CAPAT, referente à verificação de poderes do Deputado José Francisco Salvador Fernandes, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Por fim, foi aprovada por unanimidade, a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o Plenário do mês de Novembro.**

Os trabalhos terminaram às 04 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos reiniciar, Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos. Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No espaço de um ano, a Ilha das Flores cai de sexta receptora de investimento público para oitava, com uma diminuição que ronda os dois milhões e meio de Euros.

Naturalmente que o volume de investimento não pode manter-se nos mesmos patamares porque há necessidades que vão sendo colmatadas ano após ano com a conclusão de diversos empreendimentos.

Assim foi nas Flores, assim é nas demais ilhas da nossa Região. O Governo Regional vai executando o seu programa e os seus compromissos perante os Açorianos e os Florentinos não são excepção. É esta a função e a obrigação do Executivo, este ou qualquer outro, perante os cidadãos.

Os Açorianos conferiram um mandato legítimo ao Partido Socialista para que exercesse a responsabilidade da governação e executasse os compromissos por si assumidos perante os eleitores.

Mas conferiram também a outros a tarefa de fiscalizar a acção governativa, a satisfação dos compromissos sufragados e propor melhorias que resultem em favor dos Açorianos.

É esta a nossa postura, é esta a forma como vemos as funções que nos estão cometidas. Respeitamos democraticamente a vontade expressa pelos Açorianos e

exercemos o nosso mandato com humildade, mas com frontalidade, denúncia e crítica quando estas se impõem, interpretando o papel que estamos convictos de ser o nosso e respeitando o papel dos demais intérpretes no exercício de cargos públicos.

Uns existem para executar. A outros compete fiscalizar e propor.

Sr. Presidente;

Sras. e Srs. Deputados;

No concernente à Ilha das Flores, já o fizemos em diversas ocasiões, congratulamo-nos com um conjunto de investimentos que têm vindo a ser executados ou estão em fase de execução ou adjudicação, mas mantendo-nos sempre vigilantes.

Não somos alheios aos importantes investimentos de continuidade que neste plano coabitam com novos investimentos, muitos deles objecto da nossa intervenção política nos últimos dois anos através dos mecanismos regimentais ao nosso dispor.

Manda a honestidade política que reconheçamos e destaquemos a relevância, entre outros, da construção do Centro de Processamento de Resíduos que resultará em breve na eliminação das escandalosas lixeiras a céu aberto que mancham uma ilha que é Reserva da Biosfera da UNESCO, luta nossa há mais de uma década nas esferas políticas local e regional; da criação do Parque Natural da ilha; a reabilitação do troço de rede viária regional entre o Alto da Matosa e a recta das Lajes que há muito se impunha...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Nem todos, obviamente que nem todos. Vai-se arranjar o que não está mal?

O Orador: ...a construção da sala de desmancha e requalificação do matadouro das Flores que, finalmente, após anos de promessas goradas, está em fase de execução; o arranque do Loteamento da Terça, fulcral na resolução de problemas habitacionais e sociais notórios na ilha mais Ocidental do arquipélago; e o porto das Lajes que será intervencionado num investimento vultuoso de forma a melhorar a sua segurança e operacionalidade.

A única coisa que temos a apontar nos casos relevados é que todos estes investimentos pecam por extraordinariamente tardios porque há muito se impunham!

Apetece a propósito citar um governante da nossa Região que afirmou na recente visita estatutária: “*Chegou a hora das Flores!*” Como que diz... FINALMENTE chegou a hora das Flores... Esta frase é bem elucidativa da forma como o Governo Regional olha para a Ilha das Flores... Serve-se, depois de se assegurar que todos os demais estão servidos... Porém, mais vale tarde do que nunca!

Da mesma forma que temos a honestidade política de reconhecer estes e outros avanços, temos a legítima convicção de que para muitos deles contribuímos com as nossas intervenções, os nossos requerimentos e com as nossas propostas, que resultam do exercício da nossa função fiscalizadora, mas construtiva.

Sr. Presidente;

Sras. e Srs. Deputados;

Com a mesma frontalidade com que assumimos os méritos governativos, colocámos o dedo na ferida do incumprimento quando tal se impõe.

O Posto de Saúde das Lajes das Flores – Existe? Já existia antes de 2008? A resposta é afirmativa a ambas as questões. Existe num espaço físico adequado e de boas dimensões.

Porém, é escasso em equipamentos e nos recursos humanos que lhe estão adstritos. Limita-se à presença dum enfermeiro por algumas horas nesta vila Açoriana, o que é manifestamente pouco. Aspectos tão simples como a possibilidade dos residentes no Concelho mais Ocidental da Europa poderem fazer as recolhas para efeitos de análises na sua sede de concelho, à semelhança do que acontece em todos os outros nesta Região, ou a existência de um consultório de medicina dentária com deslocação semanal dum profissional da área, são exemplos de aspectos que não implicam um sobrecusto exorbitante e confeririam uma muito maior comodidade aos residentes, particularmente aos idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida.

Já para não falar dos custos acrescidos pelas deslocações em transporte público para e de Santa Cruz para efectuar qualquer destas coisas de que qualquer outro Açoriano dispõe naturalmente na sua sede de Concelho.

Assim, não havendo intenção expressa do Partido Socialista, pela mão do Governo que suporta, de concretizar este compromisso, carece de explicação cabal porque de facto consta do vosso manifesto eleitoral este enigma...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Somente, para ver se o Sr. Deputado estava atento...

O Orador: ...“*Posto de Saúde das Lajes das Flores*”...O que pretendiam exactamente se o que se vê é exactamente igual ao que se via então?

Outro compromisso do Partido Socialista e do Governo que parece chutado para as calendas Gregas é a requalificação do Porto das Poças e a terceira fase da protecção da orla costeira de Santa Cruz das Flores.

São compromissos que transitam da Legislatura anterior e que correm o risco de nem nesta serem concretizados. Mas são tão urgentes como necessários e resultam dum erro grosseiro de planeamento que começou com dois projectos alternativos, dos quais foi seleccionado um que foi apresentado com pompa e circunstância, por coincidência, em pleno período de campanha autárquica, e depois remetido novamente para mais estudos laboratoriais. Isto há mais de um ano... Não será para 2011, pois não consta do Plano e não está dotado orçamentalmente. Impõem-se pois que o Governo Regional assuma claramente perante os Florentinos o ponto da situação e, mais importante, se tem condições de avançar com este empreendimento em 2012 ...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: ... ou se entrará em incumprimento, gorando as suas mais do que legítimas expectativas.

Sr. Presidente;

Sras. e Srs. Deputados;

Sr. Presidente do Governo;

Sras. e Srs. Membros do Governo;

Manda novamente a honestidade intelectual que afirme nesta tribuna que o Partido Socialista não tem nenhum compromisso plasmado de dotação da Ilha das Flores numa Pousada da Juventude.

Mas é também verdade que o Senhor Secretário da Presidência afirmou em sede de audição que antecedeu o Plano e Orçamento para o corrente ano de 2010 a intenção do Governo Regional de levar a cabo esta concretização, protocolando de forma transitória com os hoteleiros locais enquanto tal não sucedesse. Sem o desmentir cabalmente aqui na terça-feira, fez um exercício extraordinário, senão inédito!

A meio duma Legislatura assumiu um compromisso para a Legislatura seguinte, em que não se sabe, porque não temos uma bola de cristal e não fazemos futurologia, quem governará esta Região. O mandato de todos os aqui presentes expira em 2012 e tudo o que se afirmar além disto é uma lamentável manobra de ilusionismo político.

Agora factos concretos...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Temos de ter visão de futuro! Temos de olhar para a frente!

O Orador: O Senhor Secretário da Presidência usou terça-feira nesta tribuna a expressão “Rede de Pousadas”. O Senhor Presidente do Governo, no site da Direcção Regional da Juventude, num texto em que fala da aposta na mobilidade juvenil, vai mais longe... Chama-lhe “Rede Regional”...

Com toda a frontalidade, chamar “regional” a algo que não se assume querer ver implementado em todas as ilhas, ou pelo menos nos três grupos é manifestamente abusivo.

É uma rede manca que se insere numa lógica de promoção da mobilidade juvenil em apenas dois dos três grupos que compõem esta Região!

Não sabemos se esta pousada virtual é o ovo ou a galinha... Mas de que a criação desta valência deve anteceder uma procura juvenil que não é, para já, significativa, disso não temos dúvidas! Compete ao Governo Regional criar condições para que a procura aumente e não aferir se a procura justifica o empreendimento porque esta não é mensurável por via da ausência da valência...

Isto porque a distância a que fica o Grupo Ocidental penaliza...

A falta de condições logísticas dissuade e inibe qualquer trajeito de fluxos de mobilidade juvenil...

É pois uma questão de visão estratégica verdadeiramente regional do Partido Socialista e do Governo, ou, neste caso, de falta dela...

É caso para dizer que neste aspecto, lamentavelmente, “NÃO chegou a hora das Flores!”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não aprovado!

(Aplausos da bancada dos Deputados do CDS/PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Rosa, o respeito e a consideração que me merece, levaram-me a que tivesse o máximo de atenção nas palavras que nos trouxe naquela tribuna.

Muito rapidamente, digo-lhe que registei por um lado, o aspecto sério e construtivo da sua intervenção. Vossa excelência reconhece que há uma justificação pelo facto de haver uma redução nas verbas inscritas no Plano deste ano, porque não se podem fazer duas escolas nas Lajes, não se podem fazer dois ginásios em Santa Cruz, não se podem fazer dois centros de resíduos (ou não se devem) e não se podem construir dois núcleos de recreio nas Lajes. E portanto a redução; se só consideramos estas obras que estão em fase de conclusão, é óbvio que se encontra o dinheiro que é o diferencial. Numa ilha maior estas coisas diluem-se porque há outras iniciativas, nas ilhas pequenas há estas flutuações, que umas vezes disparam, quase para terceiro lugar, e no outro ano vêm para aquilo que é a capitação e a média normal.

Portanto, nesse aspecto vossa excelência teve uma abordagem séria e eu registo isso, porque poderia ter sido demagógico e dizer que nós tínhamos entrado na

catástrofe, que íamos ser sujeitos à fome e à miséria. Mas eu registo pela diferença. É óbvio, Sr. Deputado, que também há um outro aspecto em que vossa excelência puxa um bocadito, só um bocadito, como diria a Sra. Deputada, “*a little bit*”, para a demagogia.

(Risos e vozes da Câmara)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Unbelievable!*

O Orador: E é quando obviamente, por exemplo, se preocupa imenso, vossa excelência de repente descobriu a enorme necessidade da reinstalação - que é o que nós falamos no nosso manifesto – do Posto de Saúde das Lajes.

Só que esta, digamos, é uma preocupação que vem por arrasto. Vossa excelência em 2008 não tinha essa preocupação, ou se a tinha, ela não foi plasmada no seu manifesto eleitoral e portanto, digamos que, é um amor, é um cristão-novo nesta matéria. Tal como também será um pouco cristão-novo, ou aí já é muito cristão-novo, na questão do porto das Lajes, porque relativamente à ampliação do molhe cais e o reordenamento, aliás, uma iniciativa que o PP traduz numa proposta de aumento de verbas em meio milhão de euros, essa iniciativa e essa preocupação também não constam do programa eleitoral...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nem tinham de constar!

O Orador: ...do PP de 2008, o que me leva a dizer, Sr. Deputado, que vossa excelência teve uma parte significativa da sua intervenção que eu registo pela qualidade, mas teve uma tendência, puxou-lhe - como diria o Sr. Secretário da Economia – “o pezinho um bocadinho para o chinelo” a dada altura do campeonato. Quanto a protagonismos só lhe digo uma coisa, como diz o nosso povo, nestas matérias “presunção e água benta, cada qual toma a que quer”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra por um minuto e trinta segundos. É o tempo que resta ao CDS/PP.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Vou ser breve Sr. Presidente, obrigado. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, também com o respeito que me merece, nós não cristalizámos no tempo, nós obviamente evoluímos ao contrário de outros deputados que não sendo cristãos novos, sendo cristãos velhos, cristalizam, estagnam.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Vou apenas responder-lhe em relação a um dos aspectos que levantou e que se prende com o Posto de Saúde das Lajes. É um facto, Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, que o Posto de Saúde das Lajes das Flores não está plasmado no nosso manifesto eleitoral. Nós sabemos disso, mas nós somos oposição, Sr. Deputado. O PS é Governo. Está plasmado no seu manifesto eleitoral...

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e a nós cumpre-nos fiscalizar o que o Governo, que o senhor e os seus camaradas de bancada suportam, faz ou deixa de fazer, se cumpre ou não cumpre com os seus compromissos que assumiu perante os açorianos, neste caso, os florentinos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP e do Deputado Jorge Macedo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, tem a palavra.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu respeito que já não tem tempo e só lhe quero deixar esta nota. Estamos a meio de uma Legislatura até 2012, haja saúde e haja vontade e cá estaremos para conversar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Creio não haver mais inscrições para o debate. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à intervenção seguinte. Tem a palavra para tal o Sr. Secretário do Ambiente e do Mar.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cabe-me hoje apresentar as propostas de Orçamento e Plano para as áreas da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Na sequência, e em congruência com aquilo que tem sido o planeamento feito ao longo dos últimos anos, e aquilo que está plasmado no programa do Governo, na área do Ambiente, os investimentos e as acções que, enfim, o justificam estão organizadas em torno de quatro eixos fundamentais: as questões relacionadas com o saneamento, no sentido clássico do termo, ou seja, a prestação dos serviços ambientais e a garantia da qualidade ambiental no que respeita às águas para consumo humano e para utilização económica, ora as questões das águas residuais e as questões dos resíduos; as questões da conservação da natureza, com destaque para as questões da biodiversidade e a estruturação dos parques naturais de ilha e a criação, também, de uma nova estrutura de valorização da geodiversidade do arquipélago e de protecção da sua paisagem; as questões do ordenamento do território e as questões de promoção e educação ambiental.

Nestes quatro eixos fundamentais, o primeiro, o eixo do saneamento, é aquele que tem a maior dotação. Cerca de 50% do total da proposta de investimento destina-se a ser canalizado para esta área, com destaque para a área dos resíduos. De facto, as questões dos resíduos são, no arquipélago, o nosso principal problema ambiental e é aquele que merece um investimento maior. Estamos a partir de uma situação que não é melhor do ponto de vista da gestão global dos resíduos, embora tenhamos feito grandes progressos nos últimos anos. Nesta altura, a Região já exporta cerca de uma dezena de milhar de toneladas anualmente de resíduos para o exterior, mas ainda estamos longe de atingir as metas que estão estabelecidas, quer pelo próprio Governo, quer também em termos dos nossos compromissos europeus. De facto, a Directiva Aterros, que terá que ser também aplicada na Região, impõe um conjunto de metas muito apertadas para a próxima década, em termos da redução dos materiais que vão a aterro. Ou seja, teremos que reduzir em cerca de 75% os materiais que depositamos em aterro, o que obviamente só pode ser conseguido se

criarmos um sistema de destino final para os resíduos, que permita o seu encaminhamento para o exterior ou a sua valorização no interior da Região, nos casos em que tal seja possível. É esse o objectivo do Governo Regional e é para esse objectivo que se destina a maior parte da dotação orçamental que está no Plano da Secretaria do Ambiente para o ano de 2011.

As outras duas áreas de responsabilidade, a área das águas residuais e a área das águas para abastecimento humano e para outras utilizações económicas, são áreas em que a maior parte das responsabilidades são de natureza autárquica, porque a maior parte das propriedades são municipais. Ainda assim a Região terá que fazer um conjunto de investimentos, particularmente na área da protecção das origens da água, e é para esse fim que se destinam as verbas que estão orçamentadas.

Na segunda área, na área da conservação da natureza, a questão fundamental e os grandes desafios que se colocam são essencialmente a estruturação dos parques naturais de ilha, em que os três últimos parques que ainda faltavam criar, do ponto de vista legal, neste momento, os diplomas que os criam, estão presentes a esta Assembleia, na Comissão respectiva. E por outro lado, as questões de conservação da diversidade que se prendem com o combate às invasões biológicas, já que a nossa Região, dadas as características do seu clima, a amenidade e a riqueza dos seus solos, é extremamente vulnerável a invasões. E de facto, nesta altura, a perda de biodiversidade nos Açores já não resulta tanto do desbravamento de novos terrenos, ou da acção directa humana, mas sim das invasões biológicas, com destaque para um conjunto que, embora restrito de espécies vegetais, têm hoje um impacto muito substancial sobre a conservação da natureza no arquipélago. Portanto, as dotações fundamentais nesta área destinam-se à estruturação dos parques e ao combate a essas invasões.

Uma área relativamente nova, e que estamos agora a iniciar, tem a ver com a conservação da paisagem e com a geodiversidade. Os Açores para além, enfim, da beleza paisagística que lhe é reconhecida e que tem sido amplamente premiada, tem também uma diversidade enorme de formações geológicas que vão desde as grutas vulcânicas, até às caldeiras, às crateras. É um conjunto enorme de formações que são extremamente distintivas da nossa Região, que também merecem

protecção. Para isso, está em andamento o processo de criação do geoparque dos Açores, que tentará congregar todas estas áreas, dar-lhe, digamos, uma lógica de visitação e uma lógica de conservação, também com uma visão regional e que tem que ser necessariamente integrada e consequente com a criação dos parques naturais de ilha. Portanto, esta é uma nova área, uma área que também está contemplada do ponto de vista das dotações propostas para o próximo ano.

No outro eixo, no eixo do ordenamento do território, as questões fundamentais são a protecção de pessoas e bens e uma boa utilização, maximização da utilização do nosso território, de forma a contribuir para a protecção da natureza e para os serviços ambientais, nomeadamente, para as questões de protecção dos recursos hídricos. Aqui, os principais investimentos vão para a avaliação dos riscos geológicos, dos riscos hídricos e das questões que têm a ver com a orla costeira e com a protecção de pessoas e bens ao longo da costa e necessariamente também, com as questões de conservação de leitos de cheia, de resolução de problemas de risco em algumas zonas devido à construção demasiado próxima de ribeiras e às questões que têm a ver com a prevenção e com a segurança em relação a movimentos de massa. O Inverno do ano passado foi um Inverno extremamente chuvoso. Levou a que surgissem um conjunto de situações anormais de movimentos de massa que exigem, por um lado, uma monitorização muito próxima, e por outro lado, nalguns casos, medidas de remoção de habitações e de segurança em relação a vias de comunicação, por forma a que não estejam em perigo pessoas e bens.

Complementarmente a estes três eixos, vem o quarto, que tem a ver com a promoção e educação ambiental, já que não é possível ter-se uma política ambiental consequente sem uma adesão dos cidadãos. Para isso, as questões da promoção ambiental, em particular o funcionamento da rede de ecotecas e dos centros de interpretação, estão também aqui dotadas e dando-lhe sempre um carácter complementar com os outros eixos, já que as questões de conservação da natureza e as questões de boa gestão dos resíduos estão necessariamente associadas a campanhas de sensibilização para uma atitude que tem de ser diferente em relação ao ambiente.

Nas outras áreas de responsabilidade da Secretaria, nomeadamente nas questões dos Assuntos do Mar, os investimentos essenciais vão para a gestão costeira. A Região tem vindo progressivamente a assumir um conjunto de responsabilidades alargadas em matéria de gestão do domínio público marítimo, na sequência de um Decreto Legislativo que foi aprovado por esta Câmara já este ano, e de um conjunto de acções que estão a ser feitas, quer em zonas que têm interesse balnear, quer em zonas que são importantes do ponto de vista da protecção civil. Nesse contexto há uma dotação que se destina essencialmente a melhorar a nossa relação com o mar ao longo da costa e naquilo que é a responsabilidade da Região, porque a maior parte das responsabilidades nas zonas balneares também é municipal, é haver também uma atitude diferente em termos de prevenção dos riscos associados à época balnear.

Também nesta zona dos Assuntos do Mar aparece uma dotação destinada à conservação da natureza, voltada essencialmente para a operacionalização do Parque Marinho dos Açores. Dos dez parques previstos para a Região, este é o único em que o Decreto Legislativo que o cria não deu entrada nesta Câmara. Contamos que dê entrada ao longo do primeiro trimestre do ano que vem, e necessariamente há todo um processo que depois terá que ser seguido no sentido de o operacionalizar, e em particular, de assumir as responsabilidades que a Região já tem e que lhe foram agora reconhecidas pela OSPAR em relação a áreas protegidas sitas fora da jurisdição nacional. Ou seja, para além das duzentas milhas e das áreas particularmente de fontes hidrotermais situadas dentro da nossa Zona Económica Exclusiva, que a União Europeia já considerou como sítios de interesse comunitário, e que nós agora temos dois anos para integrar na nossa rede e transformar em zonas especiais de conservação, esse trabalho está associado também à elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, chamado POEMA, que está neste momento já numa fase de contratualização. Já foi aprovada a respectiva comissão de acompanhamento e contamos ao longo dos próximos dois anos ver desenvolvido e aprovado.

Na outra área de responsabilidade da Secretaria, na área da energia, os investimentos vão essencialmente para: a área da promoção da eficiência

energética, essencialmente as questões que têm a ver com o sistema de fiscalização e de acompanhamento da eficiência energética dos edifícios; para as questões de substituição de combustíveis fósseis em ambiente doméstico, um conjunto de acções que estão materializadas no PROENERGIA e num programa que será lançado neste ano, visando especificamente a substituição do gás butano em determinados usos ao nível individual, ou seja, nas nossas próprias casas; a nossa adesão ao programa de mobilidade eléctrica, em que a Região deposita grandes esperanças, já que a pequenez do nosso território transforma os Açores num lugar ideal para a utilização das primeiras legislações de veículos eléctricos, pois o problema da autonomia dos veículos dificilmente se colocará em ambiente insular; e também as questões que têm a ver com a própria eficiência energética quer dos serviços públicos, quer de um conjunto de outras entidades, nomeadamente na área industrial, em que há necessidade de fazer um acompanhamento dos consumos de energia.

Finalmente, a Região também, na semana passada, aderiu ao chamado “R 20”, ou seja, um conjunto de entidades sub-nacionais, a nível internacional, que resolveu juntar-se e criar uma associação visando atingir as metas do chamado “20 20”, ou seja, as metas para 2020 em matéria de energia, o que implica também que nós na Região tenhamos uma atitude mais pró-activa do ponto de vista da promoção da eficiência.

Para terminar, nesta área da energia há um conjunto muito importante de investimentos. Aliás, o grosso dos investimentos na área energética é feito pela EDA ou pelas suas empresas associadas, ou seja, não aparece directamente espelhado no Plano, embora esteja lá mencionado, mas corresponde a um investimento da ordem dos 70 milhões de euros que serão essencialmente voltados para duas áreas: a garantia da segurança energética, com a reformulação das redes de distribuição e com a melhoria de alguns centros electroprodutores, e um investimento muito decisivo na área da produção através de fontes renováveis, essencialmente voltado para o aproveitamento eólico e para o aproveitamento geotérmico.

São pois estas, meus senhores, as linhas principais do Plano da Secretaria do Ambiente para o próximo ano.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Tenho inscritas as Sras. Deputadas Carla Bretão, Isabel Rodrigues, Zuraída Soares, o Sr. Deputado Hernâni Jorge e a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Vamos então dar início ao debate. Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

***Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário não vou aqui dissertar, mesmo porque tenho muito pouco tempo, sobre as baixas taxas de execução de algumas, ou de muitas, das medidas que nesta casa apresentou no ano passado e espero que este ano lhe corra melhor, nem tão pouco elogiá-lo pela sua capacidade de compilação de legislação avulsa. Apenas lhe quero deixar aqui uma preocupação muito séria que temos relativamente aos atrasos e confusões preconizados por vossa excelência no caso da reabilitação da ribeira da freguesia da Aqualva, na ilha Terceira. Faltam cerca de duas semanas para assinalarmos o primeiro aniversário daquela que foi uma terrível tragédia que assolou aquela freguesia. Passados quase doze meses, daquele terrível episódio, que, como todos sabemos, causou grandes prejuízos, inundações em cerca de 100 casas, desalojou cerca de 40 famílias, cortou abastecimento de água, luz e de muitas das vias de circulação, andamos aqui a brincar, aos concursos, aos ajustes e aos cancelamentos de obra.

Tendo o Governo Regional, há muito tempo atrás, alguns meses atrás mesmo, deliberado que existia um perigo eminente, relativamente àquela ribeira, que era prioritária a satisfação do interesse público em causa, nomeadamente o restabelecimento do bem-estar e da segurança das pessoas daquela zona, passado um ano, não sabemos como o Governo Regional irá assegurar esse bem-estar e essa segurança. Não sabemos como o Governo Regional irá assegurar os meios e

tudo o que estiver ao seu alcance para, perante a possibilidade de ocorrência de uma nova violenta intempérie, sossegar aquela população.

Um ano é muito tempo. É mesmo muito tempo. É muito tempo para aquela gente que passou o que passou, que tem receio de passar novamente o que passou e andamos aqui a brincar aos concursos, aos ajustes e às anulações de obra.

Muito obrigada.

Deputados Pedro Gomes e Mark Marques (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem a palavra.

***Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Carla Bretão, com certeza que o Sr. Secretário Regional lhe responderá, até com mais propriedade do que eu, porque é um governante que tem este assunto sob a sua responsabilidade, mas considero que é de mau gosto pegar naquele que foi um acontecimento que, infelizmente não é único na nossa Região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por amor de Deus, a Sra. Deputada não diga isso!

A Oradora: Infelizmente nenhum Governo, nenhuma autarquia pode ter controlo sobre estes fenómenos da natureza...

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas pode prevêê-los?

A Oradora: Não, não pode. Aliás, é de muito mau gosto querer tirar dividendos políticos dessa situação. O Governo fez o que tinha que fazer no imediato, a segurança das pessoas foi salvaguardada, não há ninguém em risco de vida neste momento. O Tribunal de Contas teve um entendimento diferente relativamente a uma das fases da obra que era necessário realizar, são coisas perfeitamente normais.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não foi o Tribunal de Contas, foi o Sr. Secretário. A senhora está mal informada!

A Oradora: O procedimento vai seguir a sua tramitação, e assim como o Governo tem feito noutras circunstâncias, não deixará de estar ao lado das populações, assim como o PS, e não procuramos tirar dividendos políticos das tragédias que assolam a nossa Região.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não as acautelam, o que é muito pior!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra e tem dois minutos e meio.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Ambiente, duas questões apenas. Gestão de resíduos. O que lhe pergunto é: com incineração ou compostagem? Qual é de facto a opção do Governo? Porque a confusão é grande, as notícias são contraditórias e a preocupação aumenta.

Segunda: a alteração do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais. O Plano fala numa alteração a esta legislação que vem de 2007, nós perguntamos qual é o tipo de alteração que o Governo se propõe fazer.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo.

Presidente: Sra. Deputada Bárbara Chaves?

Deputada Bárbara Chaves (PS): Prescindo.

Presidente: Sr. Secretário do Ambiente e do Mar tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Carla Bretão, eu começaria pela parte talvez mais importante da sua intervenção e que tem a ver com as questões de execução, para lhe dizer que a execução em todos os programas não é baixa não senhora, é uma execução muito boa, muito razoável e a Sra. Deputada verá quando surgirem os números de 2010, que estão estarão a surgir num momento próximo. Não se preocupe com a execução, a execução é boa.

Quanto à questão que a Sra. Deputada aqui trouxe em relação à ribeira da Aqualva eu quero dizer-lhe duas coisas muito claras.

Primeira questão: é de muito mau gosto, é de muito mau tom, falar em brincar quando se trata de uma coisa tão séria. Ninguém brincou com coisa nenhuma e é inadmissível o tipo de discurso hipócrita...

Vozes da bancada dos Deputados do PS e Membros do Governo: Muito bem!

Muito bem!

O Orador: ...que a senhora para aqui trouxe, porque foi isso o que a senhora tentou fazer.

É uma hipocrisia ...

Deputado António Toste (PS): E é brincar com as coisas!

Vozes da bancada dos Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...porque a senhora não estava a falar disso, estava a falar de outra coisa e todos nós sabemos do que é que a senhora estava a falar. E é uma pena que não fale com clareza daquilo que quer falar e fale por outro lado, tentando aqui mostrar pessoas que nada têm a ver com isso.

A segunda questão, e é essa que é a questão essencial, neste momento as obras na ribeira de Agualva estão a prosseguir e estão a prosseguir bem, estão à frente daquilo que era a nossa previsão e aquilo que é o essencial da obra, que é a abertura de um novo canal da ribeira, porque é isso que coloca em perigo pessoas e bens. Estão a decorrer com toda a normalidade, como muito bem os habitantes da Agualva o sabem, porque aliás me têm visto lá, com grande regularidade a tratar desse assunto.

A outra questão, a questão do realojamento das pessoas, porque nos restantes troços da ribeira também foi já resolvido em quase 90%, os que falta são questões em que ainda há negociações a decorrer com proprietários, o que é normal, dado que algumas das famílias que lá residiam, preferiam não ter que sair das suas casas, mas obviamente terão que o fazer. Portanto, com o tacto e o tempo necessários, estamos a fazer essa negociação e eu gostava de lhe dizer Sra. Deputada, que pessoalmente visitei as famílias em causa, falei com elas e tenho ido regularmente acompanhando a execução. Neste momento as questões na Agualva estão a ser executadas como deviam ser feitas e a obra está a decorrer como devia.

A questão que a Sra. Deputada aqui quis trazer e que não trouxe, mas que eu quero trazer, tem a ver com uma adjudicação duma obra a uma empresa da qual o meu irmão é sócio. Vamos falar com as letras todas, porque as questões são para se falar com as letras todas e não para andarmos com hipocrisias nem rodeios.

Essa questão, por razões que nada têm a ver ...

Deputado João Costa (PSD): Essa é uma boa questão!

Deputado António Toste (PS): Cala-se aí!

O Orador: ...com a empresa em causa, tem a ver sim, com a parte da obra que está adjudicada a essa empresa. Tem a ver com a remoção de destroços de habitações, tem a ver com melhoria e renaturalização das margens. Não é de facto a parte da obra mais urgente. A parte da obra mais urgente é a abertura do novo canal, por forma a garantir a segurança das pessoas. As casas que vão ser demolidas estão na sua generalidade já vazias, são casas que ou estão em ruínas, ou foram adquiridas pela Região. E portanto, estão lá ainda, mas não está lá ninguém e aquelas que ainda têm gente dentro, as pessoas vão sair quando for feita a aquisição da casa, mas isso em nada depende da respectiva empreitada. A empreitada destinava-se a demolir e retirar essas casas, fazer limpeza e replantar vegetação nas margens. Essa parte da obra vai ser executada rapidamente. O concurso público está neste momento em fase de lançamento, vai ser feita a sua tramitação seguindo os prazos mínimos legais que estão legalmente fixados. A Sra. Deputada pode ter a certeza que a obra ficará feita no tempo que estava previsto, sem qualquer dificuldade. Ninguém brincou com ninguém. A Sra. Deputada brincou com as palavras e brincou com extremo mau gosto.

Muito obrigado.

Deputados José San-Bento e Hernâni Jorge (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Carla Bretão, tem a palavra.

***Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, Sr. Secretário, que não lhe admito que me chame hipócrita, porque quem foi hipócrita ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...em todo este processo foi o Sr. Secretário. E digo-lhe mais. Não pode pôr em causa a nossa preocupação com a segurança daquelas populações, porque desde o primeiro momento em que aquilo aconteceu estive lá e acompanhei muitas das situações.

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Para além disso, passou um ano e já deveria estar praticamente tudo concluído.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada dos Deputados do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, a questão de hipocrisia nada tinha a ver com a sua preocupação com a população da Agualva e que eu sei que é genuína. Não era disso que estava a falar com certeza e a Sra. Deputada percebeu.

Em relação à Sra. Deputada ter estado na Agualva, pois eu não a encontrei lá, mas acredito que tenha lá estado. Não instalámos ainda nenhum mecanismo de picar o ponto à entrada da freguesia.

Deputada Carla Bretão (PSD): Estivemos muitos, estivemos muitos lá!

O Orador: De qualquer maneira, Sra. Deputada, aquilo que gostava de lhe dizer é que a obra está a decorrer, está a decorrer bem, está a ser bem feita, com um belo projecto, um projecto que garante efectivamente segurança àquelas populações. O projecto foi feito, demorou a fazer, porque foi preciso fazê-lo e a obra está a ser executada com toda a segurança. Portanto, Sra. Deputada, as suas preocupações com os agualvenses não são seguramente maiores do que as minhas.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e Membros do Governo)

Presidente: Vou dar novamente a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar. Creio que se esqueceu de alguma coisa. Faça favor.

***Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minhas desculpas em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares, porque no calor da discussão esqueci-me das perguntas que me fez. De maneira que, enfim, pedindo desculpa à Câmara por ter de voltar, assim inopinadamente à palavra, gostava de responder às questões que foram colocadas.

E começaria pela última, que é a resposta mais fácil, a questão das massas minerais. Tem a ver com a compatibilização da legislação das massas minerais com o plano de ordenamento da indústria extractiva que está a ser elaborado. Quando esse plano estiver concluído necessariamente teremos que compatibilizar a regulamentação dessa matéria com esse plano. Portanto, a referência que está feita é uma referência indirecta, porque de facto do que aí se está falar é do plano de ordenamento da indústria extractiva.

Quanto às questões de co-incineração...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode haver incineração?

O Orador: ...nos Açores não podem existir porque não há co-incineração, não pode haver co-incineração, porque não temos indústria cimenteira nem nenhuma outra indústria que tenha este tipo de consumos energéticos e, portanto, co-incineração obviamente está fora das possibilidades, pela simples razão que não existe cá.

Em relação à compostagem estão a ser instalados, em todas as ilhas, centros de valorização por compostagem. A compostagem foi a solução escolhida para a resolução de cerca de metade dos resíduos, portanto a matéria orgânica será feita compostagem.

Em relação aos plásticos e aos outros materiais, não havendo co-incineração, haverá aproveitamento energético, ou seja, é uma tecnologia que tem alguma semelhança com a incineração mas não é incineração...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! Pronto.

O Orador: ...nem co-incineração. E porquê? Porque o conteúdo energético desses materiais é muito bom e não faz qualquer sentido, nem ambiental, nem económico, que estejamos a importar petróleo, ou derivados de petróleo, quando pegamos em derivados de petróleo, que são os plásticos e os pomos num canto qualquer. Mais vale para bem do ambiente, bem da economia e particularmente para bem da boa gestão dos nossos recursos a nível planetário, que façamos aquilo que qualquer sociedade desenvolvida o faz, que é o aproveitamento energético, podendo já, no caso de São Miguel, qualquer coisa como 6 *megawatts* de energia, o que é muito significativo. É mais energia do que algumas das ilhas mais pequenas geram por ano e no caso da Terceira, 2 ou 3 *megawatts*, o que também é muito significativo. Mas não será co-incineração, que tecnicamente não pode existir, porque não há nenhuma instalação de incineração.

Obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais pedidos de esclarecimento. Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte e dou a palavra para tal à Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2002, dez anos depois da assinatura da Convenção sobre Biodiversidade, a Conferência das Partes signatárias adoptou um plano estratégico visando a redução significativa da taxa anual de perda de biodiversidade nos níveis global, nacional e regional.

A terceira edição do Relatório Panorama da Biodiversidade Global, publicado em 2010 pelo Secretariado da Convenção, refere que, apesar de a meta não ter sido atingida a nível global, a sua existência contribuiu para estimular acções de preservação da biodiversidade, muitas das quais registaram resultados significativos e mensuráveis às escalas nacional e regional.

O desenvolvimento de legislação relacionada com a biodiversidade, a ampliação das áreas protegidas em terra e em águas costeiras, o estabelecimento de mecanismos de avaliação de impacto ambiental e a promoção do envolvimento da comunidade na gestão dos recursos biológicos são algumas das acções inspiradas pela luta contra a perda de biodiversidade.

Nos Açores, a conservação da natureza e, conseqüentemente, a preservação e a recuperação da biodiversidade têm merecido uma atenção particular e o desenvolvimento de acções que demonstram, não só que é possível inverter estas perdas como, também, que o desenvolvimento de projectos nesta área de intervenção pode ter impactos significativos na dinâmica social e económica.

Cabe aqui destacar as organizações não governamentais de ambiente e outras associações equiparadas, as quais têm desenvolvido um trabalho de valor inestimável em matéria ambiental, constituindo-se como parceiras não apenas na informação, sensibilização, educação e formação ambientais mas, também, na gestão de ecotecas, centros de interpretação e outros equipamentos, controlo de trilhos e execução de projectos de conservação da natureza.

A sua acção, que conta com o apoio financeiro e empenhado do Governo Regional, tem contribuído decisivamente para o sucesso das políticas ambientais da Região e para o fomento da participação do público nos diversos níveis de intervenção.

O Projecto Life Priôlo, que teve resultados extraordinários ao nível do aumento da população desta espécie de ave e que dinamizou a economia local, quer através da aquisição de bens e serviços ao tecido empresarial, quer através da criação de postos de trabalho, ilustra bem o que acabei de afirmar. No passado mês de Junho, este projecto foi reconhecido como um dos cinco melhores na Europa.

A continuação de acções de erradicação de organismos invasores, que regista em 2011 um aumento de sensivelmente 17% no valor da respectiva dotação, merece igualmente destaque. A invasão por espécies exóticas, ao causar o desaparecimento de espécies e ao gerar perturbação no nosso património natural, é um dos factores que mais contribui para a perda de biodiversidade.

Num contexto marcado pelos efeitos da crise internacional, o Plano Anual Regional para 2011, que o Governo submete à apreciação desta Câmara, mantém a

linha de rumo traçada pelos Planos anteriores e aumenta substancialmente a dotação prevista para a conservação da natureza.

Reconhece-se, assim, não apenas o papel da biodiversidade para a sustentabilidade da vida humana mas, também, o dever de preservar, para as gerações futuras, o extraordinário legado de bens e serviços ambientais que recebemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A prosperidade económica sustentável depende de uma abordagem que garanta a manutenção da base de recursos naturais.

Fenómenos como as alterações climáticas, a já referida perda de biodiversidade, a gestão não sustentável dos recursos hídricos e os impactes da poluição na saúde são desafios ambientais subsistentes que demandam opções de investimento ajustadas à reversão dos seus efeitos adversos.

Uma gestão adequada dos resíduos, baseada na prevenção da sua produção e na recuperação do seu valor, que tenha em conta a protecção dos ecossistemas e da saúde pública, constitui um eixo fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

A política de planeamento e gestão de resíduos da Região assenta na necessidade de proporcionar uma elevada protecção do ambiente e da saúde humana, contribuindo, simultaneamente, para o desenvolvimento social e económico.

A configuração geográfica da nossa Região, marcada pela dispersão e pela distância, exige, na primeira fase de implementação do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, um esforço acrescido na construção de infra-estruturas de base destinadas ao tratamento, valorização ou eliminação de resíduos, que está patente no quadro do Plano Regional Anual para 2011.

Os investimentos em curso, aliados aos programados para o próximo ano dotarão a Região de infra-estruturas fundamentais para a gestão de resíduos, que garantirão a qualidade do serviço e a protecção ambiental adequadas.

Com uma produção de resíduos urbanos anual *per capita* de cerca de 510 kg, os Açores registaram, em 2009, um valor médio de retoma de resíduos de embalagem *per capita* de 42 kg, valor este que se situa 35% acima do valor nacional.

É um número animador mas ainda insuficiente.

A dotação da Região de ecocentros, centros de valorização orgânica por compostagem, centros de triagem e estações de transferência permitirá resultados ainda mais estimulantes.

São investimentos que apelam a uma maior atenção à recolha selectiva por parte das autarquias e que só terão sucesso com o contributo activo da população.

Sabendo que as opções de investimento de hoje determinarão os resultados ambientais futuros, releva-se a prioridade atribuída à gestão de resíduos e à implementação do seu plano regional de gestão que, com uma dotação de 17 milhões de euros, sublinha o papel das políticas ambientais no desenvolvimento da Região.

Este Plano demonstra, ainda, que mesmo num quadro desfavorável e de austeridade, é possível manter estáveis os níveis de investimento público, respondendo aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não sei se há inscrições. Creio que não. Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Já agora aproveito para dizer que estão sendo distribuídas propostas de alteração do PPM. Essas propostas mantêm os reforços que vêm da proposta original, apenas afectam acção a acção a correspondente contrapartida, é apenas isso, e substituem integralmente a anterior.

Sr. Subsecretário Regional tem a palavra.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas para o sector das pescas, que integram o Plano para 2011, comprovam o empenho político do Governo Regional em reforçar o investimento num dos sectores mais tradicionais da nossa economia.

Com esta proposta de investimento pretendemos dar um estímulo à modernização desta actividade produtiva, neste período de instabilidade de mercados, para que a fileira das pescas continue a contribuir, de forma decisiva, para a nossa capacidade exportadora e para o nosso abastecimento alimentar.

A pesca, para além de ser uma das principais actividades de exploração do mar dos Açores, também promove a coesão no nosso arquipélago, ao garantir o sustento de muitas famílias e ao constituir um factor de fixação das nossas comunidades ao longo das diferentes zonas costeiras das nossas ilhas.

A nível europeu, a pesca tem de ser abordada como uma actividade socio-económica que disponibiliza, num mercado globalizado e especulativo, produtos do mar, provenientes de uma actividade extractiva que é praticada num determinado território marítimo, cujos recursos são esgotáveis, e que por isso constituem um património das comunidades costeiras que detêm direitos históricos sobre a sua exploração.

Pelo princípio do desenvolvimento sustentável, tão apregoado pela União Europeia, não deve ser permitida a transferência de embarcações entre diferentes áreas geográficas marinhas sem que exista a garantia de que a sustentabilidade das pescarias e a sustentabilidade das comunidades locais não são postas em causa pelo aumento de esforço de pesca resultante de um aumento do número de embarcações em actividade numa determinada zona marítima, como a ZEE dos Açores.

Com a entrada em funcionamento do regulamento das Águas Ocidentais, a zona de protecção da frota de pesca dos Açores foi reduzida, das 200 para as 100 milhas, com a conivência perniciosa e atitude desleal dos partidos políticos que governavam o nosso País na altura, situação que originou um aumento de esforço de pesca prejudicial à sustentabilidade da nossa ZEE e que não está em concordância com os princípios defendidos na própria política de pescas europeia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Vossa excelência repete sempre o mesmo discurso.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor sabe que está enganado, mas insiste.

O Orador: O Governo dos Açores está certo que o princípio da gestão das pescarias por zonas marinhas distintas, de acordo com as suas características, é o princípio correcto a nível europeu, para que o sector tenha viabilidade económica a longo prazo e se consiga garantir a sustentabilidade das pescarias nas diversas regiões europeias, num quadro de igualdade de oportunidades e de justiça social para as comunidades que dependem exclusivamente dos recursos piscatórios de proximidade para a sua subsistência.

O facto de a Comissão Europeia já ter adoptado a existência de uma região biogeográfica marinha específica para a Macaronésia, que contempla apenas as ZEE dos Açores, da Madeira e das Canárias, não pode deixar de ser considerado um instrumento fundamental de gestão das pescarias desta zona do Atlântico, que vamos utilizar na defesa dos nossos interesses nesta reforma da política comum de pescas.

Por isso, nesta oportunidade que agora se abre no âmbito da revisão da política comum de pescas europeia, continuaremos a defender, com firmeza, na União Europeia, que volte a ser introduzida uma zona de protecção de 200 milhas nos Açores, de forma a garantir os direitos de pesca da nossa frota e das nossas comunidades piscatórias, que permita preservar a nossa economia e, ao mesmo tempo, dar cumprimento aos princípios do desenvolvimento sustentável no Mar dos Açores.

A nível interno, a recente aprovação do quadro legal da pesca açoriana que alargou as nossas competências no âmbito da gestão do mar dos Açores, na formação profissional de marítimos, na nossa frota e suas tripulações, permitirá que iniciemos uma série de ajustamentos necessários para que as actividades em torno da pesca possam estar mais adaptadas às realidades específicas da nossa Região.

Por isso, nesta legislatura, em parceria com as associações do sector, iremos encetar não só um processo de aprofundamento da descentralização da gestão da actividade da pesca e dos procedimentos de licenciamento e de embarque de tripulantes, como vamos agilizar de imediato o processo de certificação de

marítimos, que permitirá garantir a obtenção de cédula marítima a todos aqueles que frequentaram com aproveitamento o curso de pescador.

No que respeita à gestão dos nossos recursos marinhos, as parcerias previstas com o Departamento de Oceanografia e Pescas são fundamentais para conseguirmos ter uma visão científica, credível e independente, do estado dos nossos mananciais pesqueiros, de forma a estabelecermos procedimentos que melhorem o exercício da actividade pesqueira no mar dos Açores e que, ao mesmo tempo, nos garanta argumentação científica consistente para a defesa dos nossos interesses, no seio da União Europeia.

A Inspeção Regional das Pescas, cujo papel interventivo sai reforçado no actual quadro legislativo, passará a deter competências em todo o mar dos Açores, bem como no pessoal embarcado, o que permitirá uniformizar os critérios de fiscalização em toda a Região e facilitar o planeamento conjunto de missões que tenham a intervenção de entidades nacionais que também detêm responsabilidades no controlo das diversas actividades relacionadas com a pesca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo

Ao longo destes anos foram introduzidas mudanças substanciais, nas políticas e no investimento, que transformaram muito o nosso sector das pescas.

Hoje, o patamar de qualidade e a situação do sector, não é comparável com os tempos em que os diversos governos oriundos da actual oposição apenas ligavam para uma dúzia de armadores ligados ao atum.

Longe vão os tempos em que os pescadores não só não tinham apoios quando estava mau tempo, como nem sequer tinham a possibilidade de encontrar uma solução para resolverem o problema da sua falta de rendimentos quando a sua embarcação estava inoperativa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Preocupe-se só com o peixe!

O Orador: Hoje temos um mecanismo de intervenção social de apoio aos pescadores – o FUNDOPESCA – perfeitamente consolidado...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por exemplo, o peixe! Uma redução do peixe!

O Orador: ...e que de cada vez que é activado por questões de intempéries no mar, já abrange mais de 1.500 pescadores.

Longe vão os tempos em que não existia nenhum regime de apoio à pesca artesanal, pelo que os pescadores daquele segmento da frota quando tinham as suas embarcações avariadas não tinham qualquer incentivo financeiro que lhes permitisse recuperá-las.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Preocupe-se só com o peixe!

Deputado Luís Garcia (PSD): E os pescadores? Por que será que se queixam os pescadores, hoje?

O Orador: Hoje temos um regime de apoio à pesca local e costeira, cujas taxas de apoio e mecanismos de adiantamento permitem ajudar qualquer armador a requalificar rapidamente a sua embarcação e no qual é dada prioridade ao melhoramento das condições operativas da frota, para que os nossos pescadores possam exercer em pleno a sua actividade produtiva.

Longe também vão os tempos em que os pescadores tinham extrema dificuldade no acesso à informação relacionada com a sua actividade e o movimento associativo era incipiente.

Hoje, temos associações instaladas em todas as ilhas da Região, que partilham tarefas com o Governo Regional no âmbito de uma gestão responsável e de proximidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo

Avançámos muito, nestes últimos anos, no melhoramento das condições de funcionamento do sector da pesca, mas temos ainda muito trabalho pela frente. Temos conseguido garantir uma maior protecção social aos nossos pescadores nesta conjuntura, mas queremos continuar a incrementar os rendimentos do sector das pescas, através do aumento da nossa produção, da diversificação das actividades, da melhoria da qualidade e da competitividade, tendo em vista aumentar a nossa capacidade de exportação de produtos da pesca.

Para isso, continuaremos empenhados em dotar as nossas zonas portuárias, lotas, entrepostos, frota, fileira da comercialização e transformação com melhores

condições operativas, para incrementar a modernização e valorização de todas as actividades em torno da pesca.

No que respeita à rede portuária, vamos continuar a investir na sua expansão, de forma a torná-la mais adequada à frota artesanal cabinada, salientando nesta vertente a ampliação do porto de Rabo de Peixe que proporcionará boas condições de acostagem no lado norte da ilha de São Miguel e o melhoramento de abrigo do porto de pescas da Praia da Graciosa.

A evolução que a frota regional apresentou nestes últimos anos, fruto de uma política que apostou na melhoria das condições de trabalho no mar, traduziu-se num aumento da diversificação da nossa capacidade pesqueira, que ficou bem patente no presente ano, em que muitas embarcações conseguiram aproveitar a rota migratória dos atuns pelo mar dos Açores, de uma forma nunca vista num período tão curto, até ao ponto de termos, pela primeira vez, na história da Região, armazenados onze milhões de quilos destas espécies pelágicas.

A reforma da nossa rede de frio que temos actualmente em curso, em todas as ilhas da Região, integrando equipamentos de produção de gelo, equipamentos de congelação e câmaras de armazenamento de pescado refrigerado e congelado, proporcionará uma gradual melhoria da qualidade de conservação e o aumento da nossa capacidade de armazenamento dos nossos produtos da pesca, de forma a potenciar uma valorização do nosso sector pesqueiro.

A parceria da Lotaçor com as associações da fileira extractiva, na qual os representantes dos armadores tem participado na comercialização e exportação de pescado, tem melhorado a concorrência, tem evitado a quebra de preços no leilão em lota e é uma ferramenta fundamental para que os pescadores consigam ser melhor remunerados pelo produto obtido com o seu trabalho no mar e, principalmente, iniciem um percurso no qual os produtores possam também intervir nos mercados da pesca, de forma a terem informação que lhes permita exercer melhor a actividade da pesca, pescando mais de acordo com a procura existente e efectuando acordos de compra antes de saírem para o mar tendo em vista uma maior estabilidade financeira.

A nossa fileira da transformação, assente num trabalho artesanal de qualidade, predominantemente feminino, não só tem trazido mais riqueza para a Região, fruto da sua capacidade exportadora, como também tem tido a capacidade de produzir e manter conservas de atum com marcas firmadas no mercado europeu que constituem uma mais-valia para os Açores. No entanto necessita de aproveitar os meios financeiros postos à sua disposição para se modernizar, de forma a aumentar a sua capacidade de inovação de produtos de qualidade e a sua competitividade, num tempo em que o mercado europeu está a ser invadido por produtos de conserva de países terceiros, de menor qualidade mas a preços incomparavelmente mais baixos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo

O nosso sector das pescas não só tem contribuído para reforçar a nossa ligação ao mar, como tem sido sempre, ao longo destes anos, um impulsionador do nosso desenvolvimento económico e uma imagem de marca dos Açores.

Um sector das pescas moderno, competitivo e organizado, capaz de responder aos desafios que actualmente se colocam à pesca europeia, é imprescindível para o futuro dos Açores.

O investimento previsto neste plano e o dinamismo dos profissionais e empresas do nosso sector das pescas, dão-nos a garantia de continuarmos a gerar riqueza através da exploração sustentável do mar dos Açores.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Tenho inscritos os Srs. Deputados António Pedro Costa e Mário Moniz. Creio que é só.

Vamos passar para o debate. Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário Regional das Pescas eu não me vou referir aos seus estafados argumentos nesta casa, relativamente à defesa da Zona Económica Exclusiva dos Açores, porque os factos assim o não permitem que o senhor fale desta forma e desmentem de facto aquilo que o senhor está a dizer, basta recorrermos exactamente àquilo que são os aspectos factuais deste dossier e veremos que de facto o PSD muito fez, mesmo a nível nacional, para que essa situação...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...não estivesse como está neste momento.

Mas gostaria, em primeiro lugar, de me congratular com a dotação orçamental prevista para uma obra há muito aliciada: o Porto de Rabo de Peixe.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Muito bem!

O Orador: Considero que será mais um passo para que aquela importante infraestrutura possa ser o porto de pescas da ilha de São Miguel. Estou de facto convencido disso.

É verdade, Sr. Subsecretário, que muito foi feito na área das pescas, mas se nada tivessem feito os Governos do PSD, certamente que estaríamos quase no tempo das caravelas, por isso, peço-lhe bom senso para quando se falar se perceba e se veja a história porque de facto muito foi feito neste âmbito nos Açores.

Neste momento de crise também preocupa o PSD, e o Governo Regional tem-no admitido, publicamente tem sido feito, que há muitas famílias que dependem directamente da pesca e se encontram em situações de grande dificuldade. Por isso, o Governo se apressou, e bem, a apresentar 14 medidas de emergência nesta casa para o sector, muitas delas, infelizmente, ainda não passaram do papel Sr. Subsecretário.

Por isso, não tenho muito tempo, queria de forma muito sintética, perguntar ao Sr. Subsecretário qual o ponto de situação designadamente quanto ao apoio financeiro aos jovens armadores, destinado à aquisição de embarcações da frota regional que estejam em actividade; quanto ao acesso, ao financiamento bancário através do protocolo entre o banco e a Lotaçor; o atraso no apoio financeiro aos abates das embarcações que não têm condições de trabalho e de segurança, que aqui foi referido; e também aquela promessa que o senhor fez de que, para os pescadores

que saíssem da actividade, haveriam cursos de valorização e de requalificação profissional. Aplaudimos na altura este anúncio como sendo de grande importância para o sector, mas como sabe, Sr. Subsecretário, o que é prometido, é devido, e por isso consideramos urgente também avançar com a renegociação dos protocolos de concessão de empréstimos reembolsáveis aos armadores, tendo em vista prolongar os prazos de pagamento de 7 para 10 anos.

Mais à frente tinha outras questões para fazer, mas julgo que é importante saber, relativamente à comparticipação dos seguros de acidente de trabalho e de acidentes pessoais, que foi uma promessa muito importante que os pescadores esperam que seja devidamente implementada.

Também gostaria de saber como estamos relativamente ao reforço da bonificação de juros, do adiantamento financeiro da Lotação destinado à aquisição do pescado de primeira venda.

Como sabe Sr. Subsecretário, o senhor publicou a legislação acerca das artes e armadilhas que veio estabelecer mecanismos de maior controlo sobre as armadilhas não selectivas.

Presidente: Sr. Deputado tem de terminar, ultrapassou os três minutos.

O Orador: Eu apelo para a reconhecida benevolência do Sr. Presidente para acabar.

Presidente: É reconhecida, mas espero que não abuse. Tempo global ainda tem.

O Orador: Mas o certo, Sr. Subsecretário, é que na prática os pescadores que utilizam armadilhas selectivas, como é o caso dos covos para a captura de lagosta, são fortemente penalizados. O senhor tem consciência dos efeitos prejudiciais que essa medida veio de facto colocar?

Por fim, para não levar muito tempo, gostaria de, e não abusando da benevolência do Sr. Presidente, questionar o Sr. Subsecretário acerca do entreposto frigorífico do Porto de Ponta Delgada muitas vezes prometido, que é uma necessidade. Ainda este Verão isso se constatou. Não foi ainda avançado e gostaria de saber qual era o ponto de situação desta obra que é tão necessária para a ilha, para os Açores. Não vou abusar, mas é só para dizer de que julgo que muito foi feito, mas é preciso fazer um pouco mais

Presidente: Agora terminou mesmo o seu tempo global, Sr. Deputado.

O Orador: ...para que possam de facto viver essa crise com um pouco mais de alívio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O PSD esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tinha muitas perguntas para fazer, mas o nosso tempo é realmente muito escasso.

Vou-me centrar numa pergunta estruturante: a comercialização de produtos da pesca.

Em 2010, a dotação foi de 400 mil euros e apenas para as ilhas de Flores, São Jorge e Pico. Porquê, para 2011, uma redução orçamental quando agora abrange todas as ilhas dos Açores? Será que esta problemática da comercialização dos produtos da pesca já está ultrapassada?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Subsecretário Regional tem a palavra.

***Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Pedro Costa tenho a referir que a história refere exactamente que o curso da Zona Económica Exclusiva, a redução das 200 milhas, foi motivada pelo facto dos Governos, de então, do PSD e CDS, terem aceite uma redução, o que foi inaceitável para a sustentabilidade da pesca dos Açores.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E os senhores aplaudiram!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Na Assembleia da República o PS propôs 50 milhas, conseguiram 100! Eu até tenho consideração pelo senhor, mas politicamente o senhor só sabe dizer isso!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É verdade, verdadinha! O Sr. Deputado Duarte Freitas até veio a este Parlamento dizer que era suficiente as 100 milhas. É verdade. Está escrito isso, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Duarte Freitas veio dizer isso aqui. O senhor foi um dos deputados na altura que veio dizer que as 100 milhas chegavam e sobravam.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Mas é verdade, ou é mentira?

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): E isso é só metade!

O Orador: Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado, é verdade ou mentira?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: É mentira!

O Orador: É verdade. Até podem pedir os Diários das Sessões.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Subsecretário.

O Orador: A verdade, verdadinha é que o PSD foi o responsável pela redução da nossa Zona Económica Exclusiva. E a verdade, verdadinha, é que o Sr. Deputado Duarte Freitas, aqui no Parlamento, disse que 100 milhas era mais do que suficiente, o que não corresponde à realidade. E o Sr. Deputado sabe que disse isso.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi no seguimento do Deputado Ricardo Rodrigues ter dito que era bom.

O Orador: Vocês deviam ter pedido desculpa aos açorianos pelo facto...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Apoiado!

O Orador: ...de terem sido um dos culpados e não terem tido força política para reduzir a nossa Zona Económica Exclusiva.

Relativamente às outras questões que têm a ver com os apoios financeiros...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor só sabe dizer isso. A nível técnico é um bom profissional, a nível político só sabe dizer isso.

O Orador: ...aos jovens pescadores, aos abates, tenho a informar ao Sr. Deputado que já foi alterada a Portaria que providencia estes apoios e estes abates de pequenas embarcações que não têm as devidas condições estruturais para exercerem a actividade, já está vertido na legislação, em Agosto deste ano. Vou-lhe mandar um exemplar da Portaria.

No que respeita ao financiamento bancário estamos a negociar...

Deputado António Pedro Costa (PSD): É muito urgente, Sr. Subsecretário!

O Orador: ...passar de 7 para 10 anos, no sentido de aumentar esse período de pagamento. Ainda não temos as respostas definitivas, andamos já a negociar com a banca porque são protocolos que têm um determinado juro bancário e obviamente o Governo não pretende que os juros aumentem para os pescadores. É nessa situação que estamos, portanto, a negociar no sentido de não haverem penalizações ...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Mas é muito urgente, Sr. Subsecretário!

O Orador: ...para os pescadores, para o prolongamento do tempo de pagamento dos juros.

No que respeita às questões das armadilhas, pois eu queria dizer que governamos para a grande maioria das embarcações. Nós governamos para que exista uma pesca sustentável na Região...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do CDS/PP)

O Orador: ...e aquilo que fizemos foi criar zonas de protecção nas ilhas que permitem apenas que as embarcações registadas nessas ilhas pesquem com armadilhas, porque ao contrário daquilo que o Sr. Deputado diz, a arte da armadilha é uma arte que não é totalmente sustentável. É uma arte que é mais predadora dos recursos do que a arte dos anzóis. O senhor não quer que o Governo governe apenas para uma embarcação. Existem 700 embarcações na Região e existe apenas uma embarcação que contestou esta medida, mas nós não governamos para uma embarcação, governamos para a sustentabilidade da pesca nos Açores.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Não foi só uma, Sr. Subsecretário!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Mário Moniz, eu queria dizer que o Governo Regional considera que a comercialização de produtos da pesca é um dos factores fundamentais para a valorização da nossa capacidade produtiva e tudo fará para que, no âmbito da comercialização dos produtos da pesca, sejam exploradas

todas as hipóteses. É por isso que a Lotação constitui uma empresa para trabalhar em parceria com os nossos pescadores para que consigam ser melhor remunerados pela sua actividade pesqueira. Assim, este Plano tem as verbas adequadas para que a comercialização de pescado de facto vá conseguir remunerar melhor os pescadores na sua actividade da pesca.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para intervir, Sr. Presidente.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. Podia não ser. Podia ser uma interpelação à Mesa, como sabe. Tem a palavra. Faça favor, Sr. Deputado. Tem 35 segundos.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito directa ao Sr. Subsecretário, que falou na comercialização de pescado.

Anteontem fui ao porto da Horta e estava um barco espanhol a descarregar um contentor com peixe congelado para um contentor com frio para entrar congelado.

Hoje fui ao porto da Horta e vi um barco português a descarregar peixe para uma “trela de madeira” e a pôr-lhe gelo por cima. São essas as condições que o senhor prevê no futuro para que o peixe tenha melhor qualidade e chegue ao mercado mais fresco e para, aí sim, garantir melhor comercialização e melhor rendimento aos pescadores? Qual é a sua proposta nesse sentido, Sr. Subsecretário?

Presidente: Terminou o tempo global do CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado.

Presidente: Sr. Subsecretário tem a palavra.

***Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria dizer que são dois métodos completamente diferentes de comercialização de pescado.

O pescado congelado não passa em lota, é um método que não é obrigatório no nosso país passar em lota. Pode desembarcar directamente através duma agência de viagens.

Não sei qual foi o pescado que está em causa, mas o pescado que é desembarcado nos nossos portos é transferido para a Lotação para poder ser comercializado. Não sei em concreto qual foi, mas nós temos equipamentos dedicados ao desembarque de pescado. Provavelmente, desembarcou o espadarte, que, se calhar, tinha um comprimento grande e não estava, portanto, dimensionado para a viatura.

Mas as próprias pessoas, os próprios armadores têm a obrigação, quando são embarcações costeiras, de transferirem o pescado que tem dimensões superiores àquelas que estão para pesagem nas caixas, através de transportes adequados.

Mas estamos a investir no transporte de pescado, na melhoria das condições das lotas e no centro de postos para melhorar todas as situações que valorizem o pescado desembarcado nas lotas dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, pede a palavra para intervir?

Tem a palavra Sr. Deputado.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para informar a Mesa de que farei chegar um dossier com todo este processo da defesa da ZEE dos Açores, para que a Câmara tenha conhecimento desta matéria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada dos Deputados do PSD)

Presidente: Não existem mais intervenções para este debate. Assim sendo, vamos passar a mais uma intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

A importância sócio económica e cultural da pesca é uma mais-valia para a Região Autónoma dos Açores.

Para além da importância sócio económica, revela-se também pela carga histórica e cultural, tendo em conta a sua existência desde os primórdios da colonização do nosso arquipélago.

A importância do consumo do pescado na saúde humana fazem deste elemento um dos mais saudáveis para a nossa alimentação, a divulgação e consciencialização deste produto na prevenção de doenças constitui um importante factor para o aumento da procura deste bem pelos consumidores, o que nos pode assegurar também por esta via uma maior valorização do nosso pescado.

Os investimentos realizados neste sector pelos Governos Regionais, liderados por Carlos César, não têm paralelo na história dos Açores, nos últimos catorze anos, conseguiu implementar políticas de crescimento e desenvolvimento no sector das pescas, as quais vieram trazer mais riqueza e coesão social a todos os que desta actividade tirem o seu sustento e o das suas famílias e, ao mesmo tempo um maior desenvolvimento para a nossa região.

Longe vão os tempos em que a pesca andava pelas ruas da amargura e os pescadores considerados os pobrezinhos da sociedade açoriana.

Os pescadores e armadores açorianos dispõem, hoje, de vários mecanismos de apoio ligados a este sector que vieram melhorar e aumentar, não só a qualidade de vida, como a segurança no mar, através da modernização de toda a fileira das pescas.

Nos últimos anos temos assistido à modernização de grande parte da frota, assim como à ampliação de infra-estruturas e à montagem de excelentes equipamentos de arriar e alar embarcações, o que tem melhorado em muito as condições de trabalho dos pescadores.

Além da reconversão e modernização da maioria da frota, também na formação profissional foram implementadas melhores condições de aprendizagem aos nossos pescadores, bem como a todos os que dependem da fileira das pescas.

Os avultados Investimentos efectuados em infra-estruturas, em todos os portos de pesca da região, assim como a aposta na transformação e remodelação dos entrepostos, foram e são medidas de grande interesse para uma melhor valorização e desenvolvimento de todo o sector.

Todos nós sabemos e achamos que é importante e imperativo a defesa intransigente do nosso meio ambiente, bem como a preservação e conservação dos nossos recursos marinhos, mais concretamente criando medidas e regras para uma pesca sustentável, cuja necessidade é, de facto, já uma realidade e não, como ainda alguns pensam um constrangimento.

A defesa do meio ambiente em todas as suas vertentes é um factor de desenvolvimento que vem de facto potenciar mais-valias, garantir melhor sustentabilidade e mais riqueza, tanto cultural, como social e económico-financeiro para a nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Defender os nossos recursos é pensar nas actuais e futuras gerações, proporcionando-lhes um ambiente saudável e uma herança que será de grande importância para o desenvolvimento das nossas ilhas.

Nesta área os Governos Regionais do PS, tem apostado na defesa intransigente do nosso meio ambiente e, ao mesmo tempo tem vindo a potenciar as políticas do Mar, garantindo, não só a sustentabilidade do mesmo, mas também criando políticas que melhoram a qualidade de vida dos pescadores e armadores açorianos e suas famílias.

Os seis projectos que estruturam o Programa 9, na área das pescas, continuam a manter e a promover o crescimento do sector, mantendo o equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos, tornando este sector sustentável em todas as suas fileiras, mantendo e apostando sempre na evolução dos rendimentos dos diversos agentes.

As verbas adstritas ao Programa 9 – modernização das infra-estruturas e da actividade das pescas - neste Plano Regional Anual e Orçamento para 2011 atingem um total de 29.947.890 €, sendo 20.497.890 € do Plano e 9.000.000 € de Outros Fundos, estão distribuídos pelos seguintes projectos:

Inspecção e Gestão; Infra-estruturas Portuárias; Frota; Produtos da Pesca; Formação Profissional e Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Manter a sustentabilidade do sector em todas as vertentes é manter o equilíbrio ecológico, de modo a preservarmos e ampliarmos os nossos recursos, fomentando a pesca responsável por parte de todos, garantindo uma fiscalização eficiente e pedagógica não pactuando com os prevaricadores.

Dada a complexidade conjuntural pelo qual passa o sector relativamente à pesca demersal, com capturas a diminuírem e preços a baixar, é importante fomentar cada vez mais a qualidade do pescado através da formação dos pescadores e investindo em sistemas de conservação adequados à realidade de cada tipo de embarcação.

Relativamente à política de Pescas, o Governo Regional vai continuar a intervir nas instituições comunitárias no sentido da restauração das 200 milhas da nossa Zona Económica Exclusiva como reserva da frota dos Açores, uma vez que a solução actual não garante a gestão racional e sustentável dos recursos.

Paralelamente vai ter de se intensificar a investigação científica da Zona Económica Exclusiva, através de protocolos de cooperação com diversos organismos ligados ao Mar, de modo a que possamos ter avaliações dos nossos stocks de demersais, de profundidade e ainda estudos de viabilidade de aquicultura de cracas, ouriços e lapas e até de outras espécies.

Em virtude das nossas condicionantes meteorológicas, as intervenções nas infra-estruturas dos nossos portos é permanente para que seja possível manter e até melhorar a sua operacionalidade, segurança e rentabilidade.

Perante a necessidade de alargar, cada vez mais, as nossas zonas de pesca é necessário continuar a apoiar o melhoramento da frota, através da construção e modernização de novas embarcações, sem aumentar o esforço de pesca, mas garantindo melhores condições de segurança, habitabilidade, autonomia e condições de conservação de pescado. Melhorar as condições de conservação do pescado a bordo das embarcações, é garantir melhores preços em lota e o prolongamento da qualidade exigida pelos mercados internacionais.

Há duas vertentes nas pescas que é necessário continuar a implementar, as quais poderão ter um papel importante neste sector: a aquicultura e a transformação. São áreas de interesse na nossa Região e que necessitam de ser dinamizadas para melhorar e potenciar a qualidade do nosso pescado. A aquicultura perfila-se como uma das actividades de maior potencial crescimento a nível mundial e, ao mesmo tempo uma compensação para a diminuição dos recursos naturais.

A transformação, por outro lado, pode tornar atractivas as pescarias que até agora não têm sido aproveitadas pelos nossos pescadores, face à dimensão do nosso mercado e da política de oferta e de procura local.

As medidas já tomadas e de grande importância para o sector, continuam a ser uma aposta forte deste Governo Regional, neste Orçamento para 2011, tais como:

- Atribuição de compensação financeira aos armadores com embarcações de pesca local e com registo na Região Autónoma dos Açores que utilizam motores fora de borda a gasolina.

- Atribuição da ajuda regional ao escoamento de produtos da pesca capturados nas ilhas de Coesão (Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores, Corvo e também à Ilha do Pico).

- A promoção à coesão social no sector das pescas atribuindo apoios financeiros aos pescadores através do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais das Pescas dos Açores em situações de mau tempo prolongado.

- É importante referir ainda a necessidade de aumentar cada vez mais a capacidade de intervenção das associações e organizações de produtores como sustentáculo do sector das Pescas.

- Continuar a promover a investigação de modo a poder-se balizar o desenvolvimento da aquicultura entre nós.

- Estudar a modernização das fábricas conserveiras ou a sua reconversão e ainda harmonizar os impactos ambientais das mesmas.

- Continuar a promover acções de formação a diversos níveis.

- Apoiar a pesca-turística de modo que a mesma se torne em mais uma fonte de rendimento para os pescadores e um cartaz eco-turístico para a Região Açores.

- A continuação da certificação do pescado dos Açores o qual já possui dois certificados “*Dolphin Safe*” e o “*Friend of the Sea*”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É importante manter a realização da Expo Pescas, Feira do Mar e encontros científicos e de profissionais no estudo dos problemas relacionados com as Pescas, assim como participar em congressos e exposições a nível nacional e internacional (como a Feira Internacional de Produtos do Mar) e ainda manter a Semana do Pescador.

Alargar a implementação do sistema de monitorização da actividade da pesca a todo o sector, através de tecnologia apropriada aos diversos segmentos da frota, de modo a que se possa fazer um controlo efectivo da actividade piscatória.

Em virtude do nosso sector abranger uma multiplicidade de tarefas, torna-se necessário por vezes celebrar protocolos com as diversas associações ligadas ao sector e ainda com as autarquias locais, bem como a cooperação com a Direcção de faróis na manutenção dos dispositivos de sinalização marítima dos portos de pesca. A requalificação e ampliação dos Portos de Pesca, entrepostos frigoríficos, núcleos de pesca, casas de aprestos e lotas são obras que pretendem melhorar as condições gerais de operacionalidade do sector.

É de extrema necessidade e importância resolver, num dos maiores núcleos de pescas da Região, os problemas de operacionalidade do Porto de Rabo de Peixe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixei por fim a referência ao mais importante deste sector: os pescadores açorianos. Toda a política para o sector das pescas está centrada nestes homens e mulheres, que desenvolvem uma actividade dura e longe dos holofotes.

Estes homens e mulheres são a razão de ser dos investimentos do Governo, desde a casa de aprestos até ao maior investimento num porto de pescas.

É este o património político que o PS se orgulha. É este o património que rejeitou, por mérito próprio, o estigma que se vivia nos Açores: “não se apostava nos portos...”

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...porque não havia barcos e, como não existiam portos, não valia a pena haver barcos”.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem! Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade Sr. Deputado. É pura ilusão!

O Orador: Hoje, temos infra-estruturas capazes de servir os nossos pescadores. Não é nenhum favor que lhes fazemos. É a nossa obrigação. Cumprimo-la com muito orgulho.

As políticas implementadas neste Plano e Orçamento para 2011 e as já implementadas ao longo dos últimos anos pelos Governos Regionais do Partido Socialista na fileira das pescas, são e continuarão a ser políticas de crescimento, de desenvolvimento e da continuação da melhoria de vida de todos os açorianos, a realidade que se vive hoje no sector das pescas deve-se ao trabalho que os Governos Regionais do Partido Socialista têm desenvolvido na sua acção governativa, continuando a cumprir o que tem sido prometido nos seus manifestos eleitorais.

Continuando, sempre mas sempre a mudar os Açores para melhor.

Disse.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Creio não haver inscrições. Assim sendo, damos por terminado este período das intervenções sectoriais. Encontramo-nos às 18 horas para as intervenções finais.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos dar início às intervenções finais que encerrarão o debate na generalidade, os documentos provisionais do Plano e Orçamento da Região para 2011.

(Eram 18 horas e 06 minutos)

Para tal vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estevão.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados,
Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vivemos hoje tempos difíceis nos Açores e no resto do país. Nestes tempos, nestas circunstâncias, é tempo de fazer escolhas. É tempo de escolher prioridades. Reforçar aqui e não insistir acolá. Fazer isto e não fazer aquilo. Trata-se de fazer opções. Trata-se, em suma, de fazer política.

A política não é, como alguém disse, a arte do possível. Quem o disse era alemão e os alemães não têm imaginação. A política é muito mais que a racionalidade fria do possível. A política é a capacidade de tornar possíveis os sonhos e as utopias.

A política tem atalhos, maus caminhos, más companhias e todos os vícios da perdição dos homens: a ambição desmedida, a vaidade, o oportunismo e a exploração dos sonhos dos outros. Mas a política tem também caminhos, instrumentos e destinos. Estes caminhos podem ser – e muitas vezes são – caminhos de generosidade, de solidariedade e de superação. Os cidadãos têm, em democracia, o direito de optar e de escolher o caminho. Nem sempre se farão as escolhas correctas. Errar é um privilégio dos homens livres. Os políticos também podem - mas não devem - errar. Quando um cidadão erra, o seu dever é corrigir o erro logo que chegue o tempo certo. Logo que chegue o tempo de voltar a escolher. Um político tem mais responsabilidades. Um político deve submeter-se ao sufrágio e ao julgamento político dos seus actos. É precisamente isso que pretendo fazer neste discurso. Quero julgar este plano e orçamento regional e os agentes políticos que o rubricaram. Não se julgam aqui pessoas, mas apenas as políticas que escolheram.

É precisamente isso que pretendo fazer neste discurso. Quero julgar este plano e orçamento regional e os agentes políticos que o rubricaram. Não se julgam aqui pessoas, mas apenas as políticas que escolheram.

Meus senhores! Não podemos e não seremos contidos nas palavras. Isto está um autêntico Inferno! Pois bem, o julgamento terá algo de infernal. Assim, o exigem os factos. Assim, o exige este guião.

Para tornar possível este propósito, socorri-me, como muleta, esqueleto e inspiração, do mais famoso julgamento infernal do imaginário português: o Auto da Barca do Inferno, do Mestre Gil Vicente. Isto representa – eu sei bem - uma autêntica profanação. Mas deixem lá! O autor deste discurso reconhece que se socorre do génio do Mestre, precisamente porque sabe que não tem tal coisa.

Sem mais delongas, abre-se o pano e começa o acto. Aproxima-se da barca infernal, o Vice-Presidente do Governo Regional. Vem com o passinho miudinho e pesaroso, que resulta do peso do fardo que carrega às costas: desemprego, dívida regional incontrolada e um orçamento faz-de-conta que somos um oásis. O Diabo atira-lhe logo:

- Ó poderoso Dr. Sérgio Ávila, chegais mais tarde que o previsto, mas não saireis deste batel infernal mais cedo do que o que falta viver da eternidade.

Responde o Vice-Presidente: - Mas ... e o Paraíso, a terra prometida de 2012?

Responde o Diabo: - Deixe lá isso homem! Com as contas que o senhor deixou, estará aqui V. Ex.^a muito mais fresquinho que os infelizes que tiverem de enfrentar a quentura dos tempos que aí vêm.

Responde o Vice-Presidente – “Ó triste! Enquanto por lá estive, não cuidei do que havia. Tive que era fantasia; folgava ser adorado; confiei em meu estado e não vi que me perdia. Entremos, pois que assim é.”

Entretanto, aproxima-se da margem da perdição, o Secretário da Economia. O Diabo começa logo a olhá-lo de atravessado. É óbvio e evidente que reconhece, instintivamente, o rosto de um antigo concorrente nestas coisas dos navios infernais, das promoções turísticas para destinos não infernais e das festas do pecado.

Sem contemplações, o Diabo grita-lhe logo: - “Ora entrai”. Entrai nesta barçaça que é muito mais rápida e cómoda que os defuntos “Anticiclone” e “Atlântida”. Não temos luxos, nem suites, mas este batel infernal não inclina e tem uma vasta clientela assegurada. Aqui, Sr. Secretário da Economia, as festas do pecado pagam-

se muito caro e durante muito tempo. Mais precisamente, durante todo o tempo do tempo.

O Secretário da Economia, surpreendido com tanta hostilidade, pergunta: - Mas que fiz eu, Sr. Diabo? Os barcos não navegam. Voar nos nossos aviões é um Inferno e é um facto, cientificamente comprovado, que não lhe roubo - nem a si, nem de resto a ninguém - a clientela turística.

Responde o Diabo: - É de facto assim, mas as intenções pecaminosas também são pecado. Aliás, de intenções está este Inferno cheio. Além disso, antes desta fatalidade, o senhor preparava-se para queimar 21 milhões de Euros na promoção turística. Ora, aqui quem queima coisas sou eu e queimando os 21 milhões, queima o senhor a economia açoriana e os açorianos. Vai daí, pode chegar-me uma avalanche de clientes chamuscados que me darão muito trabalho adicional. Ora, eu gosto de trabalhar devagarinho, contemplando vagorosamente as planícies da eternidade, pois, como se sabe, tenho uma costela alentejana...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Mas eu sou açoriano!

O Orador: Portanto, meta-se já, e depressa, no batel infernal.

Termina aqui, de forma abrupta e sem possibilidade de defesa possível para o Dr. Vasco Cordeiro, esta cena, simplesmente por disposição regimental.

Ditas estas palavras - e mesmo a propósito - eis que chega a Sra. Secretária da Educação e Formação, acompanhada de uma aia baixinha, de olhos verdes e de cabelo encaracolado, cor de açafião.

O Diabo, ainda maldisposto pela violenta discussão anterior com o seu ex-futuro concorrente naval, dispara logo: - Entrai, entrai, que as senhoras não se livram de ouvir das boas. Já cá as aguardo há muito e não sei por que razões demoraram tanto tempo a chegar, estando Vossa Excelências há tanto tempo neste mundo e fora do outro. Até o Joane demorou menos tempo a encontrar o caminho para este cais infernal.

Responde a Secretária da Educação e Formação: - Não se percebe a má disposição madrugadora do Sr. Diabo em relação à minha pessoa. De que me acusais?

Retruca o Diabo: - Em primeiro lugar, já viu a senhora o estado educativo em que me estão a chegar as almas açorianas correspondentes a este seu mandato. Só os madeirenses conseguem ser piores!

Engana-se quem pensa que neste mundo de sofrimento nós não fazemos também exames do ensino secundário e testes PISA. Temos todo tempo da eternidade e precisamos de nos distrair. No entanto, os alunos chegam-nos em tão mau estado que começamos a ficar preocupados com a falta de tempo para os preparar para o exame final, por altura do Juízo Final.

Ainda bem que, por fim, aqui chega. Pode ser que assim recomece, finalmente, o trabalho educativo nessas terras açorianas. Mas a sua condenação está directamente relacionada com o que fez aos corvinos.

- Aos corvinos! - Exclama a Dr.^a Lina Mendes.

- Sim, aos corvinos! - Reforça o Diabo.

- Com a sua mania de perseguir aquela pobre gente, os alunos corvinos do ensino secundário transformaram-se em mártires. Por isso, não tenho nesta barcaça infernal corvinos e não tenho assim a colecção das ilhas completa. **Não lhe perdoe! Vá já para o porão da barcaça infernal ...**

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: ... e não assome até não chegarmos ao destino final!

Eis senão que chega, voando, a Secretária Ana Paula Marques. Vem com algumas marcas de martírio, certamente realizadas aqui no Inferno vizinho. Nestes casos de transferências infernais, o procedimento é simples. Este inferno é uma espécie de última instância, sem apelo. Por isso, o Diabo, está sentado preguiçosamente na proa da barcaça desta danação, e se limitou a dizer: - **Sente-se acolá, junto daquela bolsa rosa.** A Secretária sentou-se de forma diligente e assim se fechou mais um julgamento.

Vindo de um longo périplo pelas nossas casas da América do Norte, chega a este ancoradouro o Dr. André Bradford. Diz-lhe o Diabo, de forma diligente:

- Vossa Mercê há muito que está condenado a remar nesta barcaça infernal. Olhe, tudo começou logo pelo pecado original do seu nome pouco português e cristão. Até parece que Vossa Senhoria é americano. Não só pelo nome, mas também pela excessiva simpatia que devota aos ianques.

Reage o Dr. André Bradford: - Então é assim? Sou logo condenado à partida, sem julgamento prévio?

Responde-lhe o Diabo: - Não zombe da integridade da justiça desta instância infernal. É verdade que já lhe tinha dito, há muito, e já lhe tinha lançado a rede, mas aguardava ansioso por um derradeiro gesto redentor de Vossa Mercê antes de o puxar definitivamente para esta barcaça infernal. E o que fez vossa senhoria neste orçamento? Mandou para o Inferno a política de juventude desta Região. Fica, por isso, informado que eu não aceito encomendas e atavios que não sejam acompanhados pelos seus legítimos donos. Sim, porque neste Inferno funciona o mercado livre e defende-se a propriedade privada. Isto não é a Coreia do Norte! As coisas são suas e o senhor acompanha a sua propriedade. **Sente-se, por isso, ali ao fundo, fica já mais aconchegado, que é para não estranhar, quando chegar ao destino.**

Entretanto, chega, em esbaforida corrida, o Sr. Secretário da Saúde à frente de uma numerosa falange de credores, de médicos e de doentes.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

O Orador: A aflição é tanta que até pede um lugar na barcaça infernal. Vendo o perigo da situação, o Diabo decide intervir:

- Pare imediatamente homem! Não entra Vossa Senhoria nesta humilde, mas honesta barcaça. Está o senhor a passar um Inferno e quer vir para outro, pois não acredita que exista pior do que aquele que está padecendo. Pois pode, desde já, fazer marcha à ré. Não o quero aqui!

Qualquer Inferno que se preze não suporta obras de arejamento e o senhor tem o vício de fazer buracos e galerias orçamentais. Aliás, vem de pá e picareta na mão, o que é um muito mau indício.

Repito, não o quero aqui! De dívidas e devedores está o Inferno cheio. Não quero aqui mau ambiente e os conflitos que sempre geram estas situações de dívidas e de devedores. Olhe, vá ali pedir boleia ao Anjo que tem dois mil anos de díizimos acumulados. Esse é que tem dinheiro e bondade para o receber.

Aceitando a sugestão, o Secretário da Saúde faz uma última correria em direcção à barcaça do Anjo. Chamou, chamou e fartou-se de chamar. A debalde. Os anjos são como os polícias, raramente estão quando são precisos.

Passou-se, já não sei quanto tempo depois desta cena. O que é certo é que o Secretário não está nem no Inferno, nem no Paraíso. Acho que anda por aí, flutuando por cima do rio. Afogado em dívidas, mas consciente como que um fantasma que ninguém quer substituir. Uma pena!

Bem, termino como o Mestre Gil. Referenciando o cavaleiro mártir. O mártir dos nossos dias é o orçamento deste Governo. Com ele, os pobres ficam mais pobres e os operadores turísticos mais ricos. E este mártir não é um cavaleiro é um tubarão que come o peixe miúdo. Mas essa é outra história que fica para uma próxima oportunidade. Quando aqui se fizer “um sermão aos peixes”.

Disse!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e açorianos:

O PCP Açores tem-se assumido, ao longo desta legislatura e na continuidade do trabalho realizado pelos deputados que de 1984 a 2004 me antecederam, como uma oposição consequente e com consequência.

Consequente com os seus princípios e matriz ideológica, consequente com um modelo de desenvolvimento regional harmónico assente na valorização dos sectores produtivos regionais e na diversificação avisada e acautelada da actividade económica, na redução da dependência externa, no direito à mobilidade e ao não isolamento tendo como finalidade o aumento da qualidade de vida e do bem-estar do Povo Açoriano, consequente na luta por uma sociedade social, cultural e economicamente mais justa e ambientalmente sustentável.

Com consequência pois, estando apenas representado por um deputado, o PCP Açores tem influenciado a vida política regional de forma substantiva ao, pelo rigor, pela seriedade, pela coerência, pela oportunidade, pela alternativa mas sobretudo pela justeza das nossas propostas, temos hoje um património acumulado de iniciativas que mereceram a aprovação desta câmara, produzindo efeitos na Região e que sinalizam de forma incontornável a forma como nos posicionamos na vida política regional.

Estamos a cumprir o mandato que o Povo Açoriano nos conferiu e a honrar o compromisso que, em 2008, assumimos com as açorianas e açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este não é o nosso Plano. Este não é o nosso Orçamento.

Temos afirmado que, em muitas das suas opções, o PS Açores persiste em políticas que a crua realidade já demonstrou serem inócuas ou, mesmo nocivas para o desenvolvimento harmónico regional.

Os erros e as teimosias da maioria que suporta o Governo têm custado aos Açores tempo e oportunidades preciosas.

Tempo e oportunidades que se vão esgotando.

A continuada opção pelo apoio ao grande negócio privado, a obsessão pelo mega-projecto, pela ofuscante e dispendiosa campanha publicitária, em busca de, senão milagres económicos, pelo menos de vistosas bandeiras eleitorais para encher o olho aos mais incautos, ao mesmo tempo que não existe pejo de cortar verbas nos fundos escolares, nos apoios sociais, nas infra-estruturas fundamentais para a nossa Região.

Estas são opções em que o PCP Açores, definitivamente, não se revê.

De igual modo, não podemos deixar de observar a forma – bem pouco subtil, diga-se – como o PS na Região, pressionado pelo agravamento da crise social nos Açores e pelo justo descontentamento dos açorianos, se procura demarcar do PS da República.

E, por isso nos surgem neste Plano e Orçamento sinais e algumas medidas que, em contra-ciclo, procuram almofadar um pouco do descontentamento social que cresce

na nossa Região e amortecer os efeitos mais duros do roubo, em forma de austeridade imposta por sucessivos PECs, que o Governo de José Sócrates, com o beneplácito do PSD de Passos Coelho e Berta Cabral, querem impor aos portugueses.

Sinais e medidas que embora positivas são, na sua essência, de efeito muito limitado. Insuficientes.

E não podiam deixar de o ser, porque o quadro económico e social negativo gerado pelo Orçamento de Estado, da responsabilidade do PS de José Sócrates e do PSD de Passos Coelho, vai muito para além do que está ao alcance da Região inverter. Quando se aumenta o IVA e o IRS ou se reduzem as prestações sociais, por mais que o PS queira e o PSD conteste aqui o que aplaude na República, a verdade é que nos Açores não vai ser diferente.

E se não é diferente em relação ao que é retirado directamente dos bolsos dos contribuintes, também não será diferente em termos da estagnação económica, insolvências e recessão que se lhe seguiram.

Mas a gravidade da injustiça e a dimensão do prejuízo que as medidas de austeridade causam aos açorianos tornam ainda mais urgente que façamos tudo o que está ao nosso alcance para, senão as revogar, que não podemos, pelo menos para as minimizar. E é neste sentido que dizemos que o plano e o orçamento apresentam sinais que não podemos deixar de reconhecer como sinais positivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não confundimos esses sinais, porém, com a mudança que os Açores necessitam. Não nos iludimos. Sabemos que esta é uma flutuação política conjuntural e que a disponibilidade do PS Açores para realizar essas mudanças se esgota numa prática continuada de insistência na importação de modelos desadequados à realidade económica e social da Região. De momento é apenas a ameaça da catástrofe económica e social para onde o seu governo nos arrastou que impõe ao PS Açores esta actuação.

O PCP Açores, pelo contrário, entende que o que se impõe é avançar, com arrojo, com determinação, para uma verdadeira mudança de políticas:

Uma mudança que assuma a relevância do investimento público para alavancar o desenvolvimento regional.

Uma mudança que aposte decisivamente no fortalecimento da base produtiva em que assenta a economia da Região.

Uma mudança que faça da valorização do trabalho, dos trabalhadores, dos seus direitos e condições de vida não só um objectivo central da acção governativa, mas também como o meio de desenvolver a procura interna, o dinamismo das empresas e a geração de riqueza.

É por essa mudança que aqui estamos.

É essa mudança que os Açores reclamam e para a qual queremos contribuir.

É esse o sentido das propostas que apresentamos.

É no sentido dessa mudança que propomos o aumento da Remuneração Complementar Regional, invertendo a progressiva desvalorização a que, ano após ano, tem sido sujeita;

É, também com esse objectivo que no início de 2011 iremos propor o aumento do salário mínimo regional;

É com o objectivo de contrariar a política de base assistencialista que continuamos a propor o aumento do Complemento Regional de Pensão para idosos para 60 Euros por mês, repondo a justiça e dignidade aos mais idosos que atravessaram uma vida inteira de árduo trabalho;

É com esse objectivo que queremos reforçar as verbas da Inspeção Regional do Trabalho e do Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário.

É com esse objectivo que propomos que seja instituído um verdadeiro subsídio ao preço do bilhete dos transportes públicos terrestres criando, para lá das palavras, um verdadeiro passe social.

É no sentido de uma mudança que leve a coesão para lá das miragens do golfe, que defendemos o investimento em infra-estruturas importantes, como o porto da Ribeira Quente ou a Marina da Graciosa ou um edifício polivalente no Faial, ou na segurança das populações com o reforço de verbas para a monitorização de cheias e deslizamentos, a consolidação e limpeza de orlas costeiras e com a aquisição de uma embarcação para evacuações de emergência entre as ilhas do triângulo.

É com esse objectivo que propomos a valorização dos investigadores científicos, altamente qualificados, mas precários e mal pagos, através do aumento das suas bolsas em 5 por cento, ou a atribuição de um justo apoio ao Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Estas e as outras propostas que apresentámos – e que iremos de seguida discutir – dão substância ao que afirmamos: um outro rumo para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores é possível e, sobretudo necessário.

E o PCP Açores aqui está a contribuir para essa mudança afirmando-se como uma oposição consequente e com consequência e construindo as bases para um projecto político alternativo.

Disse.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assim como os chamados mercados internacionais, os quais, de forma agiota, atacam sem piedade o nosso País, têm nome (pois são, no seu núcleo duro, os bancos alemães e franceses), também, em Portugal, os agiotas do nosso dinheiro o têm.

Eis alguns exemplos:

Ricardo Salgado – 80,5 milhões

Pedro Queiroz Pereira – 66,8 milhões

Alexandre Soares dos Santos – 63,5 milhões

Vasco de Mello – 57 milhões

Américo Amorim – 38,7 milhões

Belmiro de Azevedo – 35,5 milhões

Tudo isto dinheiro ganho na Bolsa e que não vai pagar um cêntimo de impostos, nem mesmo em 2011.

Estes exemplos são uma pequena amostra, à qual poderíamos juntar o escândalo das mais-valias da PT, no negócio da VIVO e, por via disso, os dividendos extraordinários pagos aos accionistas - mil e duzentos milhões de euros, sem

impostos -, ou seja, exactamente o mesmo montante que o Governo da República pretende alcançar com os cortes salariais. O mesmo Governo que, ainda ontem, recusou uma proposta de um partido da oposição que pretendia tão só aplicar às mais-valias o aumento do IRS (1,5%) a que todos ficámos sujeitos. Neste caso concreto, foi o PSD a impor ao Governo da República o chumbo desta proposta, em nome do acordo de cavalheiros celebrado entre ambos. Mais palavras para quê? É este o Orçamento de austeridade do Partido Socialista, tão convictamente defendido e justificado, nesta Câmara, pelo PS/Açores.

O cerne do problema do deficit orçamental está aqui, Senhoras e Senhores Deputados. Não está nos salários, não está nas pensões, não está nos apoios sociais, não está nos impostos para quem trabalha. Está, isso sim, na impunidade dos ‘malandros’ que não são – não senhor! -, nem os desempregados, nem os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (por muito que PSD, CDS e, agora, também o PS, se recusem a reconhecê-lo).

E este não é, definitivamente, o caminho do Bloco de Esquerda. Nem na República, nem na Madeira, nem nos Açores. Nós defendemos uma política global que não muda, conforme a geo-referência ou a tática política do momento. As propostas que apresentamos perseguem, independentemente da localização geográfica, os mesmos objectivos: justiça fiscal, cortes nos gastos supérfluos e a defesa de uma economia posta ao serviço das pessoas, sobretudo, as de menores recursos.

E, Sr. Vice-Presidente, faço questão de neste contexto, lhe sugerir com toda a humildade, que se informe sobre a nossa proposta de aumento das pensões na República. É que ao contrário do que repetidamente Vossa Excelência tem afirmado, nesta Câmara, com alguma ironia (diga-se de passagem), o Bloco de Esquerda propôs um aumento de 25 Euros para as pensões até aos 500 Euros e um aumento de 20 Euros para as pensões entre os 500 e os 1000 Euros. E o País é, também, os Açores. A crise social, hoje, instalada na nossa Região, só pode agravar-se, de forma preocupante, com o Orçamento de Estado negociado entre o PS e o PSD.

E porque está ciente disto, o Governo Regional apresenta, no Plano e Orçamento que, ora, temos em mãos, algumas ‘almofadinhas’ para minorar os efeitos catastróficos daquilo que aprovaram na República (de forma tão entusiástica), defendem nesta Assembleia (com grande orgulho), mas lá vão ‘almofadando’, com críticas pontuais. Quanto a coerência política, está tudo dito...

Orgulho e entusiasmo com um Orçamento de Estado que tanto penaliza, directa e indirectamente, as populações açorianas, é algo que ninguém perceberá.

Porque, Senhoras e Senhores Deputados, falamos de pessoas, não de sacos de cimento; falamos dos índices sociais que se agravaram durante este ano e do grande risco do seu aprofundamento ser, neste contexto, particularmente aflitivo.

O combate ao desemprego deveria ser para o Governo Regional ‘a menina dos seus olhos’. Mas o que vemos, em sede de Plano e Orçamento para 2011, são as mesmas medidas que, há um ano atrás, o PS/Açores aprovou. Se, durante este ano, assistimos a uma ténue recuperação económica, na Região e, mesmo assim, o desemprego não diminuiu (antes, aumentou), podemos antever a dureza do próximo ano. Como é possível, então, manter as mesmas receitas?

Está provado que um programa sério de requalificação habitacional é o modo mais eficaz e rápido de combate ao desemprego, quer de forma directa, quer de forma indirecta. Contudo, a verba orçamentada para este desiderato é a mesma do ano passado. O combate ao desemprego tem que ser uma prioridade absoluta, não pode ser um acto de contrição.

Na Educação – outra prioridade máxima -, como é possível deixar na precariedade, centenas de professores/as, exactamente, numa área decisiva para o nosso desenvolvimento? Como pode o Governo Regional propor-se dar um combate sem tréguas à precariedade laboral – intenção que aplaudimos, aqui, sim, entusiasticamente -, ao mesmo tempo que usa e abusa dela, na sua própria casa?

Na Saúde, as listas de espera são o quotidiano dos Açorianos e das Açorianas. A falta de médicos de família é gritante, com o inevitável padecer de quem deles precisa mas, aqui também, continuamos à espera de medidas sérias e arrojadas.

Nos transportes (terrestres e aéreos), se fizermos um estudo comparado, o preço destes, nos Açores, devem ser os mais caros, no mundo, em relação ao poder de compra.

O Governo Regional comprometeu-se a apresentar um plano integrado de transportes, que conjugasse a coordenação entre todos eles. Passado um ano, nada.

O direito à mobilidade, nos Açores, além de um quebra-cabeças, é um luxo.

O crime que mais mortes causa, na nossa Região, é a violência doméstica. A gravidez precoce atinge níveis alarmantes; ambas são dramas que exigem um combate, também este, sem tréguas, não se compadecendo com a continuidade das políticas vigentes. É necessário romper com o conservadorismo dominante. Mas o Governo Regional ainda não assumiu esta urgência.

Outro combate sem tréguas, ainda por iniciar, na Região, é o combate ao flagelo da toxicod dependência, na qual se inclui - não esqueçamos -, os altíssimos índices de alcoolismo. Não o enfrentar, com determinação e permanência, é mais um contributo para hipotecar o presente e o futuro de muitos dos nossos jovens.

O rigor e a transparência que o Governo Regional tanto invocam continuam por demonstrar, seja nas permanentes (quando não, escondidas) derrapagens das obras públicas, seja nas parcerias público-privadas (cujos contratos são secretos), seja nas obras de reparação do aeroporto do Pico (ainda não explicadas), seja nas obras para amigos (como a Fajã do Calhau).

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Oh!

A Oradora: Rigor e transparência onde, afinal?

Em suma, a continuação das políticas seguidas – a que este Plano e Orçamento consubstanciam -, não atacam os verdadeiros problemas com que os Açorianos e Açorianas se debatem, nos dias difíceis que se vivem.

E a cereja em cima do bolo aí está: este Plano e Orçamento, em linha com o Orçamento da República, comete um ataque grave ao Estado de Direito, ao cortar, unilateralmente, os salários dos/as trabalhadores/as do Estado e empresas por ele tuteladas e esta é uma ilegalidade, com a qual não podemos pactuar.

Como se outras razões não existissem, estas permitem-nos afirmar, desde já, que este Plano e Orçamento não corresponde, nem às nossas expectativas, nem às

nossas prioridades e, menos ainda, ao caminho alternativo em que o Bloco de Esquerda acredita.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No tempo presente as famílias e empresas Açorianas sentem já grandes dificuldades e a previsão para os próximos anos é pouco optimista. Por isso, à oposição, e por maioria de razão ao Governo, exige-se uma atitude realista perante o cenário pouco risonho com que nos defrontamos.

Como consequência defendemos que em tempo de crise não se pode ser Governo da mesma forma, nem oposição do mesmo modo.

Perante a conjuntura de crise exige-se um esforço suplementar de solidariedade para com as famílias e as empresas em dificuldades, que deve e tem de sobrepor ao espírito de facção e à crispação inútil que, tantas vezes, dominam a agenda política.

Infelizmente, alguns preferiram a crispação inútil!

As instituições e forças políticas devem concentrar-se nas soluções necessárias face à estagnação ou recessão económica e na maior sensibilidade perante a emergência social do desemprego, do empobrecimento da classe média e do endividamento.

Para o CDS-PP a Região não deve agigantar-se em investimentos cujo financiamento esgote o crédito disponível e não pode comprometer enormes somas de recursos públicos em avales ou apoios que não sejam justificados.

O CDS-PP sempre foi apologista da consolidação das finanças públicas, contribuiu para ela e é fiel a esse princípio. Mas o CDS-PP também é defensor do combate ao défice social que se tem vindo a agravar.

Os Açorianos dispensam ilusões. Por isso apresentamos mais soluções do que críticas e assumimos mais compromissos do que promessas.

Muitas foram, durante os últimos anos, as propostas do CDS-PP de grande impacto social a favor dos Açorianos.

Porque a nossa opção foi sempre pelos mais necessitados, os votos do CDS-PP foram decisivos para a criação de um complemento regional de pensão que ainda hoje vigora e que este Orçamento reforça.

Em 2003, em 2007 e, em 2009, foram aprovadas propostas do CDS-PP, que aumentaram as diárias dos doentes deslocados e seus familiares. No Plano e Orçamento para 2011 também se prevê um aumento dessa verba que chega quase aos 6 milhões de euros.

O COMPAMID, um cheque para os idosos comprarem os seus medicamentos, é uma proposta do CDS-PP e ganha nova importância porquanto o Governo de Sócrates reduziu as comparticipações com os medicamentos.

No próximo ano, os Açorianos vão começar a usufruir do Vale Saúde. É mais uma proposta do CDS-PP inovadora e de grande âmbito social, que vai permitir reduzir as listas de espera cirúrgicas nos hospitais através da contratualização de cirurgias com os sectores privado e social.

Tivemos iniciativa e hoje as tarifas promocionais são também património do CDS. Ficamos satisfeitos com as tarifas promocionais de estudante e residentes. Continuaremos a apresentar propostas nesse sentido, defendendo uma tarifa única à partida dos Açores e reivindicando a tarifa máxima de 100 euros nas ligações inter-ilhas e exigindo a mais que necessária e justificada ligação Terceira-Porto durante todo o ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somos uma oposição focada no essencial contribuindo para que o debate político e a agenda das instituições sirvam verdadeiramente o que importa, não desperdiçando tempo em debates acessórios ou supostamente estéreis.

Somos uma oposição tão aguerrida quanto construtiva, porque o nosso objectivo também se atinge avaliando as propostas sobre a crise, não tanto pela etiqueta partidária de origem, mas, sobretudo, pelo seu mérito.

A prova está mais uma vez à vista. As nossas propostas do Plano e Orçamento para 2011 são sérias, úteis, exequíveis e vão de encontro às principais necessidades das

famílias. Pretendemos instituir um sistema de empréstimo gratuito de livros escolares para todos os alunos do ensino básico e secundário. Quem tem filhos e compra todos os anos manuais sabe bem do alcance social e económico desta medida.

Outra fundamental proposta de cariz social é o reforço das verbas para os cidadãos portadores de deficiência que tem por objectivos aumentar o acesso a ajudas técnicas e permitir um aumento da igualdade de oportunidades, visando proporcionar uma maior autonomia pessoal e inserção social.

Por outro lado, também reforçaremos acções e programas relativos aos Cuidados Continuados e Paliativos, Habitação degradada, obras públicas essenciais nos sectores da Educação e Infra-estruturas Portuárias.

Nos sectores produtivos entendemos ser fulcral melhorar a promoção dos produtos açorianos, conhecidos pela sua qualidade e singularidade, mas muito distantes ainda dos grandes mercados.

Entretanto, porque está mais do que provado que a renovada frota da SATA Air Açores não resolveu problemas do passado, vamos insistir na proposta de inclusão de uma verba com vista a aquisição de um avião mini cargueiro que acabará com constrangimentos que pescadores, agricultores e pequenas empresas, em geral, sentem com o escoamento do produto do seu trabalho, valorizando assim a qualidade e um aumento dos seus rendimentos.

As nossas energias estão voltadas para o futuro!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaríamos de poder elogiar amplamente o sistema de ensino da nossa Região, não fossem, porém, as nossas escolas sempre e consecutivamente as piores dos ranking's nacionais.

Queríamos poder elogiar as políticas de saúde, mas falta humanização no Serviço Regional de Saúde e muitos milhares de Açorianos nem sequer têm ainda médico de família. Temos os nossos hospitais à beira da falência. Também nesta matéria não nos limitamos à crítica fácil. Demos e queremos continuar a dar o nosso contributo para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde que,

responsavelmente, defendemos. Colocamos acima de tudo a defesa intransigente da nossa única clientela – OS DOENTES.

Desejávamos que o associativismo e o colectivismo não vivessem pendurados nos subsídios públicos e que a subsídio-dependência não fosse a regra, mas a excepção.

Lutaremos sempre para que as IPSS's não sejam controladas pelos poderes públicos, mas que sejam apoiadas para que, em parceria, possam dar um forte contributo no combate às desigualdades e às dificuldades sociais.

Ansiamos por uma Região onde não se impeça pescadores de trabalhar ao fim de semana, porque não existem investimentos e serviços em terra que o permitam e na qual o mar – a nossa maior riqueza – não estivesse abandonado e esquecido.

Somos apologistas de um sector agrícola que não seja dependente da monocultura da vaca, mas onde a diversificação não se resuma apenas ao cultivo de beterraba.

Realçamos o apoio às nossas micro, pequenas e médias empresas, essencialmente de cariz familiar, desburocratizando sistemas de incentivos e proporcionando-lhes bons sistemas de transporte para o escoamento dos seus produtos.

Pugnamos por uma Região onde os investimentos públicos sejam reprodutivos e sustentáveis, ao invés de investimentos às vezes milionários sem garantias de manutenção no futuro, numa Região ainda carenciada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esse Orçamento tem algumas medidas importantes de apoio social às famílias e às empresas, que apoiamos, mas é necessário pensar seriamente no futuro e na sustentabilidade da nossa Região.

O futuro parece hipotecado e a sustentabilidade às vezes uma miragem, porquanto o Governo já se viu na necessidade de regionalizar algumas empresas para impedir a sua falência; há Câmaras Municipais nos Açores que já pediram a insolvência!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há que pensar o modelo de gestão, de desenvolvimento e de investimento público em que estamos mergulhados. O CDS-PP considera insustentável a multiplicação desenfreada de infra-estruturas culturais, desportivas e recreativas, que já tem e terão uma pesada factura de manutenção aliada, muitas vezes, a uma baixíssima taxa de ocupação.

Há que reequacionar o sector público empresarial regional.

Multiplicam-se empresas e administrações e mais dia, menos dia, seremos, talvez, forçados a pensar se é possível manter mais de seis dezenas de entidades do sector público empresarial regional, com gastos de milhões de euros só com os conselhos de administração.

Neste sentido, e na sequência aliás do que já ontem sugerimos e defendemos neste Parlamento relativamente à redução de 30% nos vencimentos dos conselhos de administração dos Hospitais EPE e da SAUDAÇOR, o CDS-PP apresentou, já esta tarde, uma proposta de alteração ao Orçamento da Região onde estipula que a remuneração auferida pelos gestores públicos regionais não possa ser superior à remuneração de um Secretário Regional do Governo dos Açores.

Seria irresponsabilidade nossa se hoje não enfatizássemos algumas das fragilidades da nossa administração regional com a esperança de que possam ser corrigidas, pois estamos convencidos que sem alterações ao nível da gestão da coisa pública jamais conseguiremos perpetuar a disciplina e o sentido de rigor para umas finanças públicas saudáveis.

É tempo pois de repensar o presente para não hipotecar o futuro!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tudo como dantes. O governo continua igual a si próprio. Repete-se e repete as suas opções.

Perde-se, assim, uma nova oportunidade de restituir a esperança aos Açorianos.

Por mais um ano, passámos três dias a ouvir um governo de discursos repetidos, apoiados em muitos milhões de euros. Tantos, que as teclas de um qualquer computador, de qualquer departamento do governo, são poucas para os conseguir

inscrever nos documentos que estivemos a debater. Por mais um ano, ficou a incapacidade do governo em reconhecer que nem tudo é como tenta fazer parecer. Os números, por si só, não resolvem os problemas.

Os milhões que os membros do governo repetiram até à exaustão, e que os bem-mandados deputados da maioria aqui enalteceram, inundaram o discurso socialista. Mas nem sequer se sabe se serão todos aplicados. Provavelmente, não. Como se conclui, aliás, de execuções anteriores conhecidas.

Para os Açorianos, é fundamental conhecer mais do que a mera dimensão dos números. A sua qualidade de vida depende é dos resultados. E estes, como bem sentem as famílias e as empresas açorianas, não existem. Pelo contrário, a regressão tem sido norma, lançando dificuldades e restrições à sociedade açoriana. Só uma boa aplicação de recursos, e não o seu montante, é a chave para o sucesso. Só uma boa aplicação permite ultrapassar a fase complexa que se está a viver, assegurando, em simultâneo, o desenvolvimento dos Açores. Mas a gordura continua.

O funcionamento da máquina administrativa regional, como é hábito, volta a não ser afectado. Pelo contrário. O mesmo não se passa quanto ao investimento, justamente onde se inscrevem os milhões que podem reverter a favor da qualidade de vida dos Açorianos. Existe ainda a agravante de se passar o mesmo que em 2009, ou eventualmente em 2010, em que 100 dos milhões aprovados neste Parlamento ficaram por executar. São assim duvidosos os 506 milhões que o governo apresenta no Plano para 2011. Um número deliberadamente falacioso. Ficará, como os anteriores, apenas no papel.

O governo continuará a viver bem. As famílias e as empresas açorianas, pelo contrário, terão novamente de aguardar.

Deve dizer-se que existe uma diferença. Muito ténue, é certo. Com este orçamento, o governo viu-se obrigado a conceder uma ligeira atenção adicional aos gravíssimos problemas sociais sentidos na sociedade açoriana.

Não tinha outra alternativa. Era forçoso tentar compensar a ineficácia que revelou no combate à crise instalada nos Açores.

Com a excepção apontada, tímida por sinal, o governo não resolve o problema de fundo que criou nos seus catorze anos de vida. Um orçamento que é cópia dos anteriores, igual aos que este mesmo governo apresentou nesses mesmos longos catorze anos...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...só pode conduzir à mesma inexistência de resultados.

Segue o mesmo modelo. Adopta a mesma estratégia. Aquela que não permitiu que os Açores escapassem à estagnação.

Existe uma única virtude. O governo, finalmente, admite que falhou. Mesmo assim, reage mal. Reincide nas opções de sempre.

É verdade que considera necessário atacar a grave crise social existente, da qual é o único responsável. Mesmo assim, opta por um simples analgésico. Recusa-se à cura, não optando por um tratamento profundo.

É urgente acudir aos problemas imediatos que os Açorianos sentem na sua pele. Mas este orçamento deveria ir bastante mais além.

Os Açores estão a definhar e a passar ao lado dos grandes desafios do desenvolvimento económico e social. Começa a ser tarde para resolver os problemas estruturais existentes. O governo não sabe, ou não quer, desempenhar essa tarefa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Recusa-se a assumir essa responsabilidade. E assim vai adiando o futuro.

Basta de marasmo. E basta de delapidação dos meios que pertencem a todos os Açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise chegou cá, como chegou a todo o mundo. Nem vale a pena falar da sua recusa inicial por parte do governo e dos socialistas, de tão ridícula que tal atitude se tornou aos olhos dos Açorianos. Estes, pelo seu lado, já sentiam fortemente as dificuldades a entrar dentro das suas casas.

A crise por cá continua. E em força.

Só está, teimosamente, arredada do discurso do governo, que vive encerrado no seu optimismo. Infelizmente, está entranhada na sociedade açoriana, que não consegue vislumbrar o optimismo ilusório deste governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A situação económica e social dos Açores agravou-se substancialmente desde 2008. É verdade. Mas a situação já era grave anteriormente.

O governo não gosta que se divulgue. Brinca com os números para esconder a triste realidade que criou. Mas não apaga o que as estatísticas revelam.

No mínimo, desde 2003 que os Açores pararam no tempo. Beneficiaram, no entanto, de montantes avultados da União Europeia.

Podem até ter sido aplicados em quantidade. Mas existem situações vergonhosas e desperdícios inconcebíveis, como o dos célebres 23 milhões de euros de que os agricultores açorianos se viram despojados no POSEI.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os resultados mostram que não foram bem aplicados. Se o tivessem sido, os Açores não estariam na mesma situação de 2003. Nesse ano, o seu PIB *per capita* colocava-se em 67% (ou 72%, de acordo com a nova base de referência) da média europeia. Justamente o mesmo nível atingido em 2008, o primeiro ano de crise.

Se o governo quisesse a cura em vez da ostentação, a produtividade não estaria a um nível menor do que aquele em que se encontrava quando os socialistas assumiram funções de governo. Regrediu face a 1996, ano referencial a que, a par e passo, os socialistas se referem. Um facto que evidencia a falência da sua estratégia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Açores estagnaram. Deploravelmente, não aproveitaram os mais de 500 mil euros que a Europa fez entrar diariamente nestas nove ilhas.

É a cultura do desperdício, levada às últimas consequências.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A estratégia seguida por este governo tem também sido fatal para o emprego dos Açorianos. Consequentemente, os seus rendimentos têm sido fortemente afectados, originando dificuldades acrescidas para as famílias. As situações de pobreza alastram-se e colocam os Açores em patamares inferiores aos anteriormente alcançados.

O problema não é novo. Também neste domínio não foi a situação de crise que o criou.

Em 2003, a taxa oficial de desemprego chegou a baixar até 2%. Neste momento já foi mais do que triplicada. Já este ano, chegou a atingir 7.7%.

Foi atingido o valor mais elevado no número de desempregados na história da Autonomia. Mais de nove mil desempregados. O governo e a maioria socialista, de forma insultuosa, minimizam o problema.

Agarram-se a uma descida momentânea e exultam, esquecendo que o cenário actual é de destruição de emprego. Omitem a sazonalidade de uma redução e dizem que melhorou. Uns meses mais tarde, quando é retomado o agravamento, arranjam uma desculpa ou uma comparação com realidades distantes. Qualquer das reacções, de regozijo ou desculpa, não devolve o emprego que os Açorianos desejariam ter para sustentar as suas famílias.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O governo está limitado a realidades virtuais. As pessoas e as empresas precisam de soluções.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O governo, cansado, não as consegue criar. E gasta o dinheiro sem critério e, por vezes, com moralidade duvidosa.

As oportunidades, as reservas de que agora fala o Presidente do Governo Regional, até existem. Mas não surgem com o estalar dos dedos. Nem num mero discurso. Têm de ser identificadas e exigem disponibilidade, imaginação e criatividade. Exigem, essencialmente, força de vontade. Não podem ficar apenas nas palavras. Não podem apenas ser a propaganda em que os socialistas se tornaram exímios.

Para que as oportunidades sejam sentidas, exigem trabalho e outras opções políticas. As que o Governo privilegiou, e que este orçamento prossegue, não resultaram.

As facilidades só existem no discurso socialista. E este está cada vez mais afastado do que sentem os Açorianos.

Deputados Clélio Meneses e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito mal!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo

É público e notório que o governo não tem sabido gastar o dinheiro à sua disposição. Dinheiro que não é seu. É dos Açorianos.

Há episódios que não podem ser esquecidos. Ainda que o governo se recuse frequentemente a prestar contas. Ainda na semana passada isso aconteceu em relação a esclarecimentos que o Secretário Regional da Economia devia a este Parlamento. Em democracia, essa é uma obrigação. Não pode depender da disposição, nem de interesses.

Este governo é o mesmo que, nem há um ano, em plenas dificuldades dos Açorianos, não hesitou em gastar 260 euros com cada uma das 750 pessoas que estiveram numa discoteca em Lisboa, com bar aberto, numa festa que custou quase 200 mil euros.

Deputados Clélio Meneses e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É um exemplo deplorável, entre outros que recentemente vieram a público.

O que se pode dizer dessa e de outras utilizações imorais do dinheiro retirado dos bolsos dos Açorianos?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O que pensam mais de 10% das famílias açorianas que vêem os seus rendimentos afectados pelos gravíssimos efeitos da situação de desemprego que entrou nas suas casas?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O que concluir da comparação com a actualização anunciada para algumas prestações sociais, das quais o governo pateticamente se orgulha, mas que não chegam a 2 euros mensais?

Só naquela festa, realizada no início de 2010, foi gasto um valor que, com a referida actualização, abrangeria mensalmente bem mais do que 100 mil Açorianos.

Deputados Clélio Meneses e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É ultrajante. É vergonhoso.

Gastos escandalosos. Estranhas prioridades. Os impostos a suportar a ostentação e o luxo, quando deveriam contribuir para melhorar a vida das pessoas e das empresas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É o desrespeito pelo dinheiro dos Açorianos. Muito especialmente, quando estes vivem momentos difíceis. Justamente quando as famílias açorianas tentam, apenas, sobreviver.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este governo tem deixado os Açorianos abandonados à sua sorte. Mas tem feito mais... e pior. Tem empenhado os Açores.

As responsabilidades financeiras assumidas pelo governo em nome dos Açorianos, e que o PSD aqui denunciou, atingem uma dimensão preocupante. Representam mais de dois terços da riqueza produzida durante um ano. Como o PSD aqui provou, já ascendem a dois mil e quinhentos milhões euros. Repetimos. Dois mil e

quinhentos milhões de euros, que os nossos filhos e netos vão ter que pagar, sem que daí resulte a melhoria da sua qualidade de vida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A irresponsabilidade é total. Da mesma forma que o amigo José Sócrates a nível nacional, Carlos César é o último responsável pelo encargo arrepiante que os socialistas deixam para as gerações futuras.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o maior governo de sempre nos Açores. A gastar mais, sempre mais. Com mais de sessenta empresas ao dispor para esconder do orçamento as verbas que lhe deveriam estar afectas.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com mais de sessenta empresas ao dispor para que se endividem em sua substituição.

Seria, pelo menos, confortante saber que se estavam a retirar frutos dessas responsabilidades. Seria eventualmente aceitável se a qualidade de vida das pessoas aumentasse, se as famílias não vivessem numa situação difícil e se as empresas vivessem em clima de confiança.

Acontece justamente o contrário.

Na educação continua-se a fingir: a errância das políticas prova a ausência de objectivos. A qualificação dos Açorianos está desajustada das necessidades. Inventam-se formas de iludir as estatísticas, para tentar, pela propaganda, justificar o insucesso.

Deputados Rui Ramos e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A formação quase só serve para ocupar quem exerceria maior pressão sobre o mercado de trabalho, o que aumentaria, inexoravelmente, os números oficiais do desemprego.

A saúde está num perfeito caos. Endividada até aos limites do inimaginável, não dá resposta a necessidades mínimas. Com as unidades de saúde forçadas a viver na irrealdade financeira, beneficiam do sentido de responsabilidade dos profissionais do sector, que fazem o possível e o impossível pela melhoria da qualidade dos serviços prestados. Em resposta, encontram a intransigência, a arrogância e a

incompetência dos agentes políticos do sector, que põem em causa o serviço e a segurança, fundamentais numa área tão fundamental para as vidas dos Açorianos.

A economia está parada.

A agricultura enfrenta uma permanente indefinição e uma sentida perda de rendimentos...

Deputados António Ventura e Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...associadas ao aumento brutal dos custos dos factores de produção...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ...levando à permanente tendência para o abandono da actividade.

Deputados António Ventura e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com isso, acentua-se o processo de desertificação de várias ilhas, com especial incidência nas de menor dimensão. É um sector em decadência, o que é altamente preocupante face à importância determinante que desde sempre lhe foi reconhecida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nos transportes, que deveriam ser objecto de tratamento preferencial, dada a dependência que têm numa região insular e afastada dos grandes centros de decisão e dos grandes mercados, sucedem-se as más decisões. Para além dos dinheiros desperdiçados, ou melhor, malbaratados, continua-se à espera de soluções. Os restantes sectores de actividade económica são lesados por essa via, ampliando os efeitos das tantas outras más opções em que o governo tem feito escola.

A economia açoriana está cada vez mais dependente.

As empresas, quanto muito, tentam passar a tempestade sem danos de maior. Muitas já se viram obrigadas a despedir colaboradores. Algumas já desapareceram. Há muitas pessoas a viver mal. Há famílias em fortes dificuldades. Há mais pobres. Os problemas subsistem. Muitos deles agravaram-se e uma larga maioria está na estaca zero da sua resolução.

Os recursos futuros, empenhados no pagamento das acrescidas responsabilidades financeiras que o governo tem assumido em excesso, criam um enorme factor de risco em relação à sustentabilidade da Região.

Remeter encargos para as gerações futuras só faz sentido se estas puderem receber benefícios dos mesmos. É justamente o que não acontece com o delírio de endividamento que este governo deixa aos Açorianos.

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não queremos ser cúmplices daqueles que entendem restritivamente Keynes quando disse que “no longo prazo estamos todos mortos”. Para nós, no longo prazo, estarão vivos os nossos filhos e os nossos netos.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É neste cenário que nos encontramos a finalizar o debate do Orçamento e do Plano para 2011.

Documentos que tornarão os Açores ainda menos sustentáveis.

O PSD não quer ser cúmplice da estratégia de falência dos Açores.

Embora saibamos da incompatibilidade entre a arrogância socialista e as nossas propostas, não prescindimos de as apresentar. Queremos minimizar as consequências de uma estratégia errada e, como sempre, trazemos propostas para beneficiar os Açorianos.

Este orçamento será sempre um instrumento penalizante para os Açores. As propostas de alteração do PSD reduzirão os danos para as famílias e para as empresas.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: As fortes medidas restritivas do orçamento socialista da República serão factor de agravamento da situação económico-social da Região. Paradoxalmente, o governo fica numa situação mais confortável em termos financeiros. Vai ganhar, pelo menos, 30 milhões de euros.

O PSD entende que esse valor tem de ser devolvido aos Açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: No mínimo, as famílias e as empresas têm de ser compensadas pelos danos que o governo de José Sócrates lhes vai infligir, devido à conduta

irresponsável na condução das finanças públicas do país. Lá, como cá, os socialistas excedem-se na gestão dos dinheiros públicos.

No apoio às famílias, o PSD apresenta propostas de alteração que criam acréscimos de dignidade mínima nos complementos de abono de família e de pensões. Apresentará também o alargamento da redução de 30% do IRS até ao 4º escalão, ao abrigo da adaptação do sistema fiscal nacional à Região. Uma medida que visa desagrar a fustigada classe média, compensando também a descida das remunerações dos funcionários públicos, sem criar as desigualdades que decorrem da proposta de compensação do governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aliás, quanto a essa compensação, cabe perguntar: é para sempre? De acordo com Teixeira dos Santos, a descida é definitiva. Falará verdade? Ou será de confiar no que disse José Sócrates. Ou noutra ministro qualquer? Enfim, dúvidas que resultam de um governo que, como o de cá, inventa medidas desgarradas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Enfim, dúvidas que se criam aos cidadãos quando existem governos desorientados.

Ainda no domínio da atenção sobre as famílias, o PSD propõe o reforço do combate às listas de espera no Serviço Regional de Saúde, bem como da Rede de Cuidados Continuados, o apoio à aquisição de medicamentos por idosos e cidadãos portadores de deficiência, a criação de uma Base de Dados de Controlo da Prescrição Medicamentosa para Tratamento de Toxicodependências e a justa devolução às famílias do pagamento extra efectuado em creches e jardins-de-infância a partir de 1 de Outubro passado.

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: No apoio às empresas, são propostas medidas que atenuam a conjuntura desfavorável que estão a viver. Para além de um reforço das verbas do SIDER, integra-se o alargamento de Benefícios Fiscais em sede de IRC, a redução da Taxa Social Única para empresas em dificuldade, bem como a Valorização de Produções Locais.

São medidas que visam, em simultâneo, atenuar o aumento do desemprego, defendendo, por essa via, o rendimento de muitos Açorianos.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para o grupo mais afectado pelo flagelo do desemprego, é proposta uma medida de fomento do emprego jovem. Os jovens são ainda beneficiados pelo reforço do Programa OTLJ, que assim volta a números alcançados no passado, incompreensivelmente reduzidos no último Verão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É ainda feita uma proposta para valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores das IPSS's, repondo a injustiça criada em relação aos técnicos superiores que prestam serviço naquelas instituições.

O governo ganha 30 milhões de euros pelo efeito do Orçamento do Estado. Deve devolver esse montante aos Açorianos, já que é dos seus bolsos que vai ser retirado.

Deputados Jorge Macedo e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só assim poderão ser minimizados os danos que os vão atingir.

Finalmente, relevamos a proposta do PSD que alarga a Cooperação Financeira com os Municípios, reforçando a sua capacidade de investimento, ao abrir horizontes no aproveitamento de fundos europeus. É oportuno recordar a gestão mais eficiente que o Poder Local sempre assegura aos dinheiros públicos, com forte impacto na qualidade de vida dos Açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: São estas as propostas que o PSD apresenta aos Açorianos para reduzir o impacto negativo deste orçamento. Um orçamento que é resultado do estado deplorável em que os governos socialistas estão a deixar a República e a Região.

A maioria dirá se quer, ou não, atenuar as dificuldades que criou aos Açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Com este orçamento, a esperança dos Açorianos continuará adiada.

Será o penúltimo orçamento da era socialista. Os Açorianos ainda terão de suportar mais um. O último.

Deputados Jorge Macedo e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Olhe que não!

(Risos da bancada dos Membros do Governo)

O Orador: Durante dois anos, os Açorianos ainda terão que se subjugar aos interesses de um governo cansado, adormecido e que vive de costas voltadas para os Açores.

Só depois existirá uma atitude diferente na governação. Só depois haverá uma nova oportunidade para os Açores.

Deputados Jorge Macedo e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só nessa altura os Açorianos vão poder usufruir de um orçamento que responda aos seus anseios, às suas necessidades, às suas preocupações.

A esperança vai voltar. Infelizmente, só daqui a dois anos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Terminamos agora a análise ao Plano de Investimentos e ao Orçamento para o ano de 2011, documentos de crucial importância no âmbito do ciclo de programação financeira da Região, que se estende até 2012.

Começo por dar uma palavra de saudação e de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao longo destes dias de trabalho.

Afirmo, com uma pontinha de orgulho contido, que a sua lucidez, responsabilidade e trabalho exemplares contrastam com outras abordagens, de outros partidos...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...ao longo deste debate que se limitam a correr atrás do *sound-byte* e do momento televisivo de poucos segundos que, por vezes, curiosamente conseguiram, mas cuja acção política não passa disso.

Vozes dos Deputados das bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Segundo as propostas aqui apresentadas e discutidas, o investimento público vai atingir, em 2011, 801,3 milhões de euros, 506 milhões dos quais da responsabilidade do Governo Regional.

Estes valores reflectem o grande esforço do Governo dos Açores em continuar a promover e a potenciar o investimento público e privado, assim como a coesão social e territorial dos Açores.

É imperativo que se diga que este plano resulta, também, de uma importante vitória política do PS/Açores, do Governo Regional e do seu Presidente - o cumprimento escrupuloso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Para que melhor se perceba, a única legislação nacional reguladora de financiamentos que não foi mexida nem sofreu cortes foi a Lei das Finanças Regionais, o que permitiu uma transferência para a Região de cerca de 350 milhões de euros e que comprova que os Açores em nada contribuíram para a situação económica e financeira difícil do país.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Plano e Orçamento materializa duas orientações políticas muito claras: Por um lado, continuar a desenvolver a Região, com uma política de investimento público reprodutiva, quer em termos de construção de infra-estruturas e de equipamentos em várias áreas, cruciais para mais crescimento económico, mais competitividade e maiores dinâmicas sociais e económicas, quer através também do investimento nas pessoas, na sua qualificação e no reforço das suas competências.

Por outro lado, as prioridades para 2011 têm um forte cunho social que reflecte a preocupação do Governo dos Açores em minimizar os danos da crise económica e financeira internacional que ainda atravessamos e em reduzir os efeitos negativos do plano de austeridade nacional nas famílias e nas empresas açorianas.

Estas respostas só são possíveis a um longo caminho responsável de rigor financeiro e de equilíbrio das contas públicas regionais, que nos permite, agora, ter margem de manobra para adoptar mecanismos de protecção social que defendam os que menos têm, os que menos podem e os que mais precisam.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Enquanto por todo o mundo os Governos retiram apoios e direitos adquiridos aos cidadãos, cortam nas prestações e nos apoios sociais, deixam cair a economia, na tentativa desesperada de equilibrar o défice e cortam no investimento público, nos Açores, temos um Governo que, graças à sua boa e equilibrada gestão financeira, incentiva e apoia as empresas, mantém o esforço da despesa de investimento crucial para manter e criar emprego, e reforça os apoios sociais às famílias.

Sras. e Srs. Deputados:

Este é o tempo da Responsabilidade.

Nunca como agora os políticos estiveram tanto sobre o escrutínio público. Mas essa evidência não nos deve atemorizar. Deve, antes, ser motivo de responsabilização para toda uma classe que tem de estar à altura da exigência do momento.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A forma como ajudarmos as pessoas a ultrapassar este momento difícil, será o nosso património político futuro.

É na adversidade que temos de ser mais fortes. É na dificuldade que temos de nos superar e chegar mais longe.

É fácil cair na tentação de recorrer ao pessimismo, ao populismo, à crítica conveniente e destrutiva ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...ou à reivindicação irrealista. É fácil diagnosticar e apontar problemas, mais difícil é agir e resolvê-los.

Deputado Francisco César (PS) e Presidente do Governo Regional (Carlos César): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aos executivos pede-se empenho, determinação e rigor, às oposições pede-se pró-actividade, propostas concretas, exequíveis, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos e que não aumentem para níveis incontroláveis a despesa pública.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Muito bem!

O Orador: A esse propósito é importante dizer que o Partido Socialista sempre esteve e continuará a estar disponível para o diálogo e para apreciar e aceitar as propostas dos outros partidos com assento neste Parlamento.

Mas não basta fazer propostas. É preciso que essas sejam sérias, razoáveis e que não sejam correias de transmissão de pequenos descontentamentos localizados que, sendo legítimos, não podem por em causa o desenvolvimento colectivo e o bem de todos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Admito que isso seja tentador para partidos que não têm coerência ideológica ou programática, que se movem ao sabor do vento e que tentam, desesperadamente, capitalizar eleitoralmente descontentamentos ou corporativismos.

Mas os tempos não estão para isso e os açorianos sabem reconhecer quem tem um projecto, quem tem uma linha de rumo e quem, há 14 anos, implementa um projecto de mudança e de modernização nos Açores.

Deputados Francisco César e José Lima (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas no que se refere a propostas e a diálogo, quer o Governo quer o PS, no âmbito do Plano e Orçamento para 2011, reafirmaram publicamente a sua disponibilidade para acolher propostas dos partidos da oposição: os que quiseram, concertaram connosco o que consideraram mais relevante; outros não chegaram a acordo connosco, o que também é natural e legítimo; mas outros recusaram essa concertação atempada, demonstrando pretender apenas a publicidade das suas propostas demagógicas e não a averiguação da sua sustentabilidade. Foi o caso, mais uma vez, do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Infelizmente, não nos admiramos com a atitude deste Partido, pois a sua história neste Parlamento é um claro repositório da sua prepotência.

Nos últimos dez anos em que foi governo nos Açores, o PSD rejeitou mais de cento e cinquenta propostas de alteração ao Plano do CDS, do PCP e do PS, e, nem sequer quando perdeu a maioria, em 1992, votou a favor de uma única proposta dos mesmos partidos ou do grupo de independentes então formado.

Curiosamente, muitos dos dirigentes políticos do PSD dessa altura, são exactamente os mesmos que dirigem esse partido, hoje.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos exigem coerência, responsabilidade e honestidade política.

A coerência de reconhecer que estas propostas de Plano e Orçamento vão em contra ciclo com o país.

A responsabilidade de admitir que os tempos são difíceis e, portanto, não é momento para opções irrealistas.

A honestidade política de aceitar a actual conjuntura económica e social, que obriga a que se deixe as tentações partidárias de parte, que não se gaste o tempo na

crítica destrutiva e infundada e que se gaste esse tempo a construir e a defender os Açores e os Açorianos.

Em nome destes princípios, a oposição, mesmo aquela que se afirma paladina dos direitos sociais, que criticou o congelamento nacional de pensões não pode discordar quando o Governo Regional propõe o aumento do complemento regional de pensão, que abrange mais de 35.100 idosos;

A oposição que denunciou a insensibilidade da República nos cortes ao abono de família, não pode tentar denegrir agora a proposta do Governo Regional de aumentar em 11 por cento o complemento regional desta prestação social, que abrange 42 mil crianças e jovens;

Os partidos que bradavam contra os aumentos das comparticipações familiares pelos serviços de ama, creches, jardins-de-infância e ATL's não podem, agora, estar contra a suspensão desta medida como forma de aliviar e desonerar as famílias açorianas;

Os partidos que criticaram tantas vezes a insensibilidade social do Orçamento de Estado não pode, agora, esquecer a preocupação do Governo de criar um Fundo Social de Compensação de 7 milhões de euros, que servirá para acudir famílias em situações de emergência e em situações de pobreza ou desprotecção súbita;

Os mesmos partidos que se insurgiram contra os cortes salariais na Função Pública do país, não podem, agora, estar contra o novo apoio proposto pelo Governo dos Açores, designado “remuneração compensatória” que irá compensar inteiramente, em 2011, a perda de vencimento dos funcionários públicos devido ao plano de austeridade nacional e que abrangerá cerca de 3700 açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos pena que essa coerência não exista. Não se percebe, como se pode dizer que este orçamento não serve os açorianos.

Chegados aqui, constatamos que, nesta Assembleia, temos um PSD/Açores entrincheirado em tiques persecutórios, incapaz de apresentar um projecto alternativo e credível para os Açores.

O tempo já não serve de álibi.

Esta liderança do PSD/Açores, em funções há muito tempo, ainda não apresentou um programa, um objectivo, uma proposta aos açorianos com medidas estruturadas.

É muito tempo para não se ter uma ideia.

Percebe-se. As ideias no PSD/Açores esgotaram-se há 15 anos atrás.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como pensa o PSD/Açores melhorar a economia dos Açores ou a política de transportes? Qual a solução alternativa para o Serviço Regional de Saúde? Como acha que é capaz de reduzir o desemprego? Nada se sabe e, mais uma vez, tudo ficou por saber.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Do PSD/Açores apenas se conhece a crítica fácil e destrutiva.

Este partido personifica, assim, a fábula do escorpião e da rã.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! O senhor aprende depressa.

O Orador: Neste conto, o escorpião necessita da rã para não se afogar a atravessar o rio. Mesmo assim, a meio da travessia, não resiste e crava o seu ferrão na rã, mesmo sabendo que este acto representaria a sua morte. As suas últimas palavras foram: “Não tenho culpa, está na minha natureza”.

Este é o PSD que temos. Sabe que vai pelo caminho errado, mas insiste em seguir por aí.

Presidente do Governo Regional (Carlos César) e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

O Orador: De alguns dos seus dirigentes, já percebemos que não têm mesmo mais nada para dizer aos açorianos do que “Não tenho culpa, está na nossa natureza”.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Mas falemos de coisas importantes. Falemos, pois, daqueles que querem ser parte da solução e não continuar a fazer parte do problema.

Falemos dos açorianos e das suas instituições representativas. Mesmo com desacordos pontuais, o PS/Açores sabe que pode contar com elas, com o seu empenho e com a sua determinação.

Basta ler o parecer da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, quando refere – e cito - “O montante deste Plano (...) poderá ser um contributo importante para a recuperação económica, para o emprego e para a melhoria da situação das empresas. Esta deve ser uma clara opção política de âmbito regional e local”, fim de citação.

Basta ler também o parecer da Associação de Industriais da Construção Civil – e cito - “Reconhecemos que, se este Plano e Orçamento for realizado na íntegra, será um orçamento equilibrado e ajustado ao actual contexto”, fim de citação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com os açorianos que o PS/Açores conta. Juntos vamos ultrapassar as dificuldades, como o desemprego, que nos continua a preocupar diariamente.

Estamos com uma taxa de 6,6 por cento, a mais baixa de todas as regiões do país. Esta evidência não nos descansa, cada desempregado nos Açores é uma preocupação para nós...

Deputado Francisco César (PS) e Presidente do Governo Regional (Carlos César): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...mas é preciso rejeitar aqui, com dados oficiais, algumas inverdades, repetidamente, usadas pelo PSD/Açores sobre este assunto.

Durante os Governos do PSD, o número de trabalhadores nos Açores nunca atingiu os 100 mil.

Com o PS, há nove anos que existem mais de 100 mil açorianos a trabalhar nas nossas ilhas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em Outubro de 2010, o número de desempregados inscritos nos serviços públicos era 6.030, número muito inferior aos 7.164 verificados em Outubro de 1996, aos 6.428 de Outubro de 1995 e aos 6.112 de Outubro de 1994.

Durante os anos de 1994, 1995 e 1996 o desemprego manteve-se sempre acima do agora verificado. Havia, nesta altura de governação social-democrata, mais desempregados do que agora e muito menos trabalhadores nos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Não é verdade!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade! É mentira!

O Orador: A bem da verdade e do esclarecimento dos açorianos, fica, de uma vez por todas, desmentida a falácia tantas vezes repetida pelo PSD, quando afirma que o desemprego actual é o maior da história da Autonomia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Fica desmentida porque não é. É o mais baixo das regiões portuguesas e o mais baixo das regiões ultraperiféricas da Europa onde o desemprego é um grande flagelo social. Não nos satisfaz a desgraça dos outros, mas estes referenciais permitem-nos perceber e medir a eficácia das nossas medidas e das nossas acções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos pela frente tempos difíceis. O Governo sabe disso, o PS sabe disso e os açorianos sentem isso.

Estou convencido que não há problema que não possamos resolver. Que não há desafio que não conseguiremos ultrapassar.

Nenhum de nós fará isso sozinho, mas, em conjunto, será mais fácil percorrer o caminho que nos levará a uma Região melhor.

Uma Região que complete cada família, que recompense a audácia, que premeie o empreendedorismo, que garanta a saúde, que apoie os desprotegidos, que integre quem nos escolhe para viver.

Uma Região que pertença a cada um dos açorianos. Uma região em que a soma de todos seja, sempre, muito superior ao individualismo de cada um.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Uma Região que cada um dos açorianos possa chamar sua e que sinta orgulho nisso. Um orgulho colectivo que cabe ao PS idealizar e ao Governo executar.

Vamos continuar empenhados, vamos continuar a trabalhar. Essa é a nossa obrigação em nome dos Açores e em nome dos açorianos!

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

Saúdo também todos açorianos e açorianas que nos ouvem nesta sessão de encerramento dos debates parlamentares.

O Parlamento é, mais uma vez, convocado para exercer uma das suas competências mais influentes: a de apreciar e decidir sobre os instrumentos orçamentais e de planeamento para a Região, neste caso, para 2011.

Este debate ocorre, porém, quando se estão a sentir, com particular incidência no desequilíbrio das contas públicas nacionais, fortes sinais de decréscimo económico e de instabilidade social na maioria dos países europeus e das nossas economias de referência.

Todos os dias, por esse mundo fora, ouvimos notícias de uma degradação constante, de falências em cadeia de empresas e da extinção abrupta de empregos, de economias destroçadas, de famílias sem apoios e sem esperanças, e, mais grave ainda, de Regiões e Estados completamente incapacitados e sem meios para agir e socorrer.

Em todo o lado – e não só no nosso País – são tomadas medidas de fortíssima severidade, que abalam estilos de vida consolidados e estremecem valores tradicionais.

Na própria Alemanha, que é uma exceção na quebra do desempenho europeu, a idade de aposentação já passou para os 67 anos, serão despedidos em três anos dez mil funcionários públicos e, entre vários outros benefícios sociais, foi agora abolido o subsídio de paternidade; na Espanha, o desemprego já ultrapassou os 20% e suprimem-se apoios como os destinados a pessoas com deficiências ou o chamado cheque-bébé; na França já se cortam todos os benefícios habitacionais; na

Grécia são reduções salariais e a eliminação do salário mínimo; na Irlanda, ainda hoje foi anunciado o despedimento de 25 mil funcionários públicos e uma diminuição geral dos vencimentos em 10%; na Itália, temos congelamentos salariais e bloqueio a novas contratações nos próximos três anos; na Roménia, cortam-se os salários em 25% e as reformas em 15%; e, para não falar de outros países, no poderoso Reino Unido triplicam as taxas de inscrição nas universidades e está anunciado o despedimento, de nada mais, nada menos, do que meio milhão de funcionários públicos.

Com todo esse contexto envolvente, será que vivemos ou podemos viver num “mar de rosas” nos Açores? Evidentemente que não: seria, mesmo, descabido, negar dificuldades que todos conhecem e que muitos sentem. Mas, também, é insensato negar outra evidência: a de que não só os problemas que temos são, felizmente, muito menos graves, como temos conseguido apoiar e ajudar muitas pessoas, muitas famílias, muitas empresas, ao invés do que acontece por toda a parte.

Conseguimos manter os meios financeiros que nos permitirão, em 2011, não baixar significativamente o investimento público e o apoio aos investidores privados, afiançando níveis estabilizados de actividade económica. Isso será muito importante para as empresas e para conter tendências de decréscimo da população empregada.

Estamos convencidos, igualmente, que vamos ter boas taxas de execução do plano de investimentos. Em 2009, a execução do Plano proporcionou um incremento do investimento público em 12% face ao ano anterior, apesar de penalizada pela entrada em vigor só a meio do ano do orçamento e pela adopção de novas regras nacionais de contratação pública que atrasaram muitas empreitadas. Não compreendo, por isso, a razão do PSD nos ter criticado, com a sua habitual braveza, por só termos conseguido executar 82% do investimento então previsto, pois ainda há pouco tempo se ficou a saber que, entre as câmaras municipais, a de Ponta Delgada, não foi além de uma execução de pouco mais de metade do que tinha previsto em 2009...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...para já não falar do caso da Madalena que teve uma taxa de execução em 27%...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ou na Horta!

O Orador: ...ou do Nordeste que se quedou nos 29,6%.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E a da Horta?

O Orador: Virou-se, assim, neste caso para o PSD, mais uma vez, o feitiço contra o feiticeiro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Orçamento que vamos agora aprovar acentua uma orientação clara do nosso governo regional – a de que devemos concentrar os nossos esforços na compensação dos mais prejudicados nos Açores por esta crise internacional, tendo esperança que ela, uma vez ultrapassada, nos devolva o ritmo de progresso e de desenvolvimento que temos vivido nos últimos anos.

Não perdemos o sentido estratégico e compromissório da nossa governação, mas temos, cumulativamente, agora, duas agendas de trabalho: uma, visando prosseguir as acções de consolidação do nosso modelo de desenvolvimento, e outra, mais momentânea, que pretende aliviar dificuldades emergentes. Torna-se evidentemente impossível executar tudo o que queríamos fazer quando, entretanto, surgem outras coisas que não estavam previstas e que se tornaram mais importantes pôr em prática, mas estou convencido que cumpriremos, mesmo assim, nesta Legislatura, a maior parte dos nossos compromissos em todas as ilhas, ao mesmo tempo que seremos bem sucedidos nas ajudas excepcionais que queremos agora prestar aos açorianos para minimizar as medidas tomadas pelo governo a nível nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Durante estes três dias de debate, do primeiro ao último discurso, o PSD não quis fazer outra coisa senão atacar a política do governo e até os membros do governo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não se preocuparam com boas ideias para a nossa Região, nem sequer com a coerência das críticas ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...constantes que produziram ou com um mínimo de rigor na sua conduta. Mas serviu para perceber o caos em que ficaríamos se estivessem no governo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Começaram por dizer que o Governo estava cheio de dinheiro este ano, propondo o seu gasto “de uma penada”...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ...e logo a seguir, que a Região estava endividada, e depois, ainda, reclamando mais investimentos que agravariam então ainda mais esse endividamento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está enganado!

O Orador: Num dia dizem que gastamos a mais na promoção do turismo, mas, ainda há precisamente um ano, consideravam “inexplicável” o que denunciaram como a redução de verbas para esta mesma finalidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Criticam o que denunciam não ser reprodutivo, como o investimento do governo na Cultura, mas, ao mesmo tempo, protestam insistentemente porque não se constrói um campo de futebol.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Num momento criticam a dívida de uma Administração Portuária, mas noutro já pedem ampliações de portos e construção de marinas.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi nada disso!

O Orador: É esse mesmo partido que, constantemente...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não foi neste debate!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Esse discurso já estava escrito!

O Orador: ...critica a despesa do Serviço Regional de Saúde, mas não propõe uma única medida ou está sempre contra qualquer proposta que vise a redução de encargos do sistema. Bem pelo contrário...

Deputados Berto Messias e José San-Bento (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...pois, ainda hoje, e uma vez mais, voltou a apresentar propostas que voltam a aumentar a despesa no Serviço de Saúde.

Ainda mais extraordinário: há apenas dois dias o PSD criticou aqui o que considerou ser a assunção excessiva pelo governo de responsabilidades financeiras futuras, mencionando nomeadamente os encargos futuros das SCUT, mas ainda há dois ou três meses reclamaram, aqui mesmo também, mais ligações rodoviárias das SCUT's no Nordeste e até à Povoação...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...e, em 14 de Novembro de 2001, depois de concordarem expressa e entusiasticamente com o instrumento financeiro usado para aquele projecto rodoviário, disseram achar pouco, muito pouco, propondo ainda, pasme-se, mais 57,5 quilómetros de estradas em mais quatro ilhas. Agora, o dito partido, diz-se preocupado com responsabilidades financeiras futuras: não se preocupe o PSD, porque, felizmente, não vos demos ouvidos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É este PSD, que diz e que se desdiz, travesso na pequena e média mentirinha, solene na adulteração dos números e dos factos como acontece com qualquer mitómano, cheio de truques e de propostas sem responsabilidade e sem nexos, e que já lançou várias câmaras municipais na falência...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A da Praia, por exemplo!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ...que nos pretende dar lições e que censura os partidos da oposição que conosco procuram colaborar. É este partido que gostaria de governar os Açores – não, muito obrigado!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com um PSD tão errante e tão fraquinho já não nos preocupamos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ainda bem que está a dar em directo!

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD): Ainda bem, ainda bem que é assim!

O Orador: ...mas com uma crise internacional tão difícil não seria mal vinda a sua ajuda. É pena, porém, que a recuse prestar com a necessária responsabilidade e ponderação, pois ao Governo nunca tem faltado a vontade de partilhar esforços e congregar vontades, tendo o PS, nesta Legislatura, já aprovado dezenas de propostas dos partidos de oposição, mostrando a primazia açoriana e a qualidade democrática de que estamos imbuídos no serviço que queremos prestar à nossa terra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Para isso, todavia, o PSD tem que se habituar a uma conduta democraticamente mais adulta, que permita uma concertação prévia e ponderada, e não, como o tem feito e voltou a fazer, apresentando propostas para constar lá fora e para não valer cá dentro.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é parecido com as suas! O PS ainda não apresentou as suas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados:

Há, também, no meio destas crises, uns Açores positivos e prometedores que importa relembrar. Faz-se e consegue-se, todos os dias, tanta coisa boa por estas

ilhas fora. Mas o que é bom nos Açores parece não interessar à oposição, e não atrai, evidentemente, a atenção do jornalismo sensacionalista e medíocre. Não sei, porém, porque havemos de falar só no que não vai bem, omitindo uma parte importante da nossa realidade.

Voices dos Deputados da bancada do PS e o Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por exemplo, perdemos, infelizmente, nestes últimos meses algumas empresas e empregos, é certo, mas ganhamos outras e outros, de certeza até mais sólidos e duradouros. Mais de seiscentos de projectos empresariais privados no valor superior a 400 milhões de euros já foram aprovados no âmbito do actual sistema de incentivos. O número de pessoas a trabalhar nos Açores, apesar de ter descido 1,9% no 3º trimestre deste ano, é o terceiro mais elevado dos últimos 25 anos. O número de desempregados inscritos nos serviços públicos de emprego em Outubro foi inferior ao de Janeiro em 720. A nossa taxa de desemprego continua a ser a mais baixa do país e uma das mais baixas da União Europeia. Temos 6,6% de taxa de desemprego...

Deputado João Costa (PSD): E a maior de sempre dos Açores.

O Orador: ... enquanto, por exemplo, as Canárias têm 29%.

Deputado António Marinho (PSD): E na Martinica?

O Orador: A generalidade dos indicadores de actividade, desde a construção civil à produção de carne, recentemente divulgados, revela crescimentos e um desempenho melhorado nos Açores. O número de turistas que já vieram este ano aos Açores melhorou em relação ao ano passado. Atingimos já os 72% da média de riqueza europeia e 98% da média nacional no índice do rendimento disponível das famílias, ultrapassando a Região Centro, a Região Norte e o Alentejo.

E quanto a responsabilidades financeiras futuras já contraídas pela Região, é preciso repor a verdade e desmentir afirmações do PSD.

Deputados José San-Bento e Francisco César (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É falso que esses encargos futuros sejam de perto de 3 mil milhões de euros, como aliás é bom que se saiba que projectos como os das SCUT serão pagos ao longo de trinta anos e não “no ano que vem”.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Encargos financeiros futuros!

O Orador: É falso – como disse – e intencionalmente enganador, o montante referido pelo PSD: somaram várias vezes na dívida os mesmos empréstimos...

Deputado Luís Garcia (PSD): É falso!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é falso! Foi bem explicadinho. Retiraram precisamente esses!

O Orador: ...consideraram dívidas da Região dívidas de sócios privados em empresas como a EDA ou a Transmaçor; incluíram indevidamente subsídios e apoios às empresas que não geram quaisquer despesas no futuro; mencionaram uma dívida directa e indirecta e um passivo do sector público empresarial incorrectamente superiores...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é verdade!

O Orador: Ou seja, se anunciarmos um montante, “deduzindo o valor do passivo da EDA e da SATA e o efeito multiplicador dos Avals”, citei agora o PSD...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi assim! Efeito multiplicador de avals!?

O Orador: ...o valor exacto de eventuais responsabilidades futuras é de mil e quinhentos milhões de euros, ou seja menos mil milhões do que um deputado do PSD aqui disse, e vezes sem conta inferior, por exemplo, aos encargos futuros da Região Autónoma da Madeira.

Senhores Deputados do PSD: o mais simpático que vos posso dizer, quanto à vossa intervenção parlamentar a este respeito, é que “A juba não faz o leão” e que “A (vossa) Montanha pariu um Rato”.

Deputado António Marinho (PSD): As contas estão à disposição dos açorianos, felizmente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhoras e Senhores Deputados:

Temos que continuar a trabalhar, como o temos feito ao longo da última década, com sentido de adequação a cada tempo novo e de inovação.

Sem prejuízo da nossa inserção global, caracterizada por inultrapassáveis interdependências que se repercutem para o bem como para o mal, devemos aspirar a ter um espaço e uma autonomia económica mais expressivos. A Região, como o País, tem margem para escolher um lugar próprio no mundo, tal como o desígnio de Portugal não pode ser o de viver à custa dos outros, seja agora da União Europeia, ou tenha sido, no passado, da África, do Brasil ou da Índia. É esse o nosso desígnio – o de termos “mais Açores” nos Açores e no Mundo – é esse o nosso desígnio que queremos fazer predominar.

A crise mundial não deve afectar o nosso discernimento: neste momento, decidimos acentuar a prioridade das acções conjunturais de apoio às famílias e às empresas, mas não perdemos a orientação de privilegiar o investimento com maior valor reprodutivo – sobretudo o gerador de emprego e centrado nos nossos recursos endógenos – seja na agricultura, nas pescas, no turismo, na transformação, na exportação ou na substituição de importações, na incorporação tecnológica, em hiperclusters como o do mar, na coesão social e na abertura de novas oportunidades para o desenvolvimento integral da sociedade açoriana.

Decidimos, em sentido inverso do que se está a passar nos outros lugares, fazer um esforço e apoiar os que mais precisam, e os prejudicados, com medidas como a redução em 15 % do pagamento dos serviços de apoio ao domicílio para os idosos que usufruem da pensão social, como o aumento do Complemento Regional de Pensão e do Abono de Família, que o PSD quer aumentar mais, mas que não havia no tempo em que o PSD estava no Governo...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...a suspensão do aumento das comparticipações das famílias no pagamento das creches, jardins de infância e ATL's, o reforço do apoio aos estudantes economicamente mais carenciados, a implementação do passe social para o transporte terrestre, a criação da Remuneração Compensatória assegurando, que no global 15 mil funcionários públicos não verão o seu vencimento ilíquido reduzido, e com a criação de um Fundo de Compensação Social destinado aos mais pobres e àqueles que se encontrem numa situação de desprotecção súbita.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Vamos apoiar em 2011, mais trezentas famílias ao abrigo do programa “Famílias com Futuro”, e chamar mais de três mil beneficiários do RSI para a Rede Valorizar, visando a sua mais rápida inserção no mercado de trabalho.

É claro que o PSD, com a sua oportunística e proverbial preguiça, já apresentou as suas velhas propostas do costume: aumentar os aumentos e diminuir nas diminuições.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por acaso enganou-se!

O Orador: Enfim, é o que sabem fazer...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Refiro também a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, onde temos de trabalhar mais e temos de trabalhar muito, e a extraordinária dimensão social do esforço que estamos a fazer para reduzir gastos em prol da manutenção do Serviço Regional de Saúde gratuito. Isto é muito importante para as pessoas mais pobres e até para a classe média, porque quando o governo não tiver dinheiro para garantir esse carácter gratuito serão elas que o terão de pagar ou não serem tratadas nos hospitais por não terem dinheiro.

Paralelamente a essa dinâmica nas nossas políticas sociais, continuaremos a apoiar a nossa economia empresarial, diminuindo os seus custos e facilitando o seu funcionamento, e dirigindo uma atenção especial para as pequenas empresas e economias das ilhas menos populosas onde, cuidaremos, com maior proximidade, das problemáticas de fixação dos jovens e, em especial, da empregabilidade dos mais qualificados. Nesta ordem de preocupações temos, aliás, prevista a constituição de um Conselho do Governo para a Juventude, o qual reunirá periodicamente e assegurará uma melhoria na consideração transversal das problemáticas juvenis na actividade governativa.

Ampliaremos, igualmente, o conjunto de medidas que têm amortizado os piores impactos da crise internacional e que visam o alcance mais rápido de uma situação de retoma económica.

Decidimos aumentar a dotação para bonificação de juros à actividade empresarial privada, criando duas novas linhas de apoio às empresas com sede na Região, e proceder à revisão dos sistemas de apoio ao investimento privado, visando melhorar a selecção das áreas apoiadas, as taxas de participação e os procedimentos.

Constitui uma aposta decisiva aquela que estamos a fazer no turismo, aumentando para o dobro, tal como pediam os empresários do sector, o investimento na promoção. Por outro lado, no que respeita às acessibilidades marítimas e aéreas, vamos lançar o Plano Integrado de Transportes dos Açores, o qual, incidindo sobre aspectos como frequências, horários e rotas, gerará, seguramente, mais integração, eficiência e maior complementaridade.

Referi já, com a devida ênfase, a importância que atribuímos a sectores de actividade da economia regional centrados nos nossos recursos e capazes de acrescentar valor à nossa Região. É o caso de um dos mais importantes eixos da nossa actividade económica: a agricultura. E também das pescas, das quais estivemos a falar ainda há pouco.

No caso da agricultura, mantemos o alto nível de investimento público que caracterizou a última década e a centralidade da agropecuária na estrutura produtiva, embora acentuando a nossa aposta na diversificação produtiva. Face à desregulamentação do mercado do leite e dos lacticínios, a nossa orientação, articulada com as associações de produtores, e que queremos ajudada por uma PAC orientada para uma estratégia compensatória e de transição, é a de continuarmos investindo no ordenamento agrário, no profissionalismo, na produtividade, na qualidade e na eficiência. Não há os Açores que queremos, sem uma agricultura presente em todo o território, servindo eficazmente o rendimento dos produtores, a sustentabilidade ambiental, a transformação e a exportação.

Deputados José San-Bento e Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com cerca de um milhão de quilómetros quadrados de mar, os Açores são um arquipélago verdadeiramente oceânico e com um futuro incontornavelmente ligado ao aproveitamento dos seus recursos. Com o prolongamento da jurisdição nacional sobre uma extensa área de fundos marinhos

em torno do arquipélago, a área de responsabilidade açoriana ficará substancialmente alargada.

Todos os anos, muitas dezenas de expedições científicas e de exploração tecnológica perscrutam as nossas águas e os nossos fundos marinhos. Dificilmente poderemos competir materialmente com essas incursões, mas importa fazer o que está ao nosso alcance, contando com a nossa Universidade e demais instituições científicas, sob pena de outros ficarem a gerir os nossos mais importantes recursos naturais.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Agora que conseguimos alargar substancialmente as nossas competências, avançaremos, tão depressa quanto possível, em legislação destinada a criar e colocar sob gestão açoriana o Parque Marinho dos Açores, regulamentando a aplicação à Região da Convenção para a Diversidade Biológica, o acesso aos recursos minerais dos fundos marinhos e ao potencial energético do mar, e desenvolvendo o Plano de Ordenamento do Mar dos Açores.

O Mar dos Açores é seguramente o maior desafio estratégico que se coloca à nossa e às próximas gerações.

Deputado José San-Bento (PS) e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não tenho dúvidas que, a esse propósito, não faltarão rijas polémicas futuras, envolvendo mesmo autoridades e entidades públicas nacionais, e que, para termos sucesso, teremos que mobilizar não só as nossas melhores competências como alertar para a nossa unidade – a unidade açoriana – em torno da defesa vigorosa de uma parte que será muito importante para o nosso futuro colectivo e para uma Região mais próspera e sustentada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhoras e Senhores Deputados, Açorianos e Açorianas:

É assim que vamos continuar a governar: ajudando quem precisar, encorajando quem desanimar, apoiando os empreendedores e honrando todos os que, vivendo nas nossas ilhas, querem poder dizer: “Que bom é ser Açoriano!”.

Vamos ao trabalho.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos jantar. Retomamos os nossos trabalhos às 22 horas para procedermos às votações e ao debate na especialidade.

Até já.

(Eram 20 horas e 10 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 22 horas e 22 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Queria dar-vos notícia que há pouco, há menos de meia hora, reuniu a Conferência de Líderes que deliberou, por unanimidade, manifestar o seu desagrado e protestar pela atitude da RTP-Açores, quando interrompeu a transmissão em directo das intervenções finais e, na circunstância, a intervenção do Sr. Presidente do Governo. Consideramos que isso consubstancia um desrespeito para com esta Assembleia e, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, nós adoptámos o mesmo procedimento e nunca tal comportamento tinha acontecido por parte da RTP-Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Passava agora à votação na generalidade do Plano Regional Anual para 2011. É a primeira votação que temos que fazer. Vou colocá-lo à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Plano Regional Anual foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o Programa 1. O Programa 1 tem 10 propostas de alteração, sendo 2 do CDS/PP e 8 do Partido Popular Monárquico. Eu pergunto à Câmara se há alguma oposição a que se votem em conjunto as alterações apresentadas pelo Partido Popular Monárquico.

Não há oposição.

Sra. Deputada Zuraida diga?

Deputada Zuraida Soares (BE): Queria solicitar um intervalo de 10 minutos, por favor, Sr. Presidente.

Presidente: Com certeza. É regimental. Reiniciamos os nossos trabalhos aos 25 minutos para as 11 horas.

(Eram 22 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que podemos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 37 minutos)

Tinha colocado a questão e parece-me que na altura havia, da parte do Sr. Deputado Aníbal Pires, oposição a que se votassem as 8 propostas de alteração do PPM ao Programa 1.

Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Pedia que fossem votadas separadamente as acções 1.51 e 1.73, no conjunto de propostas de alteração do PPM.

Presidente: 1.51 e 1.73, com certeza.

Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** No seguimento do mesmo pedido, mas no nosso caso as 1.1.1 e 1.5.1.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração. Sempre que estivermos a votar as propostas de alteração vamos votar os reforços, mas estamos também a votar as correspondentes contra-partidas.

Do PPM, para a acção 1.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para a acção 1.1.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar a proposta do PPM para a criação de uma nova acção 1.1.26.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar também a proposta de alteração do PPM, aliás não é de alteração, é de criação de uma nova acção 1.2.27.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Diga, Sr. Deputado? 1.2.27.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: 1.1.27. Tem razão.

Podem sentar-se, Srs. Deputados. Vamos repetir a votação.

Vamos colocar à votação uma proposta de criação de uma nova acção a 1.1.27, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 1.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do CDS/PP para a criação da acção 1.2.2. Para a criação de uma nova acção 1.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Querem repetir a votação?

Proposta do CDS/PP para a criação de uma nova acção 1.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM à acção 1.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 1.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 1.5.1. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Pode repetir, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda. Peço desculpa.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 1.7.3. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 1, com as alterações que lhe foram introduzidas.

Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, a acção 1.1.4, que é proposta do Governo, eu pedia, se fosse possível, votá-la separadamente.

Presidente: Qual acção? Desculpe...

Deputado Aníbal Pires (PCP): 1.1.4.

Presidente: Não há nenhuma acção 1.1.4, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): De apoio ao ensino privado?

Presidente: Não. Veja o Plano. Não há nenhuma acção 1.1.4.

Vamos então votar o Programa 1, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o Programa 2.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 2.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 2.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para a acção 2.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do PPM para a mesma acção.

Diga Sr. Deputado? Não está prejudicada, porque as contra-partidas são diferentes, Sr. Deputado, e o reforço é diferente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos passar para a proposta de aditamento da acção 2.1.11, apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, preocupado com a questão dos jovens e do desemprego jovem, vem aqui propor um aditamento ao Plano nesta matéria de que se crie uma rubrica na área do fomento do emprego jovem.

O emprego jovem hoje em dia atinge cerca de 16% e é importante contribuir para o drama que muitas famílias e muitos jovens têm vivido no dia-a-dia na procura de emprego. São muitos os jovens que estão no desemprego, que acabaram os seus cursos profissionais, que acabaram os seus cursos no ensino superior, e deste modo, com esta proposta vamos ao encontro desses anseios da juventude.

Para além disso, queria também aproveitar a palavra para apresentar aqui outras duas propostas, nomeadamente a questão do OTL Jovem. Trata-se do Programa 3, um aditamento ...

Deputado José San-Bento (PS): Ainda não viste nada! Vamos já para o Programa 3?

Deputado António Marinho (PSD): Fica já apresentado.

O Orador: ...trata-se dum reforço de verba de 500 mil euros. Ora bem, em 2009 a verba foi de 800 mil euros, em 2010 a verba cresceu para 1 milhão de euros. No entanto, ficaram de fora 402 entidades que foram rejeitadas nos programas de OTL Jovem e ficaram de fora 1446 jovens dos programas de OTL Jovem. Uma das justificações do Director Regional da Juventude foi de que não havia dotação orçamental, por isso vimos aqui apresentar uma proposta de reforço de 500 mil euros nesta acção.

Também aproveito para apresentar, no Programa 15, a criação de uma base de dados electrónica para o controlo e prescrição de medicamentos no tratamento de toxicodependentes.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor desconhece a legislação sobre isso!

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Essa legislação sempre teve...

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Não é preciso!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): É desnecessário!

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: Para que não haja tráfico, para que haja um controle apertado de todos os medicamentos que foram prescritos por médicos, nomeadamente o *Subutex* e *Suboxone*. Os Srs. Deputados sabem que existe muito tráfico e aliás é muito importante apostar nesse sentido.

Deputado Domingos Cunha (PS): Está escrito na legislação. O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: Sei, sim senhor, o que estou a dizer. Uma base de dados electrónica foi pedida por muitos médicos já nesta matéria. Foram pessoas experientes na área que aconselharam este assunto.

Aliás, o Sr. Secretário da Saúde sabe bem do que é que estou a falar.

Muito obrigado.

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor é que não sabe. Está a dizer uma série de asneiras desnecessárias.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte, das propostas que o Sr. Deputado Cláudio Almeida aqui traz, também enquanto líder da Juventude Social-Democrata, duas delas são redundantes...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quais são as redundantes?

O Orador: ... e a outra é, se quisermos, politicamente desonesta. As redundantes são a base de dados e a acção nova criada de fomento ao emprego jovem e a que é desonesta politicamente é a referente ao OTLJ.

A criação da acção de fomento ao emprego jovem é redundante porque a política, e aquilo que está no Programa referente ao emprego e formação profissional, naturalmente que abrange os jovens, naturalmente que inclui também os planos de transição para a vida activa, como são o Estagiar L, o Estagiar T, o Estagiar U. Como são também as verbas que vêm no âmbito do Fundo Social Europeu e que fazem parte do financiamento à rede de escolas profissionais. Enfim, há uma série de verbas e dotação orçamental dentro do Programa Emprego e Formação Profissional que se dirigem exacta e concretamente aos jovens e à criação de novas oportunidades para os jovens açorianos. Portanto, esta acção de fomento ao emprego jovem é, quanto a nós, redundante.

Quanto à questão do OTLJ, dizer que nós tivemos oportunidade de discutir exhaustivamente esta questão, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que a dotação no âmbito da acção Ocupação de Tempos Livres que o senhor há pouco referiu, referindo também os reforços que tinha, que não se dirigiam apenas e exclusivamente à acção e ao Programa específico Ocupação de Tempos Livres, mas também ao financiamento de actividades no âmbito do voluntariado jovem, no financiamento a associações juvenis, no âmbito de monitores de campos de férias e

no âmbito de actividades de Ocupação de Tempos Livres de jovens geridas por essas associações.

Portanto nenhuma destas propostas terá o nosso apoio.

Muito obrigado.

(Neste momento, o Deputado António Pedro Costa substituiu o Deputado Cláudio Lopes na Mesa)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

***Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fico satisfeito por o Sr. Presidente da bancada parlamentar do Partido Socialista ter despedido o seu fato de líder parlamentar e ter vestido o seu fato de líder da Juventude Socialista.

Deputado José Rego (PS): Deste lado não há fatos de trabalho.

O Orador: Em relação à questão dos programas da OTL Jovem, e aliás, não sou eu que o digo, é o próprio Director Regional da Juventude que o diz, e passo a citar o Açoriano Oriental: “O Director Regional reconhece a adequação orçamental feita por via da nova realidade”. Ou seja, claro que houve aqui cortes nesse sentido, portanto é por isso que nós apresentamos a proposta...

Deputado Berto Messias (PS): Mas foi isso que eu disse, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): Não percebem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Só nós é que sabemos tudo!

O Orador: Deixe-me terminar!

... relação à questão dos programas OTL Jovem.

Quanto à questão do desemprego, Sr. Deputado Berto Messias, esta questão hoje em dia é fundamental. São muitos os jovens que carecem de emprego na nossa Região e a realidade está à vista. Basta irmos para a rua, basta irmos perceber junto das universidades, basta irmos perceber junto das freguesias qual é a realidade do emprego jovem na nossa Região.

E é esta a nossa preocupação, por isso os Srs. Deputados mais uma vez vêm aqui dizer que o PSD não apresenta propostas. Quando o PSD apresenta propostas, os senhores dizem que são propostas redundantes. Ora bem, aqui está mais uma proposta concreta na área do emprego jovem e para fomento do emprego jovem.

Deputado Francisco César (PS): Finalmente pôde fazer uma intervenção!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, e apenas para dizer que à semelhança e em coerência daquilo que já disse neste Plenário e tenho dito em muitos outros, não basta fazer propostas, têm que ser exequíveis, razoáveis e têm que acrescentar algo de novo e esta não acrescenta absolutamente nada.

Muito obrigado.

Deputada Aida Santos (PSD): Há sempre qualquer coisa, nunca está do vosso agrado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação da proposta de aditamento da acção 2.1.11, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 2 do nosso Plano Regional Anual.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos ao Programa 3, para o qual há 9 propostas de alteração, uma do PSD e 8 do PPM.

Eu pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto as 8 propostas do PPM.

Não posso, muito bem. Então vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu abstive-me, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires absteve-se. É capaz de repetir, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora para a mesma acção a 3.1.1., uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Pergunto à Câmara se podemos votar em bloco as proposta de alteração do PPM e de qual a qual?

Não posso, muito bem. Proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Há mais três do PPM: uma proposta de alteração da 3.1.14 e as propostas de criação da 3.1.17 e da 3.1.18. Posso votar as três em conjunto?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Não.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Paulo Estevão? Quer intervir? Tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou alongar muito, sei que a noite será longa, mas considero que este é um daqueles investimentos que o Governo deve fazer, por uma questão de justiça, mas também por uma questão de desenvolvimento, uma questão de desenvolvimento do Grupo Ocidental. Neste caso estou a falar em particular da ilha do Corvo porque o CDS há muito tempo, muito antes de mim, defende esse

investimento na ilha das Flores. Mas quero dizer que a ilha do Corvo, como sabem, e o Governo sabe bem disso, teve dificuldades de alojamento muito recentemente. Também agora está a ser desenvolvido um Programa 60+ em que novamente a ilha do Corvo continua a ficar de fora. Temos várias iniciativas no âmbito da juventude que também não são possíveis de desenvolver por falta de condições na ilha. É daqueles investimentos que são de facto prioritários e o que eu posso aqui dizer é que considero que era bastante racional que se fizesse este investimento na ilha do Corvo. Racional e justo.

Presidente: Vamos então passar à votação da proposta de criação do PPM da acção 3.1.17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Qual foi a votação do CDS/PP? A favor? Vai ser repetida a leitura da votação.

Secretário: Desculpem. A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM ...

30 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Muito bem. Passamos para a proposta seguinte, também do PPM, que se consubstancia na criação de uma nova acção 3.1.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 3 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o Programa 4, Sras. e Srs. Deputados, há 12 propostas de alteração do PPM, 1 do PSD.

Presumo que não poderei colocar à votação em bloco as propostas do PPM.

Sr. Deputado António Marinho, pelo PSD posso. Não sei se posso pelas outras bancadas.

Relativamente às propostas do PPM, posso colocá-las à votação em conjunto?

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Só as três primeiras?

Então vamos votar, em conjunto as três propostas de alteração do PPM para as acções 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Diga, Sr. Deputado António Marinho? Ainda estamos nas propostas do PPM. Ainda não chegámos à do PSD, que é para a acção 4.2.15.

Vou colocar à votação uma proposta de aditamento do PPM da acção 4.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Seguem-se, ainda antes da proposta de alteração do PSD, 5 propostas de alteração do PPM para as acções 4.2.3, 4.2.5, 4.2.6, 4.2.8 e 4.2.10.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Até à 4.2.6 pode ser em bloco? Então vou colocar à votação as propostas de alteração do PPM para as acções 4.2.3, 4.2.5 e 4.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação as propostas do PPM para as acções 4.2.8. e 4.2.10.

Não? Então vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Agora sim, chegámos à proposta de alteração do PSD para a acção 4.2.15. Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma intervenção breve para falar relativamente à alteração que fazemos neste Programa 4, designadamente na acção correspondente ao Centro de Arte Contemporânea “Arquipélago”. Fazemos uma redução de 6 milhões de euros e que se junta a um conjunto de reduções tanto neste Programa 4, como nos Programas 10, 12, 14 e 18 e que essencialmente correspondem a reduções relativas, neste caso, a este Centro de Arte Contemporânea, noutros casos aos Centros de Cultura e de Congressos, beneficiação de edificios públicos. Ou seja, um conjunto de investimentos que nesta altura não consideramos que sejam efectivamente reprodutivos e que sejam efectivamente essenciais.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Lembro uma questão que o Sr. Presidente do Governo disse. Dizia o Sr. Presidente do Governo que “em tempos de especiais dificuldades temos que ser especialmente selectivos no investimento e por isso devemos reservar o investimento para os projectos que têm efeitos reprodutivos na economia e no emprego”. Obviamente seguimos, naturalmente a sua ideia, porque concordamos em especial com ela, e daí que tenhamos feito um conjunto de reduções que são todas as reduções a que iremos assistir daqui até ao final do Plano para deixar também desde já essa questão como referida, embora se refira ao Orçamento. É um pouco a lógica que adoptámos no conjunto das verbas que suportam os reforços em que também propomos, designadamente, uma redução ao nível da promoção turística.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E nos fundos comunitários também, não é?

O Orador: E aqui referir uma questão ao nível da promoção turística. Esta promoção turística tinha 9 milhões e 800 mil euros o ano passado, nós propusemos, e hoje ouvimos o Sr. Presidente do Governo falar sobre isso, na altura um acréscimo de 2 milhões e 200 mil euros para 12 milhões, que obviamente suportam perfeitamente os 15 milhões a que ela é reduzida com a proposta de redução que fazemos.

Bom, é só para deixar claro.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E os fundos comunitários? É tudo receita que desaparece?

O Orador: O PSD não retira da promoção turística aquilo que ela efectivamente necessita. Temos que dizer que com esses 15 milhões 715 mil euros que lá ficam, temos um aumento de 60%, repito, um aumento de 60%, relativamente à verba de 2010.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): E os fundos comunitários?

O Orador: Ou seja, se o Governo for poupado, se o Governo gerir bem em tempo de crise as verbas que tem à sua disposição, não é por isso que a Região deixa de ser promovida quando tem um aumento de 60% da verba em relação ao ano anterior.

Finalmente, e no âmbito do suporte das nossas propostas de reforço, aquilo a que recorreremos foi, designadamente, a uma redução com peso ao nível da aquisição de bens e serviços. Devemos lembrar-nos aqui de uma questão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi uma bandeira apontada que a aquisição de bens e serviços era o que correspondia a um grande esforço do Governo. A aquisição de bens e serviços corresponde à redução - vamos pôr os números claros, em vez de falarmos sobre eles - de 18, 2 milhões de euros para 18 milhões de euros. Uma redução de 200 mil euros, de 40 mil contos, é o esforço que o Governo tem para apresentar, nas poupanças, nas gorduras que detém. Pois bem, aquilo que nós propusemos foi um conjunto de alterações ao nível de verbas como comunicações; ao nível de verbas como deslocações e estadias; ao nível de verbas como estudos, pareceres, projectos, consultadoria; ao nível de publicidade. Acham que é necessária publicidade em tempo de crise?

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): E como se publicam os concursos públicos?

O Orador: Ou o necessário efectivamente é resolver o problema da crise?

E por isso aquilo que consideramos é que a gordura do Governo só se pode retirar com vontade e este retirar com vontade, não é tirar 200 mil euros a 18 milhões e 200 mil para ficar 18 milhões.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: São reduções na ordem dos 15%. Estamos a conhecer a nível mundial reduções na ordem dos 30 e 40%. Portanto, estamos aqui a falar numa redução de 15% que corresponde a uma redução efectiva, em termos de valor, a 3 milhões de euros.

Se considerarem que essas reduções são efectivamente aquelas que são capazes de ser atingidas e que correspondem à vossa vontade, assim darão uma nota aos açorianos de que efectivamente querem poupar...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador:... começando por dentro de casa e dessa forma permitir que os açorianos sejam beneficiados através de um conjunto de reforços em alguns

programas que efectivamente vão resolver os seus problemas. Se não o quiserem fazer, mais uma vez demonstram que querem poupar 40 mil continhos na despesa de aquisição de bens e serviços do Governo, isto é, querem continuar a passear à vontade, querem continuar a solicitar pareceres a quem bem entenderem, custando aquilo que custar. Se é isso que querem fazer os açorianos ficarão a saber que o Governo...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Até me custa ouvir uma coisa dessas!

O Orador:... efectivamente, não quer emagrecer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

***Deputada Cláudia Cardoso** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo é escasso, mas para deixar claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pactua com esta visão estreita e redutora da cultura.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Aquilo que o PSD disse, nesta casa, e é preciso que também os açorianos tenham isso em atenção, é que para o PSD cultura é gordura.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Para o PSD cultura é desperdício, quando todos os estudos internacionais sobre a matéria, todos os especialistas referenciados pensam que a despesa em cultura, que os gastos em cultura são um investimento com retorno seguro.

Portanto, ficámos todos esclarecidos sobre a visão provinciana, localizada e redutora que o PSD Açores tem sobre a cultura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Srs. Deputados do PSD, a vossa visão desta matéria é confrangedora. Eu recordo para a Câmara que nós estamos a falar do Programa 4, “Património e Actividades Culturais”, especificamente na acção 4.2.15, que diz respeito a “Arquipélago” Centro de Arte Contemporânea. O que os senhores querem fazer é reduzir um Centro de Arte Contemporânea ao absoluto esvaziamento. Retiram a verba quase na totalidade ...

Deputados Luís Garcia e Jorge Costa Pereira (PSD): Não é prioritário!

A Oradora:... fazendo com que esta acção passe a ser inexistente. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, ficamos absolutamente conversados sobre qual é o entendimento do PSD sobre a cultura.

E mais...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é prioritário! O Sr. Presidente do Governo é que manda!

A Oradora:... nem têm tão pouco em atenção, que esta acção é co-financiada por outros fundos, por fundos europeus. Sr. Presidente...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Deputada Cláudia Cardoso faça favor de continuar.

A Oradora: Estamos a falar a falar de uma acção co-financiada por fundos europeus.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Presidente do Governo é que o disse!

A Oradora: Estamos aqui a falar da parte do Governo Regional de um investimento de 15%. É esta a visão do PSD que tem uma visão da cultura de paróquia, do palanque no meio da freguesia. Para isso não contam com o PS.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Porque é que a morada da escrita está fechada?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só gostaria de chamar a atenção do Sr. Deputado António Marinho para duas questões essenciais.

Primeira, a total dotação de aquisições de bens e serviços no total da despesa da Administração Pública representa 1,7%. Proponho que me indique uma outra administração, quer seja autárquica, quer seja de qualquer outra área geográfica, que tenha um volume de aquisições de bens e serviços tão baixa.

Segundo, desse valor que o senhor criticou, é bom lembrar que cerca de metade são aquisições de bens e serviços de escolas...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...e que os senhores estão a propor é reduzir as despesas de água, de electricidade, de manutenção das nossas escolas.

E mais, o total de aquisições de bens e serviços da Administração Pública Regional, se os senhores estudassem a redução efectiva, é de 5% e o total apenas dá esse valor...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Quem é que fez os fundos escolares, Sr. Vice-Presidente?

O Orador:... porque neste ano e no próximo irão abrir 3 novas escolas, e com as 3 novas escolas, necessariamente, existem mais despesas e é da conjugação dessas duas situações que a redução é de 2,5%, porque em termos práticos, retirando o efeito das escolas, seria de 5%. Isto é, o que os senhores propõem em termos práticos e efectivos, é que se reduzam as despesas com a manutenção, com a aquisição de bens e serviços e com o funcionamento das nossas escolas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito mais rapidamente ainda do que fui há bocado, vou dizer Sr. Vice-Presidente, que já estamos habituados às suas explicações sentimentais e por isso damos-lhe apenas o valor que elas têm.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas não há mais nada a dizer!

O Orador: Relativamente à Sra. Deputada Cláudia Cardoso, vou fazer só mais uma citação: “em função das especiais dificuldades temos que ser efectivamente selectivos no investimento, temos de reservar o investimento para os projectos que têm efeitos reprodutivos na economia e no emprego”.

Demos toda a razão ao Sr. Presidente do Governo, só temos uma diferença relativamente ao Governo e ao Partido Socialista, é que nós seguimos aquela boa ideia do Sr. Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era só para dirigir uma pergunta muito concreta ao Sr. Deputado António Marinho. Das propostas que o PSD apresenta, concretamente para redução de investimentos públicos, tem e fez o PSD contas efectivas de quanto é que isso implica na redução de fundos comunitários na nossa Região, e consequentemente redução da receita que nós temos na Região?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Isso não interessa nada!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o PSD não lhe admite qualquer dúvida relativamente à seriedade...

Deputado Domingos Cunha (PS): Quando não sabe, fuga para a frente!

O Orador: ... com que apresenta as suas propostas e por isso, Sr. Vice-Presidente, remeto-lhe tudo aquilo que o senhor acabou de dizer e digo-lhe mais uma vez: o PSD não admite esse tipo de dúvidas e não admite dúvidas...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas que dúvidas? Isso é inacreditável!

O Orador: ... quanto à sua seriedade na apresentação das propostas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Venha ao lume, Sr. Deputado!

Que números é que tem?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acho que no mínimo nós temos aqui todos direito, até para, sabe-se lá, votarmos a favor das suas propostas, de saber quais são as vossas contas, como é que isto vai chegar ao fim “elas por elas”, não é?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Quer dizer, o mínimo que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas têm direito a saber é quais são as consequências, no Plano Orçamental, das vossas propostas. O Governo pergunta, a um partido que apresenta uma proposta, delicadamente, muito delicadamente, com a melhor cortesia, Sr. Deputado, qual é o valor que estima de perda de fundos comunitários nestes investimentos que está a cancelar. O senhor responde que “não admite que ponham em causa a minha seriedade”.

Deputado António Marinho (PSD): Não é a minha, é a do PSD!

O Orador: O senhor tem de responder qual é o montante que está em causa de perda de fundos comunitários.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso se realmente invoca, e eu tenho a certeza que sim, com certeza será assim, a sua seriedade. Nós não podemos considerar sério, da parte do PSD, recusar esse esclarecimento. Não é só ao Governo, julgo eu, é a todos os parlamentares aqui presentes.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu faço-lhe lembrar que estas propostas que aqui estão têm um despacho do Sr. Presidente da Assembleia ...

Deputado José San-Bento (PS): Estamos esclarecidos!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Alguém não fez as contas!

O Orador:... e por isso foram consideradas como podendo ser discutidas, ou seja, o Sr. Presidente aquilo que está a colocar, se calhar, em dúvida, é o trabalho feito ao nível da Presidência da Assembleia.

Mas já agora, em quanto é que o senhor, que ainda hoje no seu discurso falava que tinha tido um falhanço de 100 milhões de euros no Plano de 2009, vai falhar durante o ano de 2011, perante os 506 milhões de euros que apresenta? Diga também isso, eu fico à espera da sua resposta.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E as respostas, Sr. Deputado? Agora já chuta para a Mesa da Assembleia!

Deputado Francisco César (PS): Estamos esclarecidos!

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que acabámos de assistir e de ouvir nesta Assembleia é algo que eu, para dizer a verdade, nem tenho memória de ter ouvido.

Um Grupo Parlamentar com as responsabilidades do PSD confessa-se absolutamente ignorante sobre o impacto financeiro ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador:... das propostas que apresenta de alteração do Plano e do Orçamento da Região. É isso o que acaba de se passar aqui.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, as contas que foram feitas e que foram entregues com as propostas, correspondentes às propostas, levaram à sua admissão ...

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Uma coisa são as propostas, outra coisa é prejudicá-las. É diferente!

O Orador: ... e por isso, Sr. Presidente, nós estamos habituados às suas peças teatrais e estamos habituados à teatralização que o senhor acabou ali de fazer. Agora, a única coisa que eu repudio, mas repudio terminantemente...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... é qualquer tipo de dúvida que o senhor tenha em relação à seriedade e em relação à competência do PSD. Portanto, fica aqui uma manifestação de repúdio total em relação a isso.

Quanto a peças de teatro, o senhor escolha outro momento, agora está no intervalo.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Extraordinário!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também queria dizer alguma coisa a esse respeito, embora rapidamente, porque me parece que é legítimo qualquer Deputado desta casa ou o Governo, pedir explicações ao maior partido da oposição, que quer ser alternativa do Governo, como é que fundamenta a sua proposta.

Nós também temos dúvidas. Não queremos duvidar da seriedade de ninguém, nem é essa a nossa intenção. Agora julgo que todos nós nesta casa estamos com dúvidas sobre essa matéria, e portanto se o PSD tem as contas bem feitas e fundamentadas, o que é que lhe custa explicar ao Governo, aliás, ou até dar uma lição ao Governo, como é que se faz contas, se for caso disso. Explicar a esta Assembleia e dizer-nos: “os senhores estão todos enganados, nós é que estamos certos” e portanto, nós vamos explicar, “por A mais B”, como se faz essa conta, e os senhores, ao fim e ao cabo, manifestam então a sua ignorância sobre esta matéria. É só isso que se pede (e é isso que eu acho) que o maior partido da oposição, que se arroga maior partido da oposição quando lhe dá jeito, também tem de se arrogar maior partido da oposição quando não lhe dá jeito.

(Aplausos dos Deputados Francisco César e José San-Bento)

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, rapidíssimo! Na peça de teatro o Sr. Presidente do Governo Regional é o actor principal e o senhor é o actor secundário.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quem é o contabilista do PSD?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, eu dirigi-me a vossa excelência com toda a correcção e urbanidade, mas sempre lhe digo uma coisa: quando for para participar numa peça de teatro, essa peça de teatro reverter com fundos a favor dos açorianos, e esses fundos forem para o povo dos Açores, nós estamos aqui, mesmo participando como actores secundários. O problema é quando se quer ser actor principal e a meio da peça cai-se do palco abaixo. É o que acontece ao PSD.

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do CDS/PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar então à votação da proposta de alteração do PSD para a acção 4.2.15.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta do PPM para a acção 4.2.26.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de criação da acção 4.2.29, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para a acção 4.2.30, que o PPM pretende criar. Diga, Sr. Deputado Paulo Estevão?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado, faça favor.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É curioso como os argumentos que são utilizados 5 minutos antes, depois podem reverter no sentido oposto com que foram utilizados, em relação à defesa da cultura, quando há uma ilha em que o património cultural está a desaparecer. Nessa ilha (a ilha do Corvo) em que muito pouco tem sido feito e se verificarem ao longo destes últimos orçamentos e planos que têm sido votados pelos senhores, e as verbas que têm sido disponibilizadas nesse sentido, poderão verificar que grande parte do espólio da cultura popular, grande parte do espólio do Corvo se perdeu...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador:... ao longo de todos esses anos e a responsabilidade é dos senhores. Há pouco diziam que eram grandes defensores da cultura, os grandes defensores da cultura...

Deputado José San-Bento (PS): E somos!

O Orador:... e que os outros tinham uma visão provinciana. Mas exactamente, na mesma medida, quando a preocupação é a mesma, defender a cultura de um povo, que está a desaparecer...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não diga que não porque está a faltar à verdade. O senhor não conhece a realidade...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, o senhor não sabia onde era o Corvo e eu já conhecia o Corvo!

O Orador: ...está aqui na gincana política e são assuntos muito sérios.

Fico preocupado quando a memória de um povo se perde e é isso que está a acontecer em relação à ilha do Corvo. É por isso, que eu faço esta intervenção, para vos dizer que considero profundamente negativo esta negligência que continua a suceder na ilha do Corvo. Todos os anos se perde muito do espólio que aquela ilha tem e a história dos Açores, a cultura dos Açores, nunca estará completa enquanto a ilha do Corvo também não fizer parte desse espólio, dessa preocupação.

Deputado José San-Bento (PS): E faz, Sr. Deputado! Isso não é verdade!

Presidente: Passamos agora a votar a acção seguinte apresentada pelo PPM. Trata-se da criação da acção 4.2.30.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 5, onde há 4 propostas de alteração do PPM. Segundo o PSD, creio que podem ser votadas em conjunto. Não podem? Então não serão.

Vamos então votar a proposta do PPM para a criação de uma acção 5.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora para a proposta de criação da acção 5.1.8, apresentada pelo Partido Socialista.

Sr. Deputado Guilherme Nunes tem a palavra.

***Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer que gostaria de começar por dizer que estes documentos espelham as promessas que fizemos aos corvinos e que estão plasmadas no nosso manifesto eleitoral. Estes documentos e os outros dos anos anteriores têm espelhado isso, por isso é que temos tanta obra feita na nossa ilha. Também gostaria de frisar que o Conselho de Ilha do Corvo deu parecer favorável, por unanimidade e sem qualquer ressalva, a estes documentos. Tenho aqui o ofício. Na última visita estatutária do Governo Regional ao Corvo foi deliberado que se faria uma parceria entre o Governo e a autarquia, visando a requalificação do polidesportivo que é equipamento autárquico.

No seguimento disto e para início deste processo de parceria, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propunha a criação desta nova acção 5.1.8, requalificação do polidesportivo do Corvo, com a dotação de 75 mil euros, com a contrapartida uma redução de igual montante na acção 5.1.1.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A área desportiva é uma área em que o Governo também tem falhado em relação à ilha do Corvo.

De qualquer das formas, tenho sempre uma posição muito responsável nestas matérias. Ainda bem que o Partido Socialista propôs uma alteração ao Plano inicial do Governo nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Ainda bem que o fez. Merece todo o apoio por parte do Partido Popular Monárquico.

Presidente: Vamos então passar à votação da proposta do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PPM para a acção 5.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 5.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar agora à votação da proposta de criação da acção 5.3.8, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 5 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora ao Programa 6.

Há uma proposta de alteração do PPM para a acção 6.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estevão para uma declaração de voto.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que, quando aqui anualmente discutimos as dificuldades da RTP, muitos dizem-se muito preocupados e inteiramente solidários, mas quando chega o momento de darem algum contributo objectivo para resolver essa questão, vê-se a posição do Partido Socialista, que tomou uma posição em relação a esta matéria completamente isolado.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para reafirmar aqui o que o Partido Socialista tem sempre dito na defesa do serviço público de rádio e televisão nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... é que este deve ser garantido e totalmente financiado pelo Estado.

O Governo Regional tem ao longo destes anos assegurado um apoio, designadamente na aquisição de equipamentos à RTP Açores na casa dos 100 mil euros anualmente. É aliás esse valor que se mantém no Plano do próximo ano e é nessa linha que continuaremos a apoiar o serviço público de rádio e televisão e a reivindicar que o Estado assuma as suas responsabilidades de financiamento integral desse serviço público na Região Autónoma dos Açores. Em circunstância alguma e em momento algum abdicaremos dessa exigência e nos substituiremos às responsabilidades do Estado, assumindo custos que não nos competem, mas sim à República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos votar agora o Programa 6 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para o Programa 7.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 7.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração do PPM à acção 7.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração do PPM para a acção 7.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Paulo Estevão? Pede a palavra para uma declaração de voto, presumo.

(Vozes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Para intervenção? Primeiro temos a proposta do PP para a acção 7.3.5.

Vamos agora colocar à votação a proposta do CDS/PP para a acção 7.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Confesso que não percebo qual é a visão estratégica do Governo em relação à conjuntura económica em que estamos a viver. Em que é necessário que a economia açoriana cresça, em que é necessário reforçar aqueles que são os grandes alicerces da nossa economia e que é necessário promover o crescimento económico dos Açores, defendendo um sector que é crucial. O que se verificava é que o Governo Regional se preparava para diminuir o esforço orçamental que realizava no âmbito destas acções de promoção dos produtos açorianos.

Não se compreende que visão estratégica é esta da Região, quando é necessário evidentemente promover os produtos açorianos, quando é necessário promover o crescimento económico da Região. Como é que se faz, que visão estratégica é esta de reduzir o esforço que é realizado nesta área? É muito pouco compreensível. Considero que é até muito errado e prejudica gravemente os interesses da Região. Ainda bem que o CDS, nesta matéria, tinha uma proposta que de alguma forma, evitava que um grande erro tivesse sido cometido nesta área e tendo o pouco que tendo o PPM, nesta área, também apresentou uma proposta, que de alguma forma era mais ambiciosa. O PPM, de qualquer das formas, acaba de votar também a favor da proposta do CDS, porque consideramos que é a visão estratégica válida.

Nós temos de aumentar de facto o apoio às acções de promoção dos produtos açorianos. É fundamental se queremos defender o sector, se queremos crescer economicamente.

Os senhores, estranhamente, diminuía o esforço orçamental que estava pronto a realizar neste sector. Expliquem-me que racionalidade tem esta medida, que racionalidade tem esta arquitectura orçamental em relação a esta matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

***Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Sr. Deputado do CDS, Paulo Estevão...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ...do PPM, eu aconselhava o Sr. Deputado, que disse que não sabia o que este Governo ou o Partido Socialista pensavam, eu estive naquela tribuna e sobre esta matéria só lhe leio uma linha do meu discurso: “ reforço na coordenação entre as acções de promoção externa dos produtos regionais”. E portanto, esse reforço tanto se faz na agricultura, como na economia.

No mês de Agosto foi lançada uma portaria pela Secretaria da Economia que aumentou o número de produtos apoiados, em termos da sua exportação e a da sua promoção, e portanto, apesar de termos baixado no Plano, entendemos que o reforço apontado pelo CDS vai ao encontro da política do Partido Socialista para a promoção de todos os produtos dos Açores. Foram integrados, naquela portaria, mais produtos, foram contabilizadas as prestações do Governo Regional a estes produtos e a diferenciação entre as várias ilhas com coeficientes completamente diferentes. Portanto, o nosso trabalho tem sido feito e todos os apoios que vêm dos outros partidos nesta matéria podemos ponderar. Essa ponderação foi feita, nós acatámos, e por isso votámos favoravelmente.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Vamos então passar à votação da proposta do PPM para a acção 7.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora, Sras. e Srs. Deputados, o Programa 7 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para o Programa 8.

Há uma proposta de alteração do PPM para a acção 8.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 8 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para o Programa 9.

Há 4 propostas de alteração do PPM e 2 do PCP. Creio que não posso colocar em conjunto as do PPM.

Então vamos começar com a proposta de alteração do PCP para a acção 9.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Vou repetir a votação da proposta do PCP para a acção 9.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação do PCP da acção 9.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 9.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta do PPM para a acção 9.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta do PPM para a acção 9.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 9.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 9 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Pede a palavra para, Sr. Deputado? Para uma declaração de voto. Tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Mais uma série de áreas que são absolutamente fundamentais para o futuro. Aliás, os senhores têm organizado vários seminários sobre estas matérias, sabem que as pescarias em profundidade e que a actual cobertura são áreas fundamentais, são áreas de futuro. Não se percebe como é que diminuem o esforço neste sector e depois dizem-me que têm uma visão de futuro para os Açores, depois dizem-me que têm uma visão estratégica. Não têm, Srs. Deputados.

Deputado José San-Bento (PS): Um dia o senhor há-de perceber isso. Leva tempo, mas há-de perceber!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Retomamos os nossos trabalhos à meia-noite e 15 minutos. Até já.

(Eram 23 horas e 58 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 24 horas e 16 minutos)

Sras. e Srs. Deputados vamos retomar as nossas votações e o nosso debate na especialidade.

Vamos passar para o Programa 10, onde temos 5 propostas de alteração do PPM. Não sei se podem ser votadas em conjunto.

Estava a perguntar se as 5 propostas do PPM, para o Programa 10, podem ser colocadas à votação em bloco, conjuntamente, Sras. e Srs. Deputados. Pode ser?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Do PPM para o Programa 10. São 5 propostas de alteração, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Pode ser em conjunto, Sr. Deputado?

Vamos votar as 5 propostas de alteração do PPM para o Programa 10 em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de anulação na acção 10.1.4 do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Com certeza, Sr. Deputado, vamos votar a proposta do Bloco de Esquerda de anulação para a acção 10.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de anulação do Bloco de Esquerda para a acção 10.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de redução, apresentada pelo PSD, na acção 10.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de redução, também do PSD, para a acção 10.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora à proposta de anulação, ainda do PSD, da acção 10.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar agora à proposta de alteração do PCP para a acção 10.3.6.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(Neste momento o Deputado José Ávila é substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP visa por um lado dar resposta a uma aspiração dos graciosenses e por outro lado, julgo que constitui uma evidência, esta necessidade, uma vez que são por demais conhecidos os problemas que estão relacionados com o recreio náutico e a frota de pesca na Graciosa.

Penso que está perfeitamente justificada a proposta desta acção.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta do PCP de reforço de 100 mil euros na acção 10.3.6, que se chama “Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente”.

Recorde-se que esta acção resulta de uma promessa eleitoral do Partido Socialista, que foi inscrita no Programa e apresentada aos graciosenses em Outubro de 2008 e apareceu pela primeira vez inscrita no Plano Regional Anual em 2010, depois de uma proposta de alteração, apresentada pelos Deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo eleitoral da Graciosa, votada nesta casa há cerca de um ano e aprovada por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

***Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD entende que não é reforçando uma verba para um projecto que se resolve um problema que já devia estar resolvido por parte do Partido Socialista.

O Partido Socialista inscreveu no ano passado esta verba para a realização de um projecto e agora vem, aparentemente, querer reinscrever a verba para o mesmo projecto. O que eu não percebo é e o que vejo por parte do Partido Socialista com a aprovação do reforço em 100 mil euros. Não são só mais 100 mil euros que vão fazer uma marina. Nem sequer 98 mil euros chegavam para fazer o projecto e afinal ainda precisam de mais 100 mil. No fundo, é brincar com os graciosenses, é brincar com um projecto que é essencial para a Graciosa e os senhores o que se limitam é fazer alguma politiquice em torno deste assunto.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

***Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sinceramente, Sr. Deputado João Costa, o Sr. Deputado ontem disse que falava muito, mas falar muito e acertar pouco é muito mau.

Queria dizer-lhe uma coisa relativamente a este projecto da Barra: o senhor vai ter que me explicar como é que andamos há 20 anos. As câmaras do PSD prometeram isto há 20 anos, fizeram o projecto que terminou em 2004, que foi apresentado em 2004 na Câmara Municipal, ganharam as eleições autárquicas em 2005 e não fizeram nada.

Deputado João Costa (PSD): Deixe lá a Assembleia Municipal!

O Orador: Vou explicar-lhe outra coisa, Sr. Deputado. A verba inscrita o ano passado vai ser executada.

Deputado João Costa (PSD): Então não foi!

O Orador: Está a ser executada. O senhor sabe porquê? É porque os senhores não foram competentes para fazerem os estudos que estavam previstos neste projecto. E veja-se!

Fizeram o levantamento topo-hidrográfico. Ficaram por aí. Era preciso fazer um estudo de impacto ambiental, que não fizeram, e era preciso fazer também um reconhecimento submarino dos fundos e isto vai-nos caber a nós. Por isso já começámos a fazer, e queira o senhor ou não, a Marina da Barra vai em frente...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando?

O Orador:... a não ser que o senhor proponha mais um referendo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos então passar à votação, Sras. e Srs. Deputados, desta proposta de reforço do PCP para a acção 10.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

(Neste momento o Deputado José Ávila reocupa o seu lugar na Mesa)

Presidente: Passamos para a proposta seguinte, do Partido Socialista que cria uma nova acção, a 10.3.7, “Requalificação da Baía João Câncio”.

Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração do Partido Socialista propõe a criação de uma nova acção 10.3.7 com uma dotação de 50 mil euros para a “Requalificação da Baía João Câncio”, sendo que esta dotação é retirada da acção 10.3.1, “Iniciativas diversas”.

Esta proposta de alteração justifica-se na medida em que pretende dar resposta a um compromisso assumido pelo Partido Socialista.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): 50 mil euros não dá para grande coisa!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta do PS, o CDS/PP irá abster-se e justificamos o porquê.

Na actual conjuntura que temos e no orçamento que hoje e ao longo dos últimos dias temos estado a discutir, com todas as restrições colocadas e percebidas, e como já frisei na actual conjuntura económica que se vive mundialmente e na Região, não achamos que seja um projecto importante, para São Jorge, não é um projecto prioritário.

As Velas precisam de outras prioridades. O Município das Velas anunciou, recentemente, o saneamento financeiro do Município, na pessoa do Sr. Presidente.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): “O saneamento financeiro do Município, na pessoa do Sr. Presidente”, não bate certo!

O Orador: Como tal, no entender do CDS/PP, o Governo Regional deve cooperar com o Município das Velas, mas não num projecto desta envergadura, e sim

naquilo que é preciso ser feito para que, com esse saneamento, não coloquemos em causa o atraso do concelho durante uma dúzia de anos.

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques tem a palavra.

***Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era só para declarar a posição do PSD sobre esta proposta. Nós vamo-nos abster, porque consideramos, como já foi dito pelo PP, de facto...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): CDS!

O Orador: CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado!

O Orador: Peço desculpa, mas não precisa falar assim. Está muito sensível hoje! Nós vamo-nos abster porque, como já foi dito pelo Deputado Luís Silveira, do CDS/PP (está melhor assim? Muito obrigado!) esta obra da baía de João Câncio, - peço desculpa à Câmara pelo termo que vou usar, mas isto -, considerando as necessidades que o concelho tem, é uma (peço desculpa) uma tonteria.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes o Partido Socialista é acusado injustamente, nesta casa, de não cumprir os seus compromissos. Aqui, fica mais uma vez a prova de que isso não é verdade.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Vamos passar à votação desta proposta do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 10 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para o Programa 11, onde há 2 propostas do PCP, 10 do PPM e 3 do PSD. Não sei se posso colocar à votação em conjunto as propostas do PPM. Creio que não.

Assim sendo, vamos votar a proposta do PCP de anulação, na acção 11.1.1. de 7 milhões e 200 mil com contra-partida para o reforço do código 04.00 “Transferências correntes”, Mapa IV do ORA.

Exactamente Sr. Deputado Hernâni. Posso colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Temos para a mesma acção, a 11.1.1, uma proposta de reforço do PSD. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 11.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a proposta de reforço do PCP para a acção 11.1.3.

Sr. Deputado Aníbal Pires. Faça favor, Sr. Deputado.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Numa altura de crise em que devemos valorizar a produção regional, contribuindo de todas as formas para fazer reduzir a nossa dependência externa, julgo...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Grande visão estratégica!

O Orador: ... ser pertinente o reforço da verba para a promoção dos produtos açorianos. Quanto menos dependentes estivermos, quanto mais valorizarmos a produção regional, nomeadamente através da sua promoção, penso que são passos importantes para o nosso desenvolvimento e para a redução da nossa dependência.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado da bancada do PPM)

Presidente: Vou colocar à votação a proposta agora apresentada do PCP, para a acção 11.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar uma proposta de alteração para a mesma acção, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração do PPM para a acção 11.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta de aditamento do PSD, que cria a acção 11.1.5.

Sra. Deputada Carla Bretão tem a palavra.

***Deputada Carla Bretão (PSD):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para sinalizar a preocupação que o PSD tem relativamente às empresas nesta Região.

O PSD decidiu propor três medidas no Plano, que agora votamos, no sentido de tentar minimizar o que as empresas irão passar durante o ano de 2011.

Neste sentido, pensamos que deve ser dada uma ajuda efectiva e por isso mesmo propomos não só o aditamento desta medida, que tem a ver com a valorização das produções locais, mas também achamos que deve haver um reforço efectivo da verba relativa aos sistemas de incentivo de desenvolvimento dos Açores e também deverá, por parte do Governo Regional, haver uma compensação de uma parte da taxa social única às empresas que estão em maiores dificuldades económicas, nomeadamente em falência técnica para que o encargo com os custos de pessoal possam eventualmente ser atenuado e passar da taxa que neste momento representa 23,75% para 20%.

O que nós achamos, e entendemos, é que face ao período em que se vive, e que se vai viver no próximo ano, deve ser assumida uma verdadeira ajuda às empresas a bem da economia regional e a bem da manutenção dos postos de trabalho.

Obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

***Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas que o PSD apresentou para este Programa 11, algumas não tiveram resposta a nível da Comissão. De qualquer maneira gostaria de falar sobre elas mais um pouco.

Relativamente ao montante de sistemas de incentivos, o PSD já o ano passado apresentou uma proposta semelhante e acha que resolve o problema pondo mais dinheiro sobre o sistema de incentivos.

Temos acompanhado de uma forma bastante clara o sistema de incentivos, quer na sua execução, quer naquilo que as empresas vão solitando desse sistema. Em nosso entender, tanto o ano passado, como este ano, as verbas que foram alocadas àquele programa ou àquele projecto, foram as suficientes para aqueles pedidos que as empresas fizeram. Ao mesmo tempo, também já o dissemos nesta Câmara, nenhuma empresa ficará sem apoio por não haver verbas no SIDER, porque elas são sempre reforçadas dentro das rubricas, por alteração daquelas acções que não possam ser executadas. Portanto, é nosso entender, que a verba que está alocada

este ano é mais do que suficiente para os projectos que entraram este ano, e não há necessidade de colocar mais dinheiro, como o PSD coloca aqui 3 milhões de euros, dá ideia que desses 3 milhões de euros vão surgir muitos projectos. Portanto, a verba que lá está é a suficiente para os projectos que entraram ou que possam vir a entrar, com as alterações que nós pensamos fazer no primeiro trimestre ao SIDER ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso é que é confiança no futuro!

O Orador: ... donde vão ser beneficiados alguns tipos de projectos conforme a sua escolha.

Relativamente à nova acção proposta pelo PSD, a “Valorização das produções locais”, não se fazem para criar essa acção, fazem-se para utilizar os instrumentos que já existem hoje. No SIDER há um instrumento importante...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...que é a inovação e a qualidade dos produtos ou dos projectos, que as empresas desenvolvem. Têm ao seu serviço um instrumento financeiro que poderão utilizar.

Relativamente a esse adiantamento do apoio às empresas, os 3,75 que ao fim ao cabo vão pagar, mas que fariam aqui a redução indirecta daquilo que pagam, não sei quê... julgo que no Governo Regional não há confusão nenhuma!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não percebi nada!

O Orador: O senhor não percebeu, porque não percebeu o que a Sra. Deputada disse.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado José do Rego.

O Orador: Ela sabe o que queria dizer...

Deputado Mark Marques (PSD): Ela quem?

O Orador: ... com esta redução de 3,75. Efectivamente não se poderá fazer, mas quer fazê-la apoiando as empresas com esse valor.

Se o Sr. Deputado não percebe, então peça-lhe para explicar.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não percebi a rima!

Deputado Mark Marques (PSD): A quem?

O Orador: A ela, Sra. Deputada. Portanto, e relativamente a esta matéria nós, Partido Socialista, entendemos que há um conjunto de apoios às empresas que são suficientes para aquelas que se encontram em situação difícil e há neste Plano outras formas de apoiar as empresas que estejam nessa situação. Processos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quais?

O Orador: ... novas linhas de crédito para as empresas que estejam em situação difícil.

Presidente: Sra. Deputada Carla Bretão tem a palavra.

***Deputada Carla Bretão (PSD):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José do Rego, relativamente às considerações que fez quanto às compensações que nós sugerimos haver às empresas em situação difícil e à justificação que dá de que outros mecanismos existem para compensar a situação dessas empresas, nomeadamente as que estão em falência técnica, posso dizer-lhe que as linhas que estão previstas não deixam entrar empresas em falência técnica. Se não sabe, informe-se, mas a verdade é que essas empresas têm automaticamente acesso barrado a essas linhas de apoio, pelo facto de estarem em falência técnica.

Obrigada.

Presidente: Vamos passar à votação, Sras. e Srs. Deputados, desta proposta do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta do PPM para a acção 11.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar agora à votação da proposta de alteração do PPM para a acção 11.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: As propostas de alteração do PPM para as acções 11.4.2, 11.4.3 e 11.4.4, podem ser postas à votação em conjunto?

Então vamos colocá-las à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento da acção 11.4.8, apresentada pelo Partido Social Democrata.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso pôr à votação em conjunto as propostas do PPM para as acções 11.5.1 e 11.6.1.

Não. Vamos então votar a proposta de alteração do PPM para a acção 11.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 11.6.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 11 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora para o Programa 12.

Há 5 propostas de alteração do PPM, não sei se as posso colocar à votação em conjunto. Pelo PSD não posso. Muito bem, vamos então votar as 3 primeiras propostas de alteração do PPM para o Programa 12, para as acções 12.1.2, 12.1.5 e 12.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As alterações apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Se não houver objecção da Câmara, coloco à votação duas propostas de alteração do PCP para as acções 12.1.2 e 12.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para a acção 12.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração para a mesma acção, apresentada pelo PPM. Podemos votar em conjunto as propostas de alteração do PPM para as acções 12.1.7 e 12.1.8?

Não pode?

Vamos votar a proposta do PPM para a acção 12.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do PPM para a acção 12.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Se não houver objecção da Câmara coloco à votação em conjunto as duas propostas de alteração do PSD para as acções 12.2.1 e 12.2.2. Posso colocá-las à votação em conjunto?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 12 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

O PCP votou a favor, certo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Abstive-me.

Secretário: O programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o Programa 13.

Temos 9 propostas de alteração do PPM. Não sei se as posso pôr à votação em conjunto. Diga, Sr. Deputado Pedro Gomes?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, se me permite é para dizer que a proposta parece-me estar prejudicada, porque ela prevê uma contra-partida de um programa que já está votado.

Presidente: Qual é a acção, Sr. Deputado?

Deputado Pedro Gomes (PSD): É a acção 13.1 do PPM e as acções seguintes: 13.1, 13.2, todas aquelas que prevêem uma contra-partida da acção 10, que já está votada. Até à 13.5.1 estão prejudicadas, 13.5.2, todas as que prevêem contra-partida da acção 10.

Presidente: São todas as do PPM.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Exactamente, todas as do PPM.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Portanto, as propostas do PPM neste Programa como dão contra-partida algo que nós já votámos no Programa 10, estão prejudicadas.

Passamos então à frente.

Temos uma proposta de anulação do BE para a acção 13.1.7. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Podemos com certeza, Sr. Deputado. Vamos votar novamente a proposta de anulação do BE para a acção 13.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do PSD para a acção 13.1.8.

Sr. Deputado João Costa tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta para o Programa 13, nomeadamente para as acções 13.1.8, 13.4.15 e 13.6.1, e aproveitando também para o Programa 15, propostas de alteração.

Relativamente ao reforço de verba destinada à rede de cuidados continuados, era uma situação que estava prometida desde 2015, 2005, perdão. Há 174 camas em toda a Região e o objectivo são 300. É a nossa justificação.

Relativamente ao apoio à aquisição de medicamentos por parte de idosos e cidadãos portadores de deficiência, tratam-se de facto de pessoas que têm uma especial vulnerabilidade e nessa medida propomos este reforço.

Também, relativamente ao Programa 13, a valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores das IPSS, trata-se de uma medida de elementar justiça, uma vez que são trabalhadores que estão neste momento prejudicados por falta desta valorização profissional.

Também relativamente ao Programa 15, no combate à lista de espera do Serviço Regional de Saúde, trata-se de também nas consultas contribuir para o fim destas listas de espera.

Aproveitava, Sr. Presidente, para falar das propostas do PSD relativamente a outras matérias. Nomeadamente, as matérias relativas ao Abono, do Complemento Abono de Família, ao aumento do Complemento Regional de Pensão, à redução sobre as

taxas nacionais do IRS, nivelando para 30% o 2º, 3º e 4º escalões e também a devolução às famílias do pagamento extra efectuado a partir de 1 de Outubro nas creches.

Relativamente a esta situação das creches, trata-se de uma medida de elementar justiça e que só por, enfim, distração do Sr. Presidente do Governo é que ela não foi posta em vigor no momento certo. Foi uma situação em que o Sr. Presidente do Governo certamente, enfim, se distraiu...

Deputado José San-Bento (PS): Distraiu?! Os senhores é que não sabem fazer contas!

O Orador: ... e acabou por afirmar uma coisa que não cumpriu. Trata-se, portanto, de repor a verdade relativamente à anulação dos aumentos das creches entre Outubro e o final do ano.

Deputado Paulo Estevão (PPM): A política do Governo nesta matéria é uma vergonha!

O Orador: Mas eu queria também dizer que a visão do PSD relativamente às questões sociais vem no fundo cumprir aquilo que tem sido apregoado pelo Governo Regional em matéria deste ser um orçamento que tem um cuidado especial relativamente às famílias e relativamente àqueles que mais vão sentir as medidas de austeridade a que todos estaremos sujeitos. E quem mais vai sentir de facto as medidas de austeridade é a classe média. É a classe média, é aqueles que o Governo esqueceu por completo relativamente a este Plano e Orçamento. E esqueceu por completo porque só através desta proposta do PSD, relativamente ao IRS, é que nós podemos de facto incidir sobre os que mais vão ser penalizados e mais se vão empobrecer no próximo ano, relativamente às medidas de austeridade. Aliás, nesta questão do IRS, o PSD opta por cingir ao 3º escalão com rendimentos que irão até aos 41 mil 349 euros, porque de facto, estamos a falar da classe média. E estas famílias, com estes rendimentos, não têm qualquer atenção por parte deste Governo que se limita a apoiar. O Sr. Presidente do Governo veio dizer, no seu discurso de encerramento, que o PSD se limitava a vir cobrir, por cima dos valores do Governo. Pois os valores do Governo relativamente ao Complemento Regional de Pensão e ao Abono de Família, deixem-me que vos diga, são uma falácia. São

uma falácia e são uma publicidade enganosa que este Governo tem debitado sobre os açorianos, comprometendo este orçamento como um orçamento social, ou este Plano como uma grande virtude de estar de facto a apoiar as famílias e os mais desprotegidos.

Vamos ver uma coisa: o esforço, o grande esforço que o Governo faz relativamente a essas duas medidas equivale a pelo menos àquela que o Sr. Presidente conhece o valor, porque relativamente ao Abono de Família aparentemente mais alguém, nesta casa, está à espera que o Sr. Presidente do Governo diga quanto é. Eu penso que é por vergonha...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Já vamos falar de vergonha!

O Orador: ...que o Sr. Presidente do Governo não diz qual é o valor do aumento do Abono de Família! Porque relativamente ao Complemento Regional de Pensão estamos a falar de 0,09% do orçamento.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Apoiado!

O Orador: Estamos a falar de um esforço de 0,09% do orçamento que é aquele que é o grande esforço do Governo Regional para o Complemento Regional de Pensão.

Deputado Francisco César (PS): O senhor tem a certeza que é esse valor ou é outro?

O Orador: E portanto, a filosofia do PSD é de facto ir a todos os açorianos que vão ser penalizados com as medidas de austeridade impostas pelos socialistas liderados por José Sócrates, com o acompanhamento de Carlos César, e nessa medida vamos exactamente ao IRS.

Deputado Francisco César (PS): E do Passos Coelho?!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Passos Coelho também é a favor disso!

O Orador: Eu não vou discutir esse assunto neste momento, porque não tenho tempo, mas podemos noutra altura falar sobre isso.

Deputado Domingos Cunha (PS): É melhor não!

O Orador: O que vamos fazer é através do IRS de facto atingir e apoiar todos os açorianos que vão ser atingidos pelas medidas de austeridade. Nessa medida, e por

ser essa a filosofia que o PSD adoptou, também propusemos a eliminação do artigo 7.º (que é aquela medida que o Governo adoptou como mais fácil para realmente fazer a tal propaganda deste orçamento) que é de facto o complemento remuneratório que só uma parte dos funcionários irão sofrer com as medidas de austeridade. O Governo cria desigualdades. Cria desigualdades que decorrem dessa proposta e nós através de uma proposta séria, e que de facto é uma proposta que visa apoiar ou visa que as medidas de austeridade não atinjam as famílias da classe média que são, repito, quem vai sofrer com a austeridade, com o aumento da carga fiscal, o que propomos é aquilo que já propusemos no passado: que é o Governo poder, através da redução das taxas do IRS para os escalões, - até ao 4.º escalão - , nivelar e aproveitar aquilo que lhe é permitido nos 30%.

E portanto, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Presidente do Governo, penso que com isto fica desmontado o grande embuste...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Viva a Democracia!

O Orador: ... que foi aquela propaganda que todos os Srs. Deputados do Partido Socialista e os Membros do Governo fizeram durante estes dias, dizendo que faziam um grande esforço relativamente ao Orçamento e ao Plano no capítulo do apoio às famílias e aos mais desfavorecidos. O vosso esforço, relativamente aos mais desfavorecidos, não chega a 0,1% do Orçamento. É um esforço realmente que só dizendo muitas vezes por parte de uma maioria, que pode dizê-lo as vezes todas que quiser, que vai fazer uma grande coisa com nem sequer 1 milhão de euros.

E portanto, com as propostas do PSD, se vossas excelências estivessem realmente preocupados com que os açorianos não continuassem neste processo de empobrecimento que têm sofrido (e ainda a crise não chegou, ainda o pior não veio), se vossas excelências realmente estivessem preocupados, olhavam com atenção para as nossas propostas, com verdadeira atenção, e podiam contribuir para que nos Açores, de facto, a crise não fosse sentida da mesma forma que no Continente.

Peço imensa desculpa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

***Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando muito rapidamente também abarcar as propostas de alteração que o PSD acaba de apresentar.

Gostava em primeiro lugar de dizer que efectivamente os senhores tiveram uma oportunidade, mais uma, de apresentar propostas que pudessem contribuir para o desenvolvimento dos Açores e para a melhoria de aspectos que pudessem ser reprodutivos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso, faça favor de continuar.

A Oradora: Posso continuar, se a minha intervenção não interromper os seus apartes, Sr. Deputado Clélio Meneses!

Mas não quiseram contribuir para isso. Aquilo que verificámos da parte do PSD, é no fundo repescar antigas propostas, de Planos anteriores e naquilo em que inova, naquilo em que é novo, podemos dizer que não traz muito de novo.

Uma das velhas propostas é efectivamente a remuneração dos trabalhadores das IPSS. É bom, Srs. Deputados, que nós clarifiquemos também, aqui esta questão, que aliás já foi, por várias vezes debatida, mas é também sempre necessário desmontar essa demagogia que está por detrás desta proposta.

Relativamente àquilo que acontece nas remunerações dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social é que eles têm tido, só para começar a referir, a partir do ano 2000, aumentos sempre iguais ou superiores aos da Função Pública até à data presente. Sempre, repito, iguais ou superiores. Nomeando, por exemplo, em 2002 quando o aumento destes trabalhadores foi de 4%, a Função Pública teve um aumento de 2,75%. 2003, novamente 4%, a Função Pública um aumento de zero. 2004, 5%, a Função Pública zero. E podia continuar até à data presente. Portanto, não é correcto, não é sério, vir dizer que os trabalhadores das Instituições têm sempre uma remuneração inferior.

Mas mais, Srs. Deputados, é importante que também se complemente com este dado. Relativamente àquilo que é o vencimento dos trabalhadores destas Instituições, no Continente, eles recebem menos do que os trabalhadores das IPSS na Região. Por exemplo, para dar apenas alguns exemplos, recebem no Continente menos do que aquilo que recebem na Região, em todos os escalões.

Deputado Paulo Estevão (PPM): E na Madeira, como é na Madeira? E no Botswana?

A Oradora: Por exemplo, no 1.º grupo, em que o vencimento no Continente é de 1157 euros, na Região é de 1222, uma diferença de quase 6%. Podíamos continuar por aí fora, exceptuando apenas 2 escalões em que isso não se verifica, em todos os outros isto se verifica.

E portanto, esta política do PSD, que é repetitiva e sistemática de vir dizer que não há justiça na atribuição destas remunerações, embora antiga, não corresponde efectivamente à verdade.

Falou também o Sr. Deputado João Bruto da Costa da proposta de alteração que tem para a questão da implementação de rede de cuidados continuados nos Açores. Eu gostaria também muito rapidamente de dizer que a nossa concepção é de que este reforço é importante, mas deve ser feito por via dos cuidados paliativos. Por exemplo, vamos no Programa 15 ter oportunidade de analisar uma proposta do CDS/PP em que isto está assim vertido. Há um acréscimo de 200 mil euros neste Programa. É esta a postura que consideramos correcta nesta matéria e portanto, iremos votá-la favoravelmente.

Neste momento, o que está contratualizado são 20 camas mais 5 destinadas aos paliativos e consideramos que este reforço de 200 mil euros é pertinente.

Quanto à questão da acessibilidade, eu gostaria também de relembrar que esta foi uma questão cuja autoria é do Partido Socialista. Fomos nós que começámos a recuperação das listas de espera. Portanto, nada vale ao PSD tentar fingir com esta proposta de alteração que tem a autoria, que tem a iniciativa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta proposta e esta iniciativa é do Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora:... fomos nós que tivemos a coragem, que outros não tiveram, de combater esta questão.

Também gostaria de dizer que temos assistido a um aperfeiçoamento progressivo do Programa de Recuperação de listas de espera e da redução dos tempos de espera. Nomeadamente, em 2008 realizámos cirurgias cujos prazos excediam 24 meses, em 2009 e em 2010 as que excedem 18 meses. Estabelecemos também tempos máximos de resposta. Realço que ainda a nível de acesso a consultas de Medicina Geral e Familiar o utente sem médico de família, por exemplo, nos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra, não demoram mais do que 30 dias até ter uma consulta não urgente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade, Sra. Deputada. Está mal informada!

A Oradora: Consideramos também que a verba que temos inscrita nesta acção é suficiente e neste momento temos a capacidade instalada. Entendemos que o que temos de incrementar sim é o aumento da produtividade e também propor medidas que persigam mais eficiência, como todos desejamos nos tempos, quer nos blocos operatórios, quer em ambulatório.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se não posso falar, Sr. Deputado Clélio Meneses, se não me autoriza a falar, eu sento-me já. Não tem problema nenhum!

Gostaria enfim, também de pedir, notamos aqui realmente a falta de inovação, de imaginação e de propositura por parte do maior partido da oposição...

Deputado José San-Bento (PS): Do ainda!

Deputado Paulo Estevão (PPM): A partir de 2012 são os senhores!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Do ainda, porque a partir de 2012 somos Governo!

O Orador: Ainda maior! Em 2012 já não será. E portanto, limitam-se a reforçar quando criticavam há bocado...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ... quando há bocado se limitavam a dizer que se reforçava isto e que se reforçava aquilo. Estão a fazer exactissimamente a mesma coisa, mas fazem mais uma vez sem nenhum problema de copiar as iniciativas dos outros. Nessa matéria dos cuidados continuados e paliativos, enfim, mais uma vez, vêm copiar. Agora há aqui uma coisa que me intriga no combate às listas de espera. Para nos orgulharmos temos o Vale Saúde, que foi uma iniciativa inovadora realmente nos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Vale Saúde é só para as cirurgias, e isto não é para as cirurgias!

O Orador: Os senhores limitam-se, como eu disse o ano passado, sobre essa mesma matéria, a atirar dinheiro para cima dos problemas. Nós, por exemplo, achamos que nesse Programa de redução de listas de espera a verba até deve ser diminuída um pouco. E sabe porquê, Sr. Deputado? Para dar um sinal aos hospitais de que é preciso produzir um pouco mais no público, no seu horário normal de trabalho, porque a produção foi boa, mas é preciso que se trabalhe no horário normal de trabalho e não se deixe os doentes para operar nesse Programa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso resolve-se com a contratação, Sr. Deputado Artur Lima, como sabe. Não é com o Plano!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me acabar. O senhor depois fará as críticas que entender.

E portanto, é preciso reduzir este Programa por uma razão muito simples: é que este ano vai entrar em vigor o Vale Saúde, com 350 mil euros, portanto é preciso aqui compensar uma coisa e outra. Aliás, proposta do CDS.

Agora há uma pergunta que eu também gostaria de fazer ao Partido Social Democrata, com toda a deferência e respeito.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Quer que eu lhe explique?

O Orador: Não, Sr. Deputado. O senhor quer um Xanax? Deseja?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não está a falar a sério, com certeza!

O Orador: É que os senhores têm aqui uns medicamentozinhas para as toxicodependências. Se quiser um Xanax...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Sr. Deputado Pedro Gomes deixe-me acabar e depois vossa excelência falará as vezes que quiser e como entender.

Naturalmente, sei que vossa excelência não necessita disso, tem, enfim, capadócia suficiente para aguentar um deputado, um debate parlamentar, Sr. Deputado. Reconheço-lhe essa mais valia.

Mas então deixe-me fazer a pergunta ao seu Grupo Parlamentar. E a pergunta é esta: os senhores colocam aqui a acção 13.4.15 –medicamentos gratuitos para idosos. Quais idosos, quantos idosos? Os senhores põem 500 mil euros. Os senhores, por exemplo, têm noção de quanto é que se gasta no COMPAMID?

Deputado José San-Bento (PS): Não sabem coisa nenhuma! Não têm noção nenhuma! Não explicaram nada!

O Orador: Porque eu gostaria de saber estes 500 mil euros dão para quê? Para medicamentos gratuitos para idosos. Quantos idosos é que os senhores estão a contabilizar nesta acção? A partir de que idade é que consideram os idosos? Quantos estão nesta acção?

E eu quero saber 500 mil euros se é efectivamente...

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Isso não se faz! É uma maldade!

O Orador: ...e para usar um termo de há bocado Sr. Deputado António Marinho, se é uma aspirina que vão dar aos idosos. Portanto, gostaria também de obter alguns esclarecimentos sobre esta conta.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação desta proposta do PSD para a acção 13.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 votos a favor do PCP e 1 votos a favor do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos. Vamos votar agora a proposta de anulação do BE para a acção 13.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de aditamento do PSD da acção 13.4.15.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto a insistir na explicação que é devida não só ao CDS, mas ao Plenário, porque devemos fazer propostas responsáveis e com responsabilidade e sobretudo de um partido que ouvi há bocado dizer que é um partido de poder. Portanto se é um partido de poder, que explique quantos idosos são abrangidos por esta medida e que medicamentos é que são para comprar com 500 mil euros. Isto é que é propaganda barata que nós não podemos aceitar como democratas nesta casa. Portanto não custa nada pegar, o papel aceita o que quisermos pôr, agora é preciso justificar. É muito bonito ir para a comunicação social dizer: “medicamentos gratuitos para idosos e para cidadãos portadores de deficiência”. Que população é que isto atinge, que verba é que isto atinge, a quem é que os senhores vão dar isto? Isso tem de ser explicado. Sob pena dos senhores perderem totalmente a credibilidade. Totalmente a credibilidade. Eu julgo que todos merecem essa explicação.

Os senhores acusam o Governo de se remeter ao silêncio quando pedem explicações, mas estão exactamente com o mesmo comportamento. Em que é que ficamos então?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar então a proposta de aditamento do PSD.

Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para uma brevíssima declaração de voto, para que fique registado no Diário das Sessões que lamentavelmente, após insistência do CDS, várias insistências do CDS, o PSD não foi capaz de fundamentar esta proposta, que aliás nós até teríamos votado favoravelmente se percebêssemos o seu alcance. Por isso, tivemos que votar contra, porque isto é um tiro no escuro, é uma irresponsabilidade que nós não podemos apoiar. Que fique registado que o PSD se recusou a dar esclarecimentos a esta Câmara.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Os senhores não podem falar. Não dão explicações de nada!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria aproveitar esta oportunidade, apesar de ser uma declaração de voto, Sr. Presidente, para o felicitar, pela forma resistente, persistente e competente com que o senhor tem dirigido estes trabalhos, que já estão longos e que já obviamente cansaram todas as pessoas.

Eu uso da palavra para uma declaração de voto também para manifestar o meu reconhecimento pela forma esforçada e militante com que o Sr. Deputado Marinho, sozinho, sem ajudas, tentou há pouco disfarçar o indisfarçável.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mesmo face à situação reiterada aqui, nós não podemos deixar passar. Isto não é brincadeira. Este é um debate sério.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Este é dos debates mais importantes que o Parlamento faz anualmente. Estamos a discutir o Plano e Orçamento, a afectação de mais de 1300 milhões de euros. Estamos aqui a ser confrontados com o maior partido da oposição, que nos faz propostas que não estão fundamentadas, não pesam o impacto orçamental, não conhecem os efeitos no investimento e não cuidam da elementar contabilidade financeira e económica. Isto é um escândalo!

Este partido, PSD, outrora uma referência da Autonomia, um partido que deu um contributo à construção dos Açores, está hoje reduzido a um castelo de cartas e isso foi visto aqui. O PSD não acredita nos Açores, o PSD não sabe o que propõe e é incapaz de justificar as suas próprias propostas.

Deputado Francisco César (PS) e Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, isto é mau de mais para ser verdade!

Tenho dito.

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado, pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Um protesto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Vai protestar por não apresentar os números!

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para um protesto essencialmente perante os termos inadmissíveis que o Sr. Deputado José San-Bento acabou de utilizar.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Inadmissíveis?

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Essencialmente pelos termos utilizados pelo Sr. José San-Bento que decidiu aqui fazer um número, aproveitando...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não justifica as contas e eu é que faço um número!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado, posso falar ou não posso? Muito obrigado.

Decidiu aqui fazer um número perante uma proposta do PSD que considerando que existem programas...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que não são suficientes para cobrir, designadamente conjuntos mais desfavorecidos da população, entendeu apresentar uma proposta reforçando uma verba que atribui medicamentos gratuitos para idosos e cidadãos portadores de deficiência.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Quantos são?

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Mas quem são? Quantos são?

O Orador: O PSD está perfeitamente tranquilo porque cumpriu, também relativamente à outra questão que o senhor falou, tudo aquilo que foi acordado em Conferência de Líderes.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Só faltava vir essa agora! Só faltava a Conferência!

O Orador: Ou seja, cumpriu designadamente a questão do equilíbrio orçamental na apresentação das suas propostas. Quem quer arranjar argumentos para se explicar, e designadamente, quem se quer livrar do ónus de não aproveitar determinadas propostas que são favoráveis aos açorianos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador:... aquilo que faz é recorrer à Secretaria. O senhor acabou de recorrer à Secretaria e foram perfeitamente inadmissíveis as palavras que utilizou.

Digo-lhe só uma única questão, Sr. Deputado José San-Bento e não grite para não ouvir as minhas palavras, a única coisa que lhe digo: o PSD está a fazer política, o senhor recorreu à secretaria. Nós fazemos política, não fazemos almoxarifado.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem para um contra-protesto, 3 minutos. Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

***Deputado Berto Messias (PS):** Um contra-protesto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não gritarei e digo o seguinte muito rapidamente. É lamentável...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador:... é confrangedor e que fique registado ao longo de todo o debate na especialidade do Plano e Orçamento dos Açores para 2011, que o maior partido da oposição nos Açores não tem a capacidade de justificar as propostas que apresenta...

Deputado António Marinho (PSD): E insiste!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador:... nesta casa. Isso é que deveria originar protestos e não o número que o Sr. Deputado António Marinho acabou de fazer para emendar a mão e encapotar a incapacidade evidente que o PSD demonstrou ao longo de todo este debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu sei que estamos no Programa 13, mas de qualquer maneira eu fazia um apelo para prosseguirmos os nossos trabalhos. Sr. Deputado Paulo Estevão, peço perdão, estava inscrito. Tem 47 segundos para uma declaração de voto.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já sabemos para que é que foi eleita a nova liderança do Partido Socialista. Veio para aqui com atitudes “caceteiras”, veio para aqui criar dificuldades parlamentares, veio para aqui criar incidentes parlamentares. Os senhores estão cá para isso. Têm ausência de estatuto, têm ausência de preparação nessa matéria. Os senhores vêm aqui,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Olhe para o espelho!

O Orador:... única e exclusivamente para criar incidentes parlamentares. Os senhores vêm aqui, à falta de argumentos, criar este tipo de dificuldades. Essa é a vossa estratégia. Mas eu quero-vos dizer que essa vossa estratégia ofende os açorianos que estão a acompanhar estes debates...

Deputado José San-Bento (PS): Não esperava isso de si!

O Orador:... porque o que os senhores deviam explicar aos açorianos é porque é que diminuem as verbas que estavam previstas para a promoção do princípio de igualdade de oportunidades de apoio para todos. Porquê? Pergunto-lhe eu, Sr. Deputado. Explique isto.

Porque é que diminuem as verbas para a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência? Pergunto. Explique-me porquê, Sr. Deputado.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já. Eu quero que me explique também quantas pessoas é que os senhores prejudicam quando diminuem o programa...

Deputado José San-Bento (PS): Eu não merecia isso!

O Orador: ...para potenciarem a inclusão social e conseqüente mobilidade social dos grupos mais vulneráveis. E também lhe pergunto...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador:... se já estudou e sabe quantas pessoas é que prejudicaram quando diminuem as verbas destinadas a combater e a prevenir a violência e as atitudes discriminatórias. Dêem-me esse estudo...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador:... de quantas pessoas é que os senhores prejudicam. Estudem esses assuntos e respondam aos açorianos com as reduções nestas matérias, nestas acções todas. Muito obrigado.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado, e eu faço um apelo para a serenidade e a elevação no debate.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Vou colocar à votação a proposta do CDS/PP de alteração à acção 13.5.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de aditamento do projecto 13.13.6, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 13 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 16 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para o Programa 14.

Sr. Deputado pede a palavra para?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): É compreensível!

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Regressamos à 1 hora e 50 minutos.

(Era 01 hora e 32 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pedia para ocuparem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Era 01 hora e 54 minutos)

Vamos então, Sras. e Srs. Deputados, reiniciar os nossos trabalhos.

Vamos fazê-lo com o Programa 14.

Não há muitas propostas de alteração. A primeira era do PPM, está prejudicada pela acção 14.1.4, porque tinha como contra-partida a acção 10.1.6.

Segue-se, do PPM, a proposta de alteração para a acção 14.2.4. Coloco-a à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Peço imensa desculpa, Sra. Deputada.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Com o meu pedido de desculpas.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração do CDS/PP de reforço à acção 14.2.6. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Seguem-se 4 propostas de anulação do PSD para as acções 14.4.1, 14.4.2, 14.4.4 e 14.4.5. Posso votá-las em conjunto?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Quais são as que posso votar em conjunto, Sr. Deputado? As duas primeiras?

Então vamos votar as propostas de anulação do PSD para as acções 14.4.1 e 14.4.2. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

***Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria, de uma forma muito serena, depois das acusações profundamente injustas que me foram feitas há pouco sobre as questões dos esclarecimentos que são devidos a esta Câmara, chamar a atenção do seguinte, e justificar no fundo, o voto do Partido Socialista.

Nós estávamos em fase de uma proposta que visava reduzir a zero a verba para funcionamento do Observatório Sócio-Habitacional e queria só recordar, não querendo abusar da paciência dos colegas...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que o PSD, na altura em que houve uma situação relacionada com o uso de verbas do Fundo de Socorro Social, disse, a propósito dessas situações, o que “Maomé não disse do presunto”, Sr. Presidente.

Acusou o Governo e o Sr. Vice-Presidente de tudo. O meu colega, Domingos Cunha, foi vilipendiado e depois do Governo apresentar esta medida, depois do Governo justificar contra aquilo que o PSD disse que alguma vez o Governo faria, o Observatório Social e Habitacional para articular os apoios à habitação, na vertente social com os apoios da habitação de construção, de infra-estruturas habitacionais (e esse mecanismo é essencial para proceder a essa articulação, essa racionalização) o PSD vem aqui reduzir a zero...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É o observatório, Sr. Deputado!

O Orador:... estas propostas. É este o PSD actual, é este o PSD da Dra. Berta Cabral.

Isto é inacreditável! Eis quanto vale e pesa a coerência do PSD: 287 mil euros.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos passar então à proposta de anulação do PSD para a acção 14.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 votos a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos a fazer votações. Eu pedia alguma serenidade e alguma elevação no debate.

Vamos passar para a votação da proposta de anulação do PSD à acção 14.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 14 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para o Programa 15 e vamos votar uma proposta de alteração do CDS/PP para a acção 15.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta do PPM para esta mesma acção está prejudicada, porque dava contra-partidas na acção 10.1.6.

Passamos para a proposta de alteração do PSD à acção 15.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta do PPM para a acção 15.4.6 está prejudicada pelas mesmas razões da anterior. Passamos à proposta de aditamento de uma acção 15.4.14, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 17 votos a favor do PSD e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 15 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O Programa foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para o Programa 16.

Temos uma proposta de alteração do PCP à acção 16.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 5 votos contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de alteração do PCP para a acção 16.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta do PPM para a mesma acção está prejudicada pelas razões que referi anteriormente.

Passamos para uma proposta do PPM de alteração da acção 16.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Tem uma contra-partida na acção 4.2.17. Tem razão.

Diga, Sr. Deputado Hernâni?

(Aparte inaudível do Deputado Hernâni Jorge)

Presidente: Uma delas está prejudicada. Portanto, está prejudicada também.

A acção seguinte do PPM está também prejudicada porque tinha contra-partidas na acção 10.1.3. E também a seguinte porque tinha contra-partidas no Programa 10.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM à acção 16.6.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.6.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: As duas propostas de alteração seguintes do PPM estão também prejudicadas, por terem como contra-partidas o Programa 6.

Segue-se a proposta de alteração do PPM à acção 16.7.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 16.7.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: A proposta de alteração que se segue, do PPM, também está prejudicada por dar contra-partidas do Programa 4.

As seguintes estão todas prejudicadas.

Vamos votar agora o Programa 16 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o Programa 17.

Temos uma proposta de alteração do PCP que se consubstancia na criação de uma nova acção, a 17.4.7.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP é uma recuperação de uma promessa do Partido Socialista e a sua necessidade é por demais evidente. Portanto, o seu acolhimento fará todo o sentido, não só porque satisfaz uma antiga promessa eleitoral do Partido Socialista, mas porque a necessidade é por demais evidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos votar então a proposta do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 17 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos entrar no Programa 18.

Temos uma proposta de alteração do PPM para a acção 18.2.11. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, voto a favor 1 do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: As 3 propostas de alteração seguintes do PPM estão prejudicadas por darem contra-partidas no Programa 10...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: As quatro. Tem razão, Sr. Deputado. E está também prejudicada a proposta de alteração do PCP, por dar contra-partidas no Programa 11.

Vamos colocar à votação a proposta de anulação do BE para a acção 18.6.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Se não houvesse oposição da Câmara, podíamos votar em bloco estas propostas.

Presidente: As propostas do PSD, que são 9? Creio não haver oposição. Não havendo oposição vamos votá-las então em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As anulações propostas foram rejeitadas com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Segue-se a proposta do PCP, de alteração, à acção 18.7.13.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Diga, Sr. Deputado? A redução de igual montante é na acção 18, portanto, 18.7.1. Tem razão, já votámos a 18.7.1. Está prejudicada.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Mas votámos a favor. Diga, Sr. Deputado Hernâni?

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Votámos apenas uma proposta de anulação da acção 18.7.1, do PSD. Foi essa que foi votada. Não votámos nenhuma proposta do PCP relativamente à acção 18.7.1, nem relativamente à acção 18.7.13. Portanto, terá que ser votada esta proposta, que tem implicações eventualmente na 18.7.1, que só quando o Programa estiver fechado é que eventualmente poderemos tirar esse tipo de conclusões.

Presidente: Tem razão, Sr. Deputado. Ela não foi votada e só se encontra aqui. Temos de votá-la.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos mais duas propostas de anulação do PSD para as acções 18.7.14 e 18.7.15. Se não houver oposição da Câmara...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: As 9 anteriores foram todas votadas. Assim sendo, vamos votar o Programa 18 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos para o Programa 19 e temos uma proposta de alteração do CDS/PP à acção 19.2.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tínhamos uma proposta de alteração do PPM que dá contra-partidas no Programa 10 e portanto se encontra prejudicada.

Vamos votar então o Programa 19 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar para o Programa 20, onde temos uma proposta de alteração do CDS/PP que cria uma nova acção, a 20.4.2, “Avião cargueiro”, é o seu nome. Vamos votar a proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 20 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para o Programa 21.

Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 21.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Gostaria que repetisse o anúncio da votação do CDS.

Presidente: Ao Programa 20?

Presidente: Vamos repetir a leitura do Programa 20 do Plano. Faça favor Sr. Secretário.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: E o BE votou a favor?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Portanto, o BE votou contra. Também votou contra o CDS/PP, Sr. Secretário.

É melhor anunciar de novo.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Voltamos ao Programa 21, ao reforço da acção 21.4.2, apresentada pelo PSD.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

***Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, até este momento, apresentou 14 propostas que visavam atenuar os efeitos de uma crise que está instalada na Região e que pretendiam ajudar as famílias e as empresas que estão com dificuldades.

Devo sublinhar, neste exacto momento, que essas propostas, essas 14 propostas que até agora foram apresentadas pelo PSD, foram todas rejeitadas por esta Câmara.

O PSD tem ainda mais uma proposta para apresentar a esta Câmara, que envolve um montante de 5,5 milhões de euros para reforço da acção 21.4 do Plano, “Cooperação financeira com os Municípios”.

Esta proposta surge porque, talvez ao contrário de outros partidos, o PSD reconhece a importância estratégica do poder local na Região enquanto motor do desenvolvimento dos nossos concelhos e das nossas freguesias, na correcção das assimetrias do desenvolvimento regional e na estabilização socioeconómica, sobretudo em ilhas e concelhos de menor dimensão, e no forte contributo que dão para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Esta proposta surge assim num tempo, em que como há 2 ou 3 dias lembrei aqui nesta casa, em que a generalidade das câmaras da Região estão mergulhadas numa profunda crise financeira. Esta crise, acumulada ao longo de décadas, resulta de um esforço financeiro que as autarquias fizeram para realizar projectos estruturantes e promotores do desenvolvimento e progresso das nossas ilhas e do bem-estar dos açorianos.

Ao endividamento assim acumulado juntaram-se, nos últimos 3 anos, factores adversos em termos financeiros dos Municípios, como a Lei de Finanças Locais, revista em 2007, que alterou os limites dos endividamentos das autarquias (além de travar o aumento do endividamento que também foi imposto às autarquias) e a reduziu os impostos que estas têm tido por imposições legais do Governo da República, o que tem contribuído para uma sistemática perda de receitas próprias das autarquias, o que em autarquias pequenas tem tido um efeito muito preponderante. Ao mesmo tempo, as autarquias têm vindo a assumir, também ao longo dos últimos anos, mais encargos, sejam decorrentes da dívida, sejam decorrentes dos aumentos salariais.

Com estes graves problemas de tesouraria, as câmaras municipais correm assim o sério risco de não ter capacidade financeira para aproveitar integralmente os fundos comunitários de apoio que estão à disposição das autarquias neste Quadro Comunitário de Apoio, e que se cifram ainda em cerca de 100 milhões de euros. Portanto, são 100 milhões de euros que ainda estão à disposição das autarquias neste Quadro Comunitário de Apoio.

O PSD considera, assim, que para as câmaras municipais aproveitarem estes fundos e em benefício do desenvolvimento regional, - em primeira instância, mas também da manutenção da actividade das empresas, das micro e pequenas empresas ao nível local e da manutenção de postos de trabalho, o quer dizer do rendimento de muitas famílias açorianas, o que em tempo de crise não é de somenos importância -, a proposta concreta é de que por via da cooperação técnico-financeira directa, o Governo Regional faça o exercício da solidariedade institucional com as câmaras municipais dos Açores, num quadro de transparência clara e de equidade e no estrito respeito pela separação dos poderes da autonomia e de poder local, comparticipando em 50% a componente de auto-financiamento das câmaras municipais, que é de 15% em cada projecto de investimento, nos projectos aprovados no âmbito do PROCONVERGENCIA.

Presidente: Já terminou o seu tempo. Seja breve, Sr. Deputado.

O Orador: Vou ser breve.

Permita-me, Sr. Presidente que possa juntar aqui ...

Presidente: Aliás, terminou o tempo do PSD.

O Orador: ... a última proposta do PSD. Peço a sua benevolência.

... que implica uma alteração no orçamento e que propõe um aditamento ao artigo 31.º. Tem a ver com esta acção proposta de alteração para o Plano que está desenhada em 4 alíneas, em 4 pontos, que prevê, não só o reforço da verba de 5 milhões e meio, como prevê também que a prática dos adiantamentos às autarquias na componente financiada, por fundos comunitários, seja uma prática corrente e não fique à mercê da simpatia política momentânea com esta ou com aquela câmara em particular. E que a repartição dessas verbas, dos 5,5 milhões de euros, seja feita de acordo com os critérios de repartição dos fundos comunitários das transferências do Estado para as autarquias.

Só para terminar rapidamente, Sr. Presidente, eu gostava de dirigir uma palavra, já que este Grupo Parlamentar sofreu acusações duras...

(Vozes de protesto dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ...da parte de várias bancadas e gostava de justificar o nosso trabalho. Gostava também de perguntar ao Sr. Deputado Artur Lima se nesta proposta que acabou de fazer do “Avião cargueiro” consegue explicar quantas toneladas de peixe, de queijo ou de vinho são possíveis circular...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Consigo, sim senhor!

Deputado Francisco César (PS): O senhor votou a favor!

O Orador: ...com esse avião inter-ilhas e que impacto socioeconómico isso vai ter entre as nossas ilhas e as nossas populações.

E ao Sr. Presidente do Governo, com todo o respeito que lhe tenho, gostava de lhe fazer a seguinte explicação, Sr. Presidente. Eu sei que o senhor em verdade não considera este Grupo Parlamentar do PSD um grupo de ignorantes, certamente que não, portanto, a linguagem que utilizou há bocadinho talvez foi um pouco excessiva, o que não lhe ficou muito bem como Presidente do Governo. Na verdade eu sei que o senhor não pensa que nós somos um grupo de ignorantes. Mas para explicar o impacto socioeconómico desta medida que acabo de apresentar

digo-lhe o seguinte: se esta proposta for aprovada e se articular com as autarquias locais da Região, vai permitir que estes 5,5 milhões de euros se possam juntar a uma verba idêntica por parte das autarquias e que elas possam realizar um investimento de 73 milhões de euros e ir buscar 62 milhões de euros de fundos comunitários...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é que foi fazer contas no intervalo!

O Orador: ...com a vantagem de este investimento público ser realizado nos 19 concelhos da nossa Região, dinamizando as empresas, mantendo os postos de trabalho ...

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ...e mantendo o rendimento das famílias, de milhares de famílias açorianas.

Este é o impacto socioeconómico desta nossa proposta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes, podia fazer-lhe uma explicação detalhada do “Avião cargueiro”...

Deputado João Costa (PSD): Mas não tem tempo!

O Orador: Tenho tempo! Tenho, Sr. Deputado. Eu giro bem o meu tempo, ao contrário do PSD.

... se o senhor me tivesse colocado ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Mas explique agora, tem oportunidade agora.

O Orador: ...a pergunta na altura certa e no Programa adequado. Mas vou dizer-lhe, Sr. Deputado, muito sinteticamente: 320 quilómetros por hora, uma tonelada ou tonelada e meia de carga. Chega? Preço, quer o preço? Quer comprar novo ou quer comprar usado? E portanto, faz uma viagem Horta/ Ponta Delgada numa hora e meia.

Perguntou-me as características do avião. Estou a dar-lhas as características do avião: uma tonelada a uma tonelada e meia de carga, 300 quilómetros por hora. Percebe, Sr. Deputado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está na internet!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Já percebi que também não tem esses números.

O Orador: O que é que os senhores querem que eu explique? Qual é a pergunta, Sr. Deputado? Quer que eu fundamente a proposta?

Transporta, Sr. Deputado Cláudio Lopes, que tanto defende o poder local e as ilhas pequenas e as produções das ilhas pequenas, evita que uma ilha como a sua, que tem uma ligação ao exterior por semana possa, por exemplo, ter ligações todos os dias às *gateways* que tem por essa ilha, Sr. Deputado.

Agora, o senhor se quiser eu dou-lhe os números todos: o preço do avião, quanto é que custa o avião, a rentabilidade do avião, o preço por quilo de carga. Dou-lhe isto tudo, Sr. Deputado.

Agora, o que o Sr. Deputado não explica, vou-lhe perguntar, é a bondade dos 5 milhões de euros que o senhor aqui põe. Para quê? Para que é que as câmaras precisam deste dinheiro? É para servir a sua câmara? É para servir a câmara maior dos Açores que os senhores querem 5 milhões de euros?

É a pergunta que se tem de fazer. O senhor é que vai fundamentar...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Já fundamentei!

O Orador: Não fundamentou, não senhor!

... que investimentos é que são necessários as autarquias fazerem e por isso precisam deste dinheiro. Agora, o que o senhor não diz aqui, mas também é preciso dizer, é qual é a câmara que precisa, “como de pão para a boca”, deste dinheiro.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Todas!

Deputado Mark Marques (PSD): São as 19!

O Orador: Porque não é uma câmara pequena, quando lhe falta 10 mil euros que vai à banca, mas é uma câmara grande, quando lhe pode faltar 9 ou 10 milhões e vai à banca.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E a cooperação financeira não pode ser à simpatia partidária.

O Orador: Isso é que o senhor tem de explicar e não consegue, Sr. Deputado.

Realmente, deixe-me dizer, que o senhor referiu-se aos partidos que eram opositores, as nossas propostas foram todas fundamentadas, ao contrário das propostas do senhor.

O que nós propúnhamos ...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): O senhor classifica muito mal o poder local. Devia ter mais um pouco de respeito pelo autarca que está atrás de si.

O Orador: Eu acho que a esta hora da manhã vou mudar a minha receita, e parece-me que *Xanax* já não chega! Vai ter que ser uma coisinha mais pesada! Não vai ser preciso activar a prevenção da psiquiatria de algum sítio qualquer. Eu resolvo o assunto.

E portanto, Sr. Deputado, os senhores é que não fundamentaram minimamente as suas propostas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Digo e repito: é lamentável, e eu tenho pena, de num partido que se devia constituir como a principal alternativa ao Partido Socialista, está hoje a afundar-se e a definhar.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Isso era o que o senhor gostava de ver!

O Orador: Eu tenho pena, Sr. Deputado Cláudio Lopes, e o senhor sabe bem que sim.

Presidente: O CDS/PP terminou o seu tempo neste debate.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Gerido ao minuto!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Lopes estive a fazer algumas contas e gostaria de colocar algumas perguntas, a ver se percebi.

Deputado Mark Marques (PSD): Não temos tempo!

O Orador: Não pode responder, mas digo-lhe só para verem o enquadramento, se eu percebi a proposta.

A proposta do PSD é para que haja uma comparticipação de 5 milhões e meio de euros que irá corresponder a 50% da parte não comparticipada de fundos comunitários. Certo? Muito bem!

Então vamos fazer a conta. Se 5 milhões e meio de euros correspondem a 7 e meio por cento da comparticipação, isso implicará um investimento em fundos comunitários, no próximo ano, de 80 milhões de euros.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): 73.

O Orador: 73 milhões de euros. Não é?

Deputado Cláudio Lopes (PSD): 5 e meio mais 5 e meio dá 11. Faça uma regra de três simples.

O Orador: Seja 73. Agora como é que o PSD hoje propõe que o Governo participe num investimento de fundos comunitários 73 milhões de euros no próximo ano, quando a líder do seu partido, como presidente da Associação de Municípios, assinou um protocolo em que diz claramente que o investimento em fundos comunitários nas autarquias por ano não pode ser superior a 27 milhões de euros, ou seja, um terço desse valor que o senhor propôs.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Membros do Governo)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Então em que prazo é que o senhor vai executar o Plano?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Não pode, Sr. Deputado. As declarações de voto sectoriais consideramos incluídas no tempo, as finais é que não.

Estava eu a dizer que a proposta de alteração do PCP para a acção 21.4.3 se encontra prejudicada, porque dava contrapartidas no Programa 4.

Passamos para a proposta de alteração do PSD para a acção 21.6.5. Do PS.

Proposta de alteração do PS para a acção 21.6.5.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que o Partido Socialista vem aqui apresentar prevê o reforço da acção 21.6.5 – “Coesão Regional” – só vai permitir o desenvolvimento dos procedimentos necessários à elaboração de um plano de ordenamento dos terrenos não afectos à actividade aeroportuária do aeroporto de Santa Maria, que se realizará após a celebração do protocolo que permitirá a afectação de bens e imóveis do domínio público, para o domínio privado da Região ao qual já me referi nesta sessão. Irá permitir assim o ordenamento dos terrenos do aeroporto, do parque habitacional e das infra-estruturas adjacentes a desafectar no aeroporto de Santa Maria, acção essa que corresponde a uma pretensão dos marienses e que agora irão ver concretizada.

Obrigada.

Presidente: Vamos então votar a proposta do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 21 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 22, o qual tinha 7 propostas de alteração do PPM, que estão todas prejudicadas.

Vamos votar então o Programa 22 do Plano.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Diga, Sra. Deputada Zuraida Soares?

Deputada Zuraida Soares (BE): Queria pedir um intervalo regimental de 10 minutos.

Presidente: É regimental. Voltamos às 2 horas e 50 minutos.

(Eram 02 horas e 38 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 02 horas e 55 minutos)

Não sei se deva fazer a seguinte proposta: o último a sentar-se paga um jantar!

Vamos passar à proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2011 e vamos começar com a sua votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a proposta de Orçamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Entrando na especialidade, dos artigos 1.º a 6.º inclusive não há qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da Câmara ponho-os à votação em conjunto.

Há oposição. Diga, Sr. Deputado Pedro Gomes?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Do 3.º ao 6.º pode ser em conjunto? Então vamos começar pelo artigo 1.º .

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 5 abstenções do CDS/PP, abstenção 1 do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Perdão, vamos votar os artigos 3.º a 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 7.º existem duas propostas de alteração. Passamos à proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Para uma interpelação, faça favor Sr. Deputado.

***Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Creio que esta proposta de alteração para o artigo 7.º do Bloco de Esquerda se encontra prejudicada em função da votação que foi realizada relativamente a diversas acções do Capítulo 40, que sustentavam financeiramente a proposta.

Presidente: Portanto, está prejudicada.

A proposta de eliminação do artigo 7.º do Partido Social Democrata. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e 1 votos a favor do PPM.

Presidente: Os artigos 8.º a 11.º inclusive não são objecto de qualquer proposta de alteração.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Diga, Sr. Deputado? Tem razão!

Artigo 7.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada Zuraida Soares.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já houve no nosso país quem quisesse interromper a democracia por 6 meses. Felizmente não teve sucesso. Mas infelizmente o Governo da República e o Partido Socialista conseguiram, neste caso concreto, fazê-lo, não por 6 meses, mas de acordo com as afirmações do Ministro das Finanças, “*ad aeternum*”.

O Bloco de Esquerda não aceita o corte de salários por violar a Constituição, as leis laborais e os princípios basilares do estado de direito. Esta rejeição levamo-la até às últimas consequências, seja nos Açores, seja na República.

Neste sentido, e apesar do Governo Regional almofadar o roubo imposto pela República, não deixa de ofender os preceitos constitucionais e legais, tanto mais que o Governo e o Partido Socialista se esqueceram de obedecer ao imposto na lei, que é a negociação colectiva na Região.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso não é verdade!

A Oradora: Além disso, ao fazê-lo concorre para a criação de funcionários, que é o mesmo que dizer, de trabalhadores nesta Região de primeira, de segunda e de terceira categoria. Também isso o Bloco de Esquerda não aceita. Portanto, nós não

queremos ser coniventes e não queremos participar, nem compactuar com o branqueamento duma ilegalidade e por isso o nosso Grupo Parlamentar, na Assembleia da República, pediu a fiscalização do Tribunal Constitucional quanto a esta decisão de baixa dos salários.

Votar favoravelmente a chamada “almofadinha” era aceitar um facto consumado que nós não aceitamos de maneira nenhuma.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Diga, Sr. Deputado Pedro Gomes, pede a palavra para?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Com certeza. Relativo ao artigo 7.º, pode repetir Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 7.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votou contra. Obrigado Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O PSD, BE e o PPM como é que votaram o artigo 7.º?

Repita Sr. Secretário, para ficarmos com isto assente.

Secretário: O artigo 7.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos prosseguir. Vamos votar o artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Se não houver objecção da Câmara vou colocar à votação os artigos 9.º, 10.º e 11.º.

Há oposição. Vamos votar o 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Os artigos 10.º e 11.º podemos votar em conjunto. O 12.º tem uma proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para o artigo 12.º há uma proposta de aditamento do PPM. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do PPM para o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 13.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Há uma proposta de aditamento do Bloco de Esquerda para um artigo 13.º-A. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Se não houver oposição da Câmara podemos votar em conjunto os artigos 16.º a 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Há uma proposta do Bloco de Esquerda que adita um artigo 17.º-A. Vou colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso pôr à votação em conjunto os artigos 18.º e 19.º. Não posso.

Vamos votar o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Há uma proposta de alteração do PPM para o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a alteração proposta pelo PPM para o artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora, para o mesmo artigo 21.º, a proposta de alteração do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu ia pedir que a votação fosse feita em separado para os números 1, 2 e 3.

Presidente: Do artigo 21.º? Mas primeiro vamos votar a proposta do BE, que é para o número 3 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Pergunto à Sra. Deputada Zuraida Soares se posso votar os números 1 e 2 conjuntamente. Muito bem.

Vamos votar então os números 1 e 2, do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o número 3 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento do PSD de um artigo 22.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a alínea a), do número 1, do artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento para o mesmo artigo, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraída Soares queria a votação do número 2 à parte. Então vamos votar o artigo 23.º, número 1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o número 2 do artigo 23.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para o artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o número 1 do artigo 24.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O número 1 do artigo 24.º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o número 2 do artigo 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 25.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o artigo 27.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 27.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 28.º com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Há uma proposta de alteração para o artigo 30.º do Bloco de Esquerda, mas como se trata de contra-partidas para a acção 11.1.1 eu creio que está prejudicada.

Peço desculpa, não é do BE e do PCP e está prejudicada.

Portanto, vamos votar a proposta de alteração do PSD para o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de aditamento do PCP denominada artigo 30.º-A.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PCP, que visa um aumento de 2,1% na remuneração complementar para os trabalhadores da Administração Regional e Local, quer ou pretende que estes trabalhadores da Administração Pública Regional e Local, que têm salários mais baixos, sejam de alguma forma compensados face às medidas de austeridade que foram impostas pelo Governo da República.

O valor encontrado pretende compensar não só o valor esperado para a inflação para o ano de 2011, como também o desconto de 1% para a Caixa Geral de Aposentações. Por outro lado pretende também valorizar a remuneração complementar, uma vez que o custo de vida é efectivamente mais elevado nos Açores. A remuneração complementar foi instituída na Região por esta Câmara no

fim da década de 90, no primeiro mandato do Partido Socialista e aprovada pelos partidos então representados nesta Câmara (PS, PCP, CDS/PP).

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Exactamente e já tinha sido anteriormente, no governo militar. Aliás, já agora, permitam-me, enquanto Presidente do Conselho Directivo consegui pagar 3 meses de remuneração complementar e mandei a folha sempre para a Tesouraria Pública. Entretanto, deixou de ser paga. Mas efectivamente o PSD revogou essa decisão.

De qualquer forma, tem também o simbolismo de valorizar esta remuneração complementar para os trabalhadores da Administração Pública Regional e Local.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Um esclarecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para votar esta proposta do Partido Comunista, gostaria de saber a quanto é que corresponde em numerário o aumento desta remuneração complementar de 2,1%.

Já que temos perguntado aqui, feito questão de que é necessário conhecer exactamente os valores do que estamos a falar, gostaria de ser esclarecida nesse sentido.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho todo o gosto em poder esclarecer a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Relativamente aos trabalhadores da Administração Regional andarà à volta de 80 mil euros. Relativamente aos trabalhadores da Administração Local de momento não sou capaz de responder a essa questão.

Relativamente à Administração Regional cerca de 80 mil euros.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem!

Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a ver? Ele sozinho sabe mais que 17!

Presidente: Vamos votar Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: A votação está certa. Espero que daqui a 3 artigos não me venham perguntar pela votação.

Vamos prosseguir Sras. e Srs. Deputados.

Vamos votar o artigo 31.º do Orçamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: A denominação 31.º-A deve estar na moda porque há 4 pretendentes à sua autoria.

Vamos começar pela proposta do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos analisar a proposta de aditamento do PSD que também vem denominada como 31.º-A.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

***Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para colocar uma questão ao PSD. Tendo em conta a evidência que ficou clara e objectiva de que o valor que propunham para reforçar esta dotação não podia de maneira nenhuma corresponder àquilo que seria a capacidade das autarquias de absorverem esses recursos, saber se irão retirar a proposta ou se irão mantê-la.

Deputado Mark Marques (PSD): A proposta está prejudicada.

Presidente: Peço desculpa, tenho aqui uma indicação de que a proposta está prejudicada, mas não a vi.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem que estudar melhor o Regimento e os números da dívida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor ri-se porque ela está prejudicada?

Presidente: Passamos para a proposta de aditamento do CDS/PP.

Aqui há uma curiosidade, mas penso que neste caso não haverá problema. Aquilo a que o PP chama de artigo 31.º-A é um objecto que o PSD chama de 31.º-B, e a proposta do PSD entrou primeiro, mas creio que neste caso não haverá problema.

Diga, Sr. Presidente?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: O que eu estava a dizer, Sr. Presidente do Governo, é que o objecto, que tem a ver com remuneração dos gestores públicos regionais, da proposta do CDS/PP é idêntico. Ou seja, também há uma proposta sobre o vencimento dos gestores públicos regionais do Partido Social Democrata.

Não ficam prejudicadas porque são diferentes.

Vamos votar a proposta do CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pedia a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para uma declaração de voto.

Presidente: As declarações de voto sectoriais entram no tempo global e o CDS/PP já não tem tempo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Mark Marques (PSD): Afinal não gere bem o tempo!

Presidente: Vamos analisar a proposta de aditamento do Proposta do Partido Socialista denominada 31.º-A, que Altera o número 3 do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional 25/2010/A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Há uma proposta de aditamento de um artigo 31.º-B do Bloco de Esquerda. Coloco-a à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora sim vamos votar a proposta de aditamento do PSD denominada 31.º-B.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

***Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho a certeza que o PSD terá ponderado a apresentação desta proposta, mas estou a ficar com a certeza de que, ponderando embora, não ponderou bem.

Por isso gostava de perguntar ao PSD...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não temos tempo para responder!

O Orador: Não têm tempo para responder, então vamos combinar uma forma mais simples de todos ficarmos esclarecidos. Se o Grupo Parlamentar do PSD conhece algum gestor que ganhe mais do que o Presidente do Governo faça assim...

(Aceno afirmativo do Presidente do Governo Regional)

O Orador: Se não conhece faça assim.

(Aceno negativo do Presidente do Governo Regional)

(Risos dos Deputados das bancadas do PS, CDS/PP, BE e PCP)

O Orador: Não há nenhum gestor público na Região que ganhe mais do que o Presidente do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Claro!

Deputado João Costa (PSD): Mas poderá vir a haver!

O Orador: Srs. Deputados do PSD, basta!

Deputado João Costa (PSD): Mas pode vir a haver!

O Orador: Acho até preferível que façamos um novo intervalo, mais meia hora, mas basta!

Não é suficiente apresentar propostas. É uma exigência assumirmos essas proposituras com responsabilidade...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador:... com ponderação, com conhecimento.

Eu tenho aqui uma lista e não conheço nenhum gestor público que ganhe mais do que o Presidente do Governo. Agora o que é que se faz a isto? Proponho ao Grupo Parlamentar do PS que por miseração votássemos a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos passar à votação da proposta do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação no sentido de tentar obter a lista que o Sr. Presidente diz que tem. Portanto era uma solicitação dessa lista porque julgo que são dados públicos e portanto gostaríamos de a obter.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Fará um requerimento e com certeza que lhe será respondido.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vamos ficar à espera mais 6 meses e quando responder vai ser com mentira.

(Vozes de protesto dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Presidente do Governo quer responder à interpelação já que foi directamente interpelado, tem a palavra.

***Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os meus apontamentos e o meu trabalho são para o meu uso.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Muito bem!

O Orador: Vossas excelências poderiam ter obtido essas informações de duas formas: ou através de um requerimento nos termos formais...

Deputado Mark Marques (*PSD*): Daqueles que nunca são respondidos!

O Orador: ...ou reunindo com o Governo Regional, concertando previamente com o Governo Regional, dialogando com o Governo Regional e preparando as vossas propostas. O que uma vez mais aqui nós comprovamos é que os senhores não se prepararam, os senhores apresentaram propostas sem conhecer as suas consequências, o seu conteúdo e recusaram, como aqui disse explicitamente, o diálogo e a concertação...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Dê-nos a lista, Sr. Presidente.

O Orador: ... que vos permitiria não ter feito uma vez mais má figura nesta discussão do Plano e do Orçamento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Membros do Governo)

Presidente: Pede a palavra para, Sr. Deputado? Eu vou-lhe dar a palavra para um protesto, mas espero que seja breve e nós consigamos avançar.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

***Deputado António Marinho** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É um protesto rapidíssimo, no sentido de que algo que foi utilizado pelo Sr. Presidente do Governo neste debate parlamentar, que corresponde a dados que são públicos...

Deputado José San-Bento (*PS*): Então como é que não sabe?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Então se são públicos!

O Orador: ... mereceu da parte do Sr. Presidente a recusa na sua entrega.

Quanto à sugestão de apresentação de um requerimento, Sr. Presidente, conhecemos perfeitamente como é que são as respostas aos requerimentos feitos pelo PSD, designadamente o que conhecemos relativamente às contas das empresas públicas apresentado no dia 16 de Junho deste ano...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... que deveria ter sido entregue 60 dias depois, 6 meses depois nós não o temos.

Nós já sabemos como é que o Governo nos responde.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra para um contra-protesto.

***Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A verdade é esta: o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD já falou duas vezes. Uma para fazer uma interpelação, outra para fazer um protesto. Já tinha tido mais do que tempo para dizer qual o gestor público que ganha mais do que o Presidente do Governo.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Dê-nos a lista que já dizemos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Membros do Governo)

Presidente: Diga, Sr. Deputado? Quer a repetição da leitura da votação do artigo 31.º-B?

Sr. Secretário faça o favor.

Secretário: Foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos passar à proposta de aditamento do artigo 31.º-B da autoria do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento do artigo 31.º-C, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os artigos 32.º e 33.º do Orçamento em conjunto.

Não havendo oposição da Câmara, passo a fazê-lo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação dos mapas que são objecto de alterações.

Mapa I tem propostas de redução do PSD que estão prejudicadas.

Há uma proposta de alteração do Partido Socialista com a criação de um novo artigo 08 e a respectiva dotação de 468 mil e 300 euros.

Vou colocar à votação esta proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Para o Mapa II há uma proposta de alteração do PS. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o Mapa III há uma proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o Mapa IV há propostas de alteração do BE, do PSD e do PCP que se encontram prejudicadas. Vou colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Para o Mapa V há uma proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Para o Mapa VI há uma proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o Mapa VII há uma proposta de alteração do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Para o Mapa VIII há 4 propostas de alteração do Partido Socialista.

Vou pô-las à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: O Mapa IX não é objecto de qualquer proposta de alteração, portanto não precisamos de votá-lo porque quando votámos o respectivo artigo ele está referido como anexo.

Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estevão quer fazer uma declaração de voto.

As declarações de voto finais não estão incluídas no tempo global.

Tem a palavra.

***Deputado Paulo Estevão (PPM):** Penso que já efectuamos a votação final global, a partir de agora são as declarações de voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Considero que ficou claro neste debate do Orçamento e do Plano que existem pelo menos duas estratégias diferentes para o desenvolvimento dos Açores.

Uma é a que tem sido desenvolvida pelo actual Governo Regional. Esta estratégia tem sido desenvolvida desde 96 e eu combato politicamente desde essa altura, com responsabilidades políticas que também tinha nessa época. É um modelo baseado num crescimento económico muito lento, com uma gravíssima dependência em relação ao exterior, com uma gravíssima dependência em relação às verbas, às receitas que nos chegam do exterior. Esta é, de acordo com os dados que tive a oportunidade de consultar, a Região mais dependente da Europa. A Região que tem uma menor autonomia em termos de receitas próprias. Isto significa uma enorme vulnerabilidade para o futuro da Região, uma vez que como nós temos tido oportunidade de acompanhar nesta grande crise financeira e económica internacional, as dificuldades crescentes da República e também as dificuldades crescentes do projecto europeu, podem vir a condicionar largamente o futuro da Região, uma vez que a Região depende em larga medida dessas transferências que são efectuadas de forma periódica.

Portanto, o modelo económico que resulta destes praticamente 15 anos de evolução política é um modelo estagnado do ponto de vista do crescimento económico, em que a Região convergiu muito pouco, teve um crescimento em termos de convergência muito pouco acentuado em relação às zonas mais desenvolvidas da Europa. E mais do que isso, em que se manteve como uma Região altamente dependente do exterior.

Este modelo económico que continua a ser implementado pela actual estratégia que este Orçamento e este Plano representaram.

Vou concluir rapidamente com duas ou três ideias para o futuro.

O Presidente do Governo Regional teve oportunidade no discurso que efectuou de referir a enorme importância que tem para os Açores a estratégia e a economia do mar. A enorme importância que tem para os Açores o facto de poder vir a projectar este crescimento económico aproveitando os novos nichos de desenvolvimento económico desta área. O que se pode verificar depois olhando na prática para o Orçamento é este discurso que foi efectuado. Até tive a oportunidade, quando o Presidente do Governo Regional o estava a dizer, “Apoiado”, estou de acordo com esta ambição para o futuro, com esta visão de futuro duma Região que aposta fortemente no mar, que aposta fortemente nas potencialidades que esta valência trará para os Açores, como já teve ao longo da nossa história, porque é inerente à nossa localização geográfica. Mas depois quando olhamos para as verbas e para os Programas que são desenvolvidos na prática, o que verificamos é que o PPM propôs, por exemplo, que fossem aumentadas as dotações para as acções que são desenvolvidas no âmbito da estratégia do aproveitamento do mar dos Açores. E o que é que aconteceu?

O Governo Regional, o Partido Socialista votou contra.

Propusemos também que fossem implementadas, que fossem aumentadas as acções e a dotação financeira para as pescarias de profundidade. Todos sabemos que é uma das áreas em que existe um maior futuro para os Açores. Pois bem, também foi reprovado pelo Partido Socialista.

Propusemos que se fizessem e se que aumentasse a promoção dos produtos agrícolas açorianos, uma vez que no planeamento inicial do Governo estas verbas e

acções que consideramos estratégicas, tinham sido diminuídas em relação ao ano anterior. Pois bem, o que é que fez o Governo Regional? Votou contra.

Propusemos também o aumento das verbas para a promoção dos produtos açorianos, uma vez que o Governo Regional também nesta área tinha recuado em relação à dotação que tinha previsto o ano passado. Pois bem, o Partido Socialista o que é que fez? Votou contra.

Termino já, Sr. Presidente.

Isto só para vos dar apenas alguns exemplos de que uma coisa é o discurso e a retórica, por vezes brilhante do Presidente do Governo Regional que disfarça muita coisa.

Mas outra coisa é a realidade. E a realidade é de que o Partido Socialista se prepara para entrar num ciclo sem a liderança do Presidente do Governo Regional a partir de 2012. Neste novo ciclo o que acontece é que o Partido Socialista e o Governo Regional entram sem ideias novas. Entram sem uma perspectiva para o futuro. Porque – e termino, Sr. Presidente – a grande questão depois de todas estas horas de discussão, qual é a novidade de estratégica? A grande novidade deste Orçamento é que o Sr. Secretário da Economia, em vez de estoirar 9 milhões de euros na promoção turística, tem 21 milhões de euros para promover no próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio que podemos passar ao ponto seguinte da agenda.

Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É justamente no momento em que as dificuldades atingem brutalmente as famílias açorianas, onde estas vivem momentos de incapacidade, de insuficiência de rendimentos e até de desespero, é neste momento que é muito pouco ter um Orçamento que no limite apenas deixa sinais.

Seria fundamental um Orçamento de superação de dificuldades, mas também um Orçamento virado para o futuro. Um Orçamento que não abandonasse as necessidades de desenvolvimento da Região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Era fundamental um Orçamento que ajudasse efectivamente os açorianos, que zelasse pelos seus problemas e pelos seus interesses. Um Orçamento que não esquecesse a fase de turbulência que vivem as empresas açorianas. Um Orçamento que aceitasse que a Região vive uma situação de desemprego altamente preocupante e que esse problema tem que ser resolvido de uma forma incisiva, tem que ser resolvido de uma forma assumida.

Tudo isso é aquilo que não se encontra neste Orçamento.

Até podia ter havido um espírito de aceitação de algumas alternativas que minimizariam os efeitos nocivos, graves, negativos que vão recair sobre os Açores e sobre os açorianos.

O Governo e o PS mais uma vez não quiseram.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores não nos esclareceram!

O Orador: Optaram pela teatralização da política (que aliás está aqui perfeitamente à vista) para esconder, no fundo, o incómodo de, pela teimosia, se recusarem, em certas situações, a beneficiar os açorianos.

Isolados dos açorianos, o Governo e o PS estão acantonados na sua própria arrogância.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos mereciam outra atenção e os Açores precisam de mais acção, precisam de uma política sensata, precisam de uma postura serena e responsável e precisam de seriedade, Sr. Deputado.

Acima de tudo não necessitam do ruído nem do teatro, que é isso que o senhor acabou de fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, peço a palavra, com a estima que lhe tenho, para reconhecer a sua dedicação e empenho na defesa do seu Grupo Parlamentar e constatar (até pela rápida ausência do seu asa direita) que o senhor esteve sozinho na frente de batalha.

Deputado José San-Bento (PS): Essa é que é a verdade!

O Orador: Gostaria de lhe fazer esse reconhecimento da sua dedicação e do seu empenho e sobretudo também reconhecer que não teve, por parte dos seus companheiros de direcção, a ajuda que eu julgo que merecia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Posto este reconhecimento justo e sem favor, passo ao seguinte.

Não podemos em tempo de crise, já o disse, governar do mesmo modo, mas também não podemos ser oposição da mesma maneira. Com as dificuldades das famílias julgo que demos o nosso contributo, que fomos críticos durante este debate, apresentámos as nossas críticas, discutimos abertamente, mas também apresentámos soluções modestas, com certeza, que vão contribuir para minorar o impacto das medidas negativas que estão a assolar as famílias e as empresas dos Açores. Como tal, mais uma vez, construtivamente, não quisemos colocar nenhum entrave para que o Governo cumpra o seu Plano e demos o nosso contributo. Estamos mais uma vez satisfeitos e os açorianos mais uma vez, tenho a certeza, irão reconhecer a utilidade do nosso trabalho e a utilidade do voto que deram ao CDS.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

***Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Terminámos agora o debate, a discussão e as votações de dois momentos de crucial importância no âmbito do enquadramento financeiro dos Açores para 2011. Dois

documentos que contêm propostas com orientações muito claras. Duas orientações muito claras, duas agendas políticas muito claras.

Por um lado, continuar o caminho de desenvolvimento que felizmente tem sido implementado nos Açores ao longo dos últimos 14 anos, no âmbito do esforço de investimento público que seja realmente reprodutivo na Região, e por outro lado também, responder ...

Deputado Paulo Estevão (PPM): E a que é que isso levou?

O Orador: ... a um momento conjuntural difícil que com a lucidez e com a responsabilidade que sempre caracterizou o Partido Socialista, não escamoteamos. Podemos dizer que o Orçamento e o Plano que agora aprovámos são os documentos, o Plano e Orçamento das famílias e das empresas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Ah, isso é que não é!

O Orador: Que é o Plano e Orçamento de forte sensibilidade social...

Deputado João Costa (PSD): 0,09 de força!

O Orador: ... e de apoio e incentivo às empresas.

É importante dizer e assinalar também, na casa mãe da Autonomia, no Parlamento Regional, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que nos congratulamos pelo facto de estes documentos terem sido enriquecidos com propostas exequíveis, ponderadas e razoáveis de vários partidos da oposição.

Uns quiseram falar connosco, outros (como é o caso do PSD) não quiseram dialogar connosco.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Em nenhum momento da discussão dos pressupostos e das propostas que estão nestes documentos o PSD abordou ou manifestou intenção de negociar e de conversar com nenhum interlocutor do Partido Socialista sobre esta matéria.

O PSD continuou, insistiu em continuar, em fechado sobre si, entrincheirado na barricada da demagogia, da maledicência, da crítica fácil e destrutiva, refém da falta de imaginação, da falta de ideias e refém das propostas circunstanciais que apenas querem capitalizar descontentamentos localizados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E do Plano da Região, nada! É só PSD!

O Orador: O PSD infelizmente mais uma vez insistiu em não assumir as suas responsabilidades enquanto maior partido da oposição nos Açores. Insiste em ser um problema e não em fazer parte da solução.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Insiste em estar à margem de um processo modernizador e transformador da sociedade açoriana há 14 anos. Um projecto modernizador que sucessivamente tem tido o reconhecimento eleitoral dos açorianos...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Pensei que ia falar sobre o Plano e o Orçamento. Mas que cansativo: PSD, PSD, PSD...

O Orador: ... e é nisso que estamos empenhados. É nisso que vamos continuar empenhados: em ajudar os açorianos, em ajudar as famílias e as empresas açorianas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Acreditamos que depois da aprovação destes documentos podemos encarar 2011 com mais confiança, mas com com a lucidez e a responsabilidade que sempre tivemos, sem propagandismos alheados da realidade.

Neste processo de discussão e de debate nos últimos 3 dias, não posso deixar de, em primeiro lugar, e retribuindo os votos de felicitações que o Sr. Deputado António Marinho me dirigiu no primeiro dia destes trabalhos, solidarizar-me com vossa excelência, pela maldade que o seu Grupo Parlamentar lhe fez ao longo do debate na especialidade e pela forma desnorteada, descoordenada e desarticulada como que vossa excelência não soube defender as vossas propostas. Não soube medir o impacto das vossas propostas o que é muito fraco para o maior partido da oposição. Chegou a ser aflitivo ver o papel que o PSD e os números teatrais que vossa excelência teve que fazer para encapotar a incapacidade do seu Grupo Parlamentar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Homessa!

O Orador: O Partido Socialista esteve neste debate com uma energia renovada e com uma ambição enorme de em 2011 continuar a ajudar os açorianos. Temos pena que tenhamos tido o maior partido da oposição claramente em fim de ciclo.

Mais uma vez não respondeu, mais uma vez não resistiu à tentação da crítica fácil e mais uma vez, naquilo que se refere à defesa dos açorianos, este PSD teve falta de comparência.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estevão (PPM): É disto que os açorianos estão fartos, é destas jogadas político-partidárias, que não chegam a lado nenhum!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração de voto.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PCP procurou, à sua dimensão, contribuir para introduzir algumas melhorias no Plano e Orçamento que nos foi apresentado pelo Governo Regional.

Disse-o há pouco na intervenção inicial, este não é o nosso Orçamento, este não é o nosso Plano, mas não abdicamos do nosso papel e do mandato que o povo açoriano nos conferiu.

E uma vez mais sentimos que contribuímos e que honrámos o mandato que o povo açoriano nos conferiu ao apresentar propostas, algumas das quais, pela sua justeza, foram acolhidas pela maioria parlamentar do Partido Socialista.

Só podemos estar satisfeitos com isto, mas continuaremos não só a criticar aquilo que temos de criticar, como a reconhecer aquilo que de positivo nos é apresentado nesta Câmara, independentemente de vir de um partido da oposição ou de vir da maioria parlamentar.

Estamos por isso satisfeitos, embora tenhamos ambição de melhorar o contributo que temos vindo a dar nesta Câmara.

Por fim, não posso deixar de referir o seguinte. O PSD não se pode esquecer que subscreveu na República aquilo que os portugueses estão a pagar, aquilo que os açorianos estão a pagar e portanto, não pode subscrever a recessão em Lisboa e vir para a Horta armado em defensor do social, defensor das empresas, porque as

medidas que os senhores aprovaram em Lisboa apenas vão contribuir para mais desemprego, mais insolvência de empresas e isso não pode ser escamoteado. Portanto, não podem ter um discurso aqui e um discurso em Lisboa. Fica-vos muito mal.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes 3 dias de debate e dotação tivemos a oportunidade de dizer o que pensamos sobre este Plano e Orçamento e de estabelecer as diferenças e as divergências que assumimos.

Mas, chegados a este momento, não podemos deixar de dizer mais duas ou três coisas que vêm a propósito das propostas que apresentámos e que a maioria reprovou com toda a legitimidade.

Porque nós, Bloco de Esquerda, temos muita dificuldade em perceber que um Governo Socialista não considere justa a proposta de integrar no sistema educativo regional os professores precários e que queira pôr ordem na casa dos outros, e muito bem, combatendo a precariedade, quando se recusa a fazê-lo na sua própria casa. Temos dificuldade em perceber este tipo de atitude dum Governo Socialista.

Que o Governo Socialista nos diga não podemos fazê-lo neste momento, é uma coisa; agora que não considere justa a proposta, isso temos muita dificuldade em perceber.

Temos muita dificuldade em perceber que um Governo Socialista prefira jogar com a arbitrariedade das decisões relativamente à importância do Fundo de Pesca, do que a pôr em letra de lei numa maneira definitiva e clara, que uma vez por ano, e dentro dos critérios da lei, os pescadores desta Região podem auferir um correspondente ao ordenado mínimo regional, que aliás, é prática do Governo nos últimos dois anos. Mas os senhores recusam-se a pôr isto em letra de lei, porque a arbitrariedade e o fazer agora de uma maneira e fazer depois de outra, se isto não estiver em letra de lei dá-vos um poder reforçado. E quanto a nós isto não é um Governo Socialista.

Custa-nos também aceitar que um Governo Socialista não aceite, por exemplo, não promover, aliás, recusar-se a promover financiamento as entidades privadas com fins lucrativos em áreas de interesse público determinantes. E porquê? Porque nós acreditamos que um Governo Socialista moraliza a defesa pública, torna-a mais transparente, impede que o dinheiro público seja posto ao serviço de interesses lucrativos que não são os interesses das pessoas. São os interesses das empresas privadas lucrativas, mas não são os interesses de todos. Temos dificuldade em entender isto.

Como também temos dificuldade em entender que um Governo Socialista não tenha a coragem de, com transparência, apresentar os contratos das parcerias público-privadas que tem estabelecidas na Região e que se recuse a renegociá-las em prol de um melhor aproveitamento e uso do dinheiro público. Também temos dificuldades.

E temos dificuldade num Governo Socialista que se recuse a aceitar que se tiver técnicos nos seus serviços não deve recorrer às consultorias externas que são um outro sorvedor dos dinheiros públicos. Deve privilegiar os técnicos, aliás, competentes...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ...e altamente formados que tem na sua administração em vez de gastar dinheiro lá fora.

Finalmente, custa-nos aceitar que um Governo Socialista retire à Assembleia Legislativa dos Açores a prerrogativa de definir as condições de aplicabilidade das deduções à colecta para os lucros reinvestidos em certas áreas que o Governo se quer arrogar o direito de fazer por sua exclusiva decisão...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ...e vontade, em vez de trazer esta decisão ao debate e à votação desta casa.

E portanto, temos esta dúvida metódica quanto ao socialismo durante todos os dias do ano do nosso Governo Regional.

Finalmente, o Bloco de Esquerda, acedendo ao pedido manifestado por diferentes governantes desta Região, apresentou propostas realistas, concretas, objectivas e

assentadas, ou seja, cumprimos os 4 critérios que os senhores reiteradamente pediram e sugeriram, não ao Bloco, mas a todos os outros partidos.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Não somos obrigados a aceitar.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Cepticismo político, Sra. Deputada!

A Oradora: Com certeza.

Portanto, não foi pela falta de cumprir os critérios. Não acredito que seja pela falta da justiça das propostas. Alguma razão haverá, mas isso compete ao Governo Regional explicar, não ao Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o debate com a aprovação do nosso Plano e Orçamento para 2011.

Seguem-se alguns pontos da agenda.

Temos 3 pedidos de autorização para prestação de depoimento de 3 Srs. Deputados, na qualidade de testemunhas, a saber: o Sr. Deputado Paulo Estevão, o Sr. Deputado José Gaspar Lima e a Sra. Deputada Isabel Almeida.

As situações são na qualidade de testemunha, nada tem a ver com o exercício do mandato de Deputado e os 3 Srs. Deputados mostraram-se disponíveis para prestar o respectivo depoimento.

Eu propunha à Câmara que, face a essas circunstâncias, votássemos em conjunto os respectivos relatórios, no sentido de autorizar os Srs. Deputados a prestarem o seu depoimento.

Assim sendo, e não havendo oposição da Câmara, vamos votar os 3 relatórios da autorização para depoimento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os relatórios apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em Conferência de Líderes foi decidido acrescentar, por necessidade, um ponto à nossa ordem de trabalhos, que tem a ver com a verificação de poderes do Sr. Deputado José Francisco Salvador Fernandes, que iniciará funções, ou

retomará funções, a 1 de Dezembro próximo. Nessa medida, pedia à Sra. Relatora da CAPAT para apresentar o respectivo relatório.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DE DEPUTADOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 25 de Novembro de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação dos mandatos do candidato a Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, José Francisco Salvador Fernandes.

Estiveram presentes os Deputados Hernâni Jorge (Presidente), Isabel Almeida Rodrigues (Relatora), Carla Bretão (Secretária), Catarina Furtado, José Ávila, António Toste Parreira, Bárbara Chaves, Carlos Mendonça, Clélio Menezes, João Costa, Luís Garcia, Luís Silveira e Aníbal Pires.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos das disposições conjugadas das alíneas c) do nº 1 do artigo 4º e j) do nº 1 do artigo 22º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro, o exercício de funções na situação de funcionário do Estado, da Região ou de outras pessoas colectivas de direito público determina a suspensão do mandato de Deputado à Assembleia Legislativa.

Em caso de suspensão do mandato, o deputado deverá ser substituído pelo primeiro candidato não eleito na respectiva ordem de precedência na mesma lista, conforme resulta do disposto no nº 1 do artigo 9º do supra citado Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, havendo que proceder à verificação dos respectivos poderes.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em razão da matéria em apreciação.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 24 de Novembro de 2010, o Deputado António Maria Silva Gonçalves solicitou a respectiva substituição temporária, nos termos do disposto no nº 1 e na alínea a) do nº 2 do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2010.

Ainda em 24 de Novembro de 2010, Presidente da Assembleia Legislativa exarou despacho favorável no requerimento do Deputado António Maria Silva Gonçalves e, na sequência do ofício da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD, da mesma data, solicitou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho a verificação de poderes do substituto legal.

Nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 19/90/A, de 20 de Novembro, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante, nos termos do artigo 5º do mesmo diploma, determina a suspensão do mandato de Deputado.

Compulsada a acta de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 19 de Outubro de 2008, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e a ordem de precedência na respectiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato José Francisco Salvador Fernandes, o qual, nos termos das já citadas normas do

Estatuto dos Deputados, deverá substituir o Deputado António Maria Silva Gonçalves.

A verificação de poderes é feita pela Assembleia Legislativa e consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõem os n.ºs 1 e 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP consideram estar verificada a situação de elegibilidade e a inexistência de quaisquer incompatibilidades relativamente ao candidato José Francisco Salvador Fernandes.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato José Francisco Salvador Fernandes e que o mesmo não se encontra em situação de incompatibilidade, concluindo que está em condições de integrar a IX Legislatura a partir da data de suspensão do mandato do deputado que substitui, ou seja em 1 Dezembro de 2010.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Horta, 25 de Novembro de 2010

A Relatora, Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Presidente: Obrigado, Sra. Relatora.

Sras. e Srs. Deputados, creio que estamos em condições de votar este relatório. É o que passo a propor de imediato.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Não posso também deixar passar a oportunidade para, em meu nome pessoal e tenho a certeza que em nome desta Assembleia, desejar ao Sr. Deputado António Maria Gonçalves, que vai deixar-nos, as maiores felicidades pessoais e familiares e agradecer-lhe o desempenho digno e útil que teve na causa pública, designadamente nesta casa.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Aplausos da Câmara)

Deputado António Maria Gonçalves (PSD): Muito obrigado!

Presidente: Tenho uma proposta de deliberação ainda.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Novembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados muito bom dia. Bom regresso às vossas casas.

Àqueles que não tiver oportunidade de ver, boas festas e um feliz 2011.

Boa noite.

(Eram 04 horas e 22 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Paula Cristina Dias Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

(*) Texto não revisto pelo Orador.

1 – Correspondência:

Assunto: Ofício a solicitar a suspensão do mandato de Deputado, nos termos da alínea do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, a partir do dia 1 do próximo mês de Dezembro

Proveniência: António Maria Gonçalves

Data de Entrada: 2010.11.22

Referência: 27.09/3/IX;

Assunto: Ofício a informar que o Sr. Deputado António Maria da Silva, eleito pelo círculo eleitoral da ilha das Flores, pediu a suspensão do seu mandato, nos termos dos n.ºs 1 e 5 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, e que será substituído pelo Sr. José Francisco Salvador Fernandes, candidato não eleito pelo círculo eleitoral da Ilha das Flores, não tendo poderes verificados.

Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Soares Marinho

Data de Entrada: 2010.11.24

Referência: 27.09/3/IX;

Assunto: Ofício a dar conhecimento dos relatórios de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Audit. n.º 23/2010-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/108.15) – “Tesoureiro da Administração Regional de Ponta Delgada”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2010.11.23

Referência: 04.01.06/1/IX.

Listagem do expediente presente na sessão

1 - RELATÓRIOS E PARECERES

Audição, nos termos do n.º 1 do artigo 102.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do Secretário Regional da Presidência sobre a distribuição da Publicidade Institucional

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 24;

Sobre o Projecto de Lei nº 439/XI (PCP) – Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 24;

Sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 351/2010 – “Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 127/2008, de 21 de Julho”

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 24;

Sobre o Projecto de Resolução nº 14/2010 – Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2010 – 11 – 24;

Sobre as Propostas de Alteração à Proposta de Lei n.º 42/XI/2ª – Orçamento de Estado para 2011

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2010 – 11 – 24.

RELATÓRIO E PARECER SOBRE o projecto de lei nº 439/XI (PCP) – Lei orgânica do regime do referendo regional

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 5 de Novembro de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Lei nº 439/XI (PCP) – Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional.

O Projecto de Lei, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no

passado dia 26 de Outubro e foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo.

O prazo para a pronúncia não pode ser inferior a 20 dias quando se tratar de parecer a emitir pela Assembleia Legislativa, excepto em situação de manifesta urgência devidamente fundamentada e declarada pelo órgão de soberania. Tudo como resulta do disposto no artigo 118º, n.ºs, 4 e 5 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a ambiente é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA INICIATIVA

a) Na generalidade

A iniciativa em apreciação pretende estabelecer o regime do referendo regional, definindo os casos e os termos em que o mesmo pode ser realizado. O referendo de âmbito regional está previsto no nº 13 do artigo 115º da Constituição da República Portuguesa.

O regime do referendo é matéria da reserva absoluta de competência da Assembleia da República, como resulta do disposto no nº 2 do artigo 164º da Constituição, revestindo a forma de lei orgânica, nos termos do nº 2, do artigo 166º da mesma Constituição.

b) Na especialidade

Na análise na especialidade não foram apresentadas propostas de alteração.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP*, face à matéria da iniciativa legislativa e ao objecto da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, já instalada, consideram que a matéria respeitante ao regime do referendo regional deve ser objecto de análise em sede daquela Comissão, que origine, eventualmente, uma iniciativa legislativa da Região junto da Assembleia da República, pelo que a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deverá abster-se de dar parecer sobre a presente iniciativa.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, não emitir parecer sobre o Projecto de Lei nº 439/XI (PCP) – “Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional”, por considerar que esta matéria deverá ser objecto de um mais amplo debate no seio da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 5 de Novembro de 2010

A Relatora, **Isabel Almeida Rodrigues**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE o projecto de decreto-lei nº 352/2010 – adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao decreto-lei nº 127/2008, de 21 de julho

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 5 de Novembro de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Decreto-Lei nº 351/2010 – Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 127/2008, de 21 de Julho.

O Projecto de Decreto-Lei deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 8 de Outubro e foi enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo.

O prazo para a pronúncia não pode ser inferior a 20 dias quando se tratar de parecer a emitir pela Assembleia Legislativa, excepto em situação de manifesta urgência devidamente fundamentada e declarada pelo órgão de soberania. Tudo como resulta do disposto no artigo 118º, nºs, 4 e 5 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa a ambiente é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIACÃO DA INICIATIVA

a) Na generalidade

Em síntese, a iniciativa procede ao alargamento, em sessenta dias, dos prazos para transmissão, à Agência Portuguesa do Ambiente, das informações relativas às emissões para o ar, água e solos dos poluentes e das transferências para fora do local dos resíduos perigosos e não perigosos e dos poluentes presentes em águas residuais, nos termos do Regulamento (CE) nº 166/2006, bem como o prazo para transmissão, à mesma Agência, das estimativas de emissões e transferências de poluentes, quando os operadores não tenham cumprido as obrigações de comunicação e informação a que estão adstritos.

É, ainda, estabelecido um regime provisório para a transmissão de dados e informações relativas ao ano de 2010.

A iniciativa procede à substituição do Anexo ao Decreto-Lei nº 127/2008. Na nova versão a Agência Portuguesa para o Ambiente passa a autoridade competente para um conjunto de actividades, nomeadamente quanto a instalações para produção de tijolos de cimento e cal e instalações para valorização ou eliminação de resíduos perigosos e não perigosos.

b) Na especialidade

Na análise na especialidade não foram apresentadas propostas de alteração.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e a Representação Parlamentar do PCP nada têm a opor à iniciativa legislativa em apreciação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, os quais não se pronunciaram.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho conclui pela adequação da iniciativa e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Decreto-Lei n.º 351/2010 – “Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de Julho”.

Horta, 5 de Novembro de 2010

A Relatora, **Isabel Almeida Rodrigues**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 14/2010 – SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO E TELEVISÃO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 10 de Setembro de 2010, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Resolução nº 14/2010 (PSD) – “Serviço de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores”.

O mencionado Projecto de Resolução, iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 21 de Abril de 2010, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A iniciativa dos Deputados quanto à apresentação de projectos de Resolução funda-se no disposto no artigo 31º, nº 1, alínea d) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro.

Nos termos do disposto no artigo 145º do Regimento da Assembleia Legislativa, aplicam-se aos projectos de Resolução, com as devidas adaptações, as disposições regimentais relativas ao processo legislativo comum, com excepção das enumeradas no nº 1 daquele artigo.

O debate em plenário das iniciativas é precedido da apreciação pelas comissões especializadas permanentes, cabendo-lhes elaborar os correspondentes relatórios, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa nº 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria de comunicação social é competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DA INICIATIVA

A iniciativa em apreciação pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie, por iniciativa própria, sobre a existência de uma serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores.

Em síntese, e nos termos da iniciativa, deve ser garantida pelo Estado, directamente ou através da contratualização com outras entidades, em condições de eficácia e qualidade adequadas à realidade arquipelágica dos Açores, bem como a autonomia administrativa e financeira correspondentes às necessidades e exigências deste serviço público.

Capítulo IV

CONTRIBUTOS DE OUTRAS ENTIDADES

Audição do Secretário Regional da Presidência

Na reunião de 12 de Maio, p.p., a Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Presidência.

A audição começou com uma intervenção do Deputado Pedro Gomes, do PSD, que referiu o inegável valor político que, na sua perspectiva, esta iniciativa apresenta e sublinhou a importância do serviço público de rádio e televisão para a coesão comunicacional da Região Autónoma dos Açores e para uma melhor e mais profunda divulgação dos Açores junto das comunidades do Continente e da diáspora.

Prosseguindo a sua intervenção, o Deputado referiu que o Centro dos Açores através um momento de dificuldades que resultam duma leitura errada da dimensão do serviço público, cuja obrigação de financiamento cabe ao Estado, que tem sido padrasto nesta matéria. Entende o Deputado que o Estado deve transmitir orientações para o Centro Regional dos Açores, o qual deverá ter outra capacidade de gestão e administrativa. Acrescentou que o Projecto de resolução em apreciação

visa reafirmar o serviço público de rádio e televisão e a sua importância para os Açores e para os Açorianos, consubstanciando uma tomada de posição política, no sentido de reclamar melhores meios financeiros para que desempenhe a sua função de coesão.

Usou, depois, da palavra o Secretário Regional da Presidência, que começou por afirmar que o Governo está de acordo com aquilo que na proposta de diploma é conceptual ou decorre da lei. O Governo comunga do papel fundamental que, na arquitectura do sistema autonómico, se atribui à RTP Açores. Acrescentou que o Governo também comunga da concepção desse serviço público como veículo de divulgação dos Açores junto dos açorianos e das comunidades e manifestou o entendimento de que este serviço é incumbência do Estado, a quem compete garantir a sua existência e o seu financiamento.

O governante prosseguiu a sua intervenção dizendo que não existe fundamentação concreta que coloque este sistema em risco e considerou difícil de compreender que esta iniciativa dê a entender que estamos numa fase de alteração do diploma em que o sistema se funda. Considerou que a fundamentação da iniciativa em rumores é desajustada, uma vez que desconhece qualquer tomada de posição pública nesse sentido.

O Secretário Regional referiu que a iniciativa, em vez de fazer a apologia daquilo que existe e da sua importância para os Açores, optou pela consideração do que aconteceria se o que hoje existe deixasse de existir, acrescentando que o Governo não encontra, na prática e actuação da empresa e dos seus responsáveis, fundamento para esta posição. O Governante considerou que a recomendação feita na iniciativa está mal dirigida, porque dirigida ao Estado, quando o que está em causa é uma empresa pública, tendo especificado que a autonomia tem a ver com a forma e lógica de gestão da própria empresa, sendo a esta que a recomendação deveria ser direccionada.

O Governante considerou que a referência, feita na iniciativa, ao exercício directo ou indirecto pelo Estado, pode interpretar-se como uma porta aberta à iniciativa privada, estando, nesta matéria, em completo desacordo.

O Secretário Regional aludiu à abstenção do PSD, em sede da Comissão, relativamente à alteração da Lei da Rádio, tendo considerado que fica a dúvida sobre o que se pretende especificamente em relação à rádio.

Ao terminar a sua intervenção inicial, o Secretário Regional referiu que a iniciativa reproduz, em grande parte, aqueles que são os princípios legais consagrados e considerou que, não havendo que temer a alteração desses princípios, não há necessidade da sua reafirmação.

Seguidamente usou novamente da palavra o Deputado Pedro Gomes, que pretendeu clarificar as questões suscitadas pela intervenção do Secretário Regional da Presidência e referiu que esta não seria a primeira vez que o Parlamento aprovaria uma iniciativa dirigida ao Governo da República, enquanto principal accionista das empresas públicas. O deputado acrescentou que o contrato de concessão não faz com que o Estado se demita da sua obrigação de garantir o serviço público de rádio e televisão nos Açores, pelo que considerou que este é o momento de reafirmar o óbvio, até porque, na sua opinião, da audição do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, resultaram sinais preocupantes.

O deputado questionou o Secretário Regional sobre a opinião do Governo sobre o estado da rádio e televisão dos Açores e considerou que no ponto 1. da iniciativa não há qualquer referência a privatização.

A Deputada Isabel Almeida Rodrigues, do PS, lembrou que a lei já atribui a gestão corrente ao Centro Regional e pretendeu saber como é que o PSD Açores se posiciona, quanto ao serviço público de rádio e televisão dos Açores, face às declarações do seu novo líder, que defendeu a privatização da RTP, SA.

O deputado Pedro Gomes respondeu à Deputada dizendo que o serviço público deve ser pago pelo Estado, tendo considerado que este princípio não briga com qualquer outra solução que venha a ser assumida em relação ao Continente.

No uso da palavra, o Secretário Regional da Presidência considerou que o Grupo Parlamentar do PSD tem andado distraído nos debates sobre esta matéria, nos quais a posição assumida pelo Governo tem sido de defesa do modelo actual, devendo ser o Estado a financiar o serviço público de rádio e televisão nos Açores. O

governante considerou que as necessidades de serviço público da Região não se coadunam com as exigências de gestão de empresas privadas e afirmou que o Governo não está satisfeito com a situação da RTP Açores, mas que existem progressos assinaláveis quanto às instalações e aos recursos humanos.

A Deputada Zuraida Soares, do BE, considerou nada ter contra a iniciativa mas a mesma é chover no molhado. Acrescentou que o ponto 1 da iniciativa deixa a porta aberta para várias interpretações, o que coloca muitas dificuldades ao voto favorável do seu Grupo Parlamentar. Contudo, considerou que sendo a RTP uma empresa pública, a responsabilidade é, em última análise, do Estado, pelo que entende que a recomendação está bem dirigida.

O Deputado Luís Silveira, do CDS/PP, questionou sobre o Secretário Regional relativamente ao que o Governo pensa fazer para que se dêem passos decisivos no serviço público de rádio e televisão na Região, tendo considerado manifestamente pouco o que foi feito até agora.

Respondendo às questões colocadas pelos deputados, o Secretário Regional começou por referir as formas de actuação do Governo, concretamente junto da RTP Açores, enquanto entidade que colabora no seu financiamento, orientado para melhorar a qualidade técnica e reforçar a dimensão regional do centro, permitindo que os três centros funcionem em condições de igualdade enquanto produtores e gestores de informação. O governante referiu que está em análise um reforço da RTP Açores junto da diáspora e que o Governo é um cliente da RTP Açores, apoiando a produção de conteúdos com qualidade técnica e interesse cultural.

Referindo-se a um outro vector da acção do Governo, o Secretário Regional referiu um conjunto de iniciativas e diligências de sensibilização, chamando a atenção para as necessidades do serviço público de rádio e televisão nos Açores e conclui esta sua intervenção reafirmando a defesa clara e inequívoca do financiamento pelo Estado do Centro Regional dos Açores da RTP, SA.

O deputado Luís Silveira considerou que a questão concreta que colocou não foi respondida e insistiu no seu esclarecimento, tendo considerado que o problema não se resolve com o apoio que tem sido dado pelo Governo Regional e que a igualdade está em causa quanto aos repórteres de ilha.

Respondendo ao Deputado, o Secretário Regional referiu novamente as duas vertentes de apoio financeiro e sensibilização e especificou o protocolo assinado no mês de Abril, na Horta, relativo às instalações nesta cidade, o que aconteceu por intervenção das entidades e autarquias locais, numa procura partilhada de soluções, embora considere que a concretização dessas soluções não ocorre ao ritmo desejável.

Quanto à questão da procura de igualdade, o governante esclareceu que se tem sido em vista, sobretudo, os três centros regionais de produção e que a contratualização dos repórteres de ilha tem a ver com a responsabilidade e organização da empresa.

Audição do Director do Centro Regional dos Açores da RTP, SA

A Comissão pretendeu ouvir o Director do Centro Regional da RTP, SA, o qual, convidado para o efeito, entendeu não prestar declarações por a matéria extravasar as suas competências enquanto Director do Centro Regional. Na sequência desta recusa, foi solicitado parecer ao Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., o qual nunca respondeu.

Audição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da RTP, SA

A audição iniciou-se com uma intervenção do Deputado Clélio Meneses, do PSD, na qualidade proponente da iniciativa, o qual referiu a importância do canal público de rádio e televisão nos Açores e que o respectivo serviço se tem desenvolvido com muitas dificuldades, mas com o empenho dos trabalhadores. Considerou que os novos tempos implicam novos desafios e referiu as notícias recorrentes sobre as dificuldades, a vários níveis do serviço, como é caso de instalações, recursos humanos e autonomia administrativa, que põem em causa o serviço.

O Deputado também referiu notícias recorrentes sobre um possível encerramento do canal e de a emissão passar a ser feita a partir de Lisboa, o que é um ataque do centralismo. Disse que o PSD entende que era essencial que o Parlamento tomasse

uma posição inequívoca sobre a existência do serviço público dos Açores e a consagração da necessária autonomia financeira.

O Dr. José Lourenço comentou a intervenção do Deputado, dizendo concordar, na generalidade, com o que foi afirmado, à excepção das notícias sobre o encerramento do canal de televisão. A sua experiência permite-lhe garantir que nunca transpareceu estar em perigo a existência do serviço.

Quanto às dificuldades, considerou que as mesmas existem e disse que, em 2008, reuniu com dezenas de entidades da vida política, autarquias e elementos da RTP, e que dessas diligências resultou um relatório do qual ressaltava a falta de autonomia administrativa e financeira com que a RDP e a RTP se defrontavam nos Açores.

Considerou que os problemas mantêm-se e disse que a Comissão Permanente do Conselho de Opinião visitara a Terceira e o Faial para complementar esse pulsar do funcionamento da RTP Açores e que o Conselho de Opinião tenta influenciar o Conselho de Administração no sentido da resolução dos problemas, mas entende que a questão é essencialmente política, porque se trata de revolucionar completamente o modelo de gestão.

Referiu a existência de uma confusão, não saudável, que concentra na figura do director a gestão e a direcção de informação, a qual é, até, de duvidosa legalidade.

Manifestou o entendimento de que deverá separar-se a área da gestão da direcção de informação e de programas e que se o Centro Regional pudesse associar autonomia administrativa e financeira à autonomia editorial, não fazem qualquer sentido situações como as que se passam com as passagens de convidados da RTP.~

Referindo-se à carência de meios humanos, comparou o orçamento da RTP Açores, de 10 milhões de euros, com o da RTP Madeira, de 9 milhões de euros e considerou que, com a nossa dispersão são necessários correspondentes nas ilhas, o que implica um financiamento completamente diferente. Disse que esta matéria constou do relatório que mencionou atrás, mas que nada se alterou e considerou que este estado de coisas só se alterará se houver conjugação entre poder legislativo e executivo.

O Deputado Aníbal Pires, do PCP, usou da palavra para questionar o Conselheiro sobre se o facto de não haver autonomia administrativa e financeira condiciona ou não a autonomia editorial.

Respondendo ao Deputado, o Conselheiro considerou que há implicações entre os meios à disposição e o serviço que é prestado e considerou que as declarações do Director do Centro Regional espelham essa realidade e que são patentes as carências de recursos humanos. Considerou, ainda, que os recursos obsoletos, o problema dos repórteres de ilha, a falta de autonomia e a carência de meios têm implicações na autonomia editorial, a qual pode vir a ser prejudicada.

O Deputado Luís Silveira, do CDS/PP, questionou o Conselheiro sobre a qualidade da informação e produção, tendo o Dr. José Lourenço manifestado o entendimento de que a qualidade, na área da informação, tem registado progressos, a par de uma decréscimo da produção e da respectiva qualidade, decorrente de carências orçamentais.

A Deputada Isabel Almeida Rodrigues, do PS, questionou o Conselheiro José Lourenço se o mesmo considerava o actual modelo de serviço público de rádio televisão nos Açores adequado, ou se o mesmo careceria de alterações substanciais.

Respondendo à Deputada, o Conselheiro disse que o modelo terá uma estrutura básica essencial para ser reformado no sentido de uma maior autonomia e que não grande a revolução, se a RTP SA considerasse os centros regionais dotados de orçamento próprio e autonomia, com separação das áreas editorial e de gestão. Entende que deveria ser dada uma outra orientação ao modelo existente e que seria mais aconselhável que a direcção de informação fosse eleita e a gestão nomeada pela empresa.

O Deputado Hernâni Jorge, do PS, interveio para afirmar que o actual modelo conceptual do serviço público de rádio e televisão já prevê a gestão corrente, feita no quadro da empresa. Considerou que, eventualmente, deveria existir uma melhor especificação das obrigações de serviço Público.

Comentando a intervenção do Deputado, o Conselheiro disse que será no contrato de serviço público que poderão ser consagradas as alterações e reiterou que a

batalha tem que ser travada na área política e legislativa, deixando, desde logo, de considerar-se os centros da Madeira e dos Açores como centros regionais. Considerou que o modelo de organização não se enquadra nas necessidades de serviço público nos Açores, que deve permitir uma cobertura equilibrada de todas as ilhas e que, se existe um espaço onde faz sentido um serviço público de rádio e televisão, esse espaço é a Região Autónoma dos Açores.

O Deputado Clélio Meneses defendeu que existe uma tese que defende que o actual modelo é suficiente e adequado e tem que ser melhor trabalhado e uma segunda tese que defende que o actual modelo tem que ser reformulado, tendo pedido ao Conselheiro que esclarecesse se era a favor da segunda tese.

O Conselheiro disse inclinar-se claramente para a segunda tese, pois o modelo actual não satisfaz. Considerou que este modelo tem uma base aceitável, mas que tem que ser alterado. Disse que a Região precisa de um orçamento próprio e de autonomia administrativa, financeira e editorial, com autonomia total para traçar os melhores caminhos para o serviço público. Considerou que se vive numa zona algo nebulosa e que as regras devem ser claras, o que só acontecerá se existir um orçamento para gerir.

Concordou com a generalidade das ideias fixadas no Projecto de Resolução que motiva a sua audição, mas considerou necessário explicitar muito bem a questão das contratualização com outras entidades, porque, na sua opinião, não é aceitável, em matéria de informação, que seja uma entidade externa a fazê-lo.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* manifestou a sua discordância face à iniciativa por considerar que a mesma deixa em aberto a possibilidade de privatização ou de concessão a entidades privadas do serviço público de rádio e televisão.

O *Grupo Parlamentar do PSD* considerou o tempo decorrido desde a entrada da iniciativa no Parlamento deu razão ao seu partido e que os argumentos que a fundamentaram foram reafirmados por todos os partidos. Considerou, ainda, que

uma aprovação da iniciativa por unanimidade retirar-lhe-ia qualquer carga partidária.

O **Grupo Parlamentar do CDS/PP** concordou com as reservas manifestadas à possibilidade de abertura a outras entidades, pelo que declarou abster-se e reservar a sua posição para Plenário.

O **Grupo Parlamentar do BE** manifestou a sua concordância quanto aos princípios gerais contidos na iniciativa, mas que a mesma, ao abrir a possibilidade de contratualização com entidades privadas, coloca em causa a posição do Estado num serviço a que está obrigado.

A **Representação Parlamentar do PCP** acompanhou a posição manifestada pelo Bloco de Esquerda e lamentou a ausência de resposta do Conselho de Administração da RTP, S.A., ao pedido de parecer efectuado pela Comissão.

Face às reservas demonstradas por todos os outros os partidos, o PSD anunciou a intenção de alterar a sua iniciativa.

Perante a proposta concreta de alteração do PSD, que se anexa ao presente relatório, os partidos manifestaram, por unanimidade, o seu apoio ao Projecto de Resolução.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Resolução nº 14/2010 (PSD) – “Serviço Público de Rádio e Televisão dos Açores”, considerando a proposta de alteração apresentada pelo proponente.

Ponta Delgada, 10 de Setembro de 2010

A Relatora, Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Hernâni Jorge

RELATÓRIO E PARECER SOBRE a proposta de lei n.º 42/XI QUE “aprova o Orçamento de Estado para 2011”.

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 29 de Outubro de 2011, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de apreciar e dar parecer sobre a Proposta de Lei n.º 42/XI que “aprova o Orçamento de Estado para 2011”.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente Proposta de Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro.

CAPÍTULO II APRECIACÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

A presente Proposta de Lei visa proceder à aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2011.

Esta proposta com o objectivo central de se alcançar o equilíbrio das contas públicas, apresenta ao nível fiscal e financeiro e da administração pública em geral, um conjunto de alterações que terão efeitos directos sobre o rendimento disponível das famílias açorianas e das suas empresas.

Quanto aos aspectos desta Proposta directamente relacionados com a Região, salientamos os seguintes:

O artigo 12.º da Proposta refere-se às transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para as Regiões Autónomas, que podem ser retidas nos casos previstos no n.º 1.

No entanto, essa retenção, no que respeita a débitos das regiões autónomas, não pode ultrapassar 5 % do montante da transferência anual (n.º 2).

Nos termos do n.º 2 do artigo 58.º da Proposta é estipulado que constitui receita própria da Região Autónoma dos Açores, € 10 080 762, destinada à política do emprego e formação profissional

No Capítulo IX é regulado o financiamento e transferências para as Regiões Autónomas, que estabelece, quanto às transferências orçamentais (artigo 37.º da LFR), um montante de € 291.771.812 para a Região Autónoma dos Açores e quanto ao Fundo de Coesão para as regiões ultraperiféricas (artigo 38.º da LFR), um montante de € 58.354.362.

No Orçamento de Estado para 2010 os montantes foram, respectivamente, de € 299.562.070 e de € 59.912.414, reduzidos em €2.500.000 pela Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho, registando-se uma diminuição total para 2011 de € 6.848.310, decorrente da aplicação exacta do disposto no n.º 4 do artigo 37.º e no artigo 38.º da referida Lei, sendo a taxa de actualização aplicada correspondente à variação do PIB a preços de mercado correntes em 2009.

Como contributo efectivo no âmbito da solidariedade recíproca, entre o Estado e as Regiões Autónomas, para a concretização do cumprimento das metas estabelecidas pelo presente diploma, no âmbito dos compromissos assumidos com as Regiões Autónomas, nas transferências decorrentes do n.ºs 1 e 2 do artigo n.º 90 estão incluídas todas as verbas devidas até ao final de 2011, por acertos de transferência decorrentes da aplicação do disposto no n.º 6 do artigo 5.º e nos artigos 30.º e 31.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro.

No artigo 91.º da Proposta, sob a epígrafe “Necessidades de financiamento das Regiões Autónomas”, estipula-se que as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não podem acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido, com excepção, devidamente autorizada pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, dos empréstimos e as amortizações destinados à regularização de dívidas vencidas das Regiões Autónomas.

É especificado, de acordo como SEC95, que o método de apuramento dos endividamentos líquidos das Regiões Autónomas corresponde à diferença entre a soma dos passivos financeiros, qualquer que seja a sua forma, incluindo, nomeadamente, os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos financeiros, em especial o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria.

No Capítulo IX, é consubstanciada as alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nomeadamente, a subida da taxa máxima do IVA no território continental para 23%. A referida subida, tem efeitos na Região Autónoma dos Açores, fruto da aplicação do n.º 2 do artigo 49.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2010, de 29 de Março e pela Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho.

Assim, é alterada a taxa máxima do Imposto sobre o Valor Acrescentado de 15% para 16% nos artigos n.ºs 98 e 102 do presente diploma.

O artigo 107.º do presente diploma estabelece uma nova redacção artigo 105.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho, referente a *Taxas nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira*, sobre cigarros fabricados nestas mesmas regiões.

A alteração proposta, modifica, apenas, a alínea a) do n.º 1 no sentido de alterar o *elemento específico* de um valor em euros para um valor percentual de taxação.

Neste sentido, chamamos à atenção que a alteração da alínea a) do n.º 1, do artigo 105, no sentido de alterar o *elemento específico* de um valor em euros para um valor percentual de taxação nos parece um erro, sendo a redacção presente no Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de Junho, a mais correcta.

As transferências para a Região Autónoma dos Açores ascenderão a €352 563 539, correspondendo €350 126 174 a transferências ao abrigo da Lei Orgânica n.º 1/2007 de 19 de Fevereiro, Lei de Finanças Regionais e €2 437 365 a transferências com origem nos Fundos e Serviços Autónomos.

No âmbito do PIDDAC, a proposta de Orçamento de Estado para 2010 contempla uma dotação global para os Açores, no valor de € 9,3 milhões de euros.

Salientamos que a diferença de valores no PIDDAC, face a 2010, resulta de ter deixado de estar inscrito dotações de cerca de 8,8 milhões de euros, referentes à construção de edifícios dos pólos universitários da Universidade dos Açores, na ilha Terceira e do Faial. O valor referido, de cerca de 8,8 milhões de euros em 2010, apesar de constar nas contas nacionais, não constituía qualquer despesa do Estado, dado que esta dotação tinha proveniência na componente de fundo comunitários alocados à Região Autónoma dos Açores

A Subcomissão, tendo em conta as especificidades regionais e previstas na Proposta, deu o seu parecer **favorável**, com os votos a favor dos Deputados do PS e com os votos contra do CDS/PP, do BE e do PCP. O PSD optou por não se pronunciar sobre o presente diploma.

Os Deputados do BE e do PCP apresentaram uma declaração de voto que se anexa ao presente relatório.

Os Deputados do PSD, declararam que as negociações em curso entre o Governo da República e o PSD podem conduzir a um documento com contornos e implicações diferentes, nesta medida, não tomaram qualquer posição sobre o diploma.

Declaração de Voto - BLOCO DE ESQUERDA

Esta proposta de Orçamento de Estado do Governo PS para 2011, tem previsíveis consequências na economia do País, em geral, e nos Açores, em particular:

-Recessão, desemprego e cerca de menos 40 milhões de transferências directas e de investimento para os Açores, relativamente a 2010.

Não somos obrigados a viver subjugados, nesta ditadura do capital financeiro e da banca. Há um orçamento alternativo, o Bloco de Esquerda apresentou esse orçamento, e quer provar que os portugueses e as portuguesas têm outro caminho para sair desta crise. Um caminho que não é o de serem sempre os mesmos muitos a pagar a incompetência de uns poucos.

Reconhecemos que a consolidação orçamental e a diminuição da dívida externa são essenciais, mas não aceitamos que sejam sempre os mesmos a pagar.

Portugal necessita duma autêntica revolução fiscal para criar justiça na economia:

- A simplificação fiscal, para acabar com o labirinto das fugas.

- Alteração do IRC, para combater as empresas-fachada que toda a vida dão prejuízos.

- Alteração do IRS, com aplicação do princípio do englobamento de rendimentos; taxação das saídas legais de capitais com destino a Offshores, em 25%. Segundo informação do Banco de Portugal, só este ano, já saíram mais de nove mil milhões de euros que, taxados, dariam uma receita de 2.250 milhões de euros.

Reduzir a despesa onde ela é desnecessária e exorbitante:

- Fusão, reconversão e eliminação de empresas públicas e municipais.

- Realização de auditorias a todos os programas de financiamento a fundações e entidades privadas.

- Renegociação de todas as despesas militares.

- Auditorias e a renegociação das parcerias público/privadas, nomeadamente na saúde.

- Corte nas consultorias jurídicas e assistência técnica não justificada.

Portugal necessita de investimento reprodutivo que crie emprego imediato, que fortaleça o mercado interno.

Portugal necessita garantir os pilares de uma sociedade que se quer democrática: necessita de mais e melhores apoios sociais, de mais e melhor educação, de mais e melhor saúde, e de mais e melhor mobilidade.

Este Orçamento de Estado é limitador destas necessidades e não promove a dinamização económica nem a justiça social.

Neste momento fecham, diariamente em Portugal, em média, 45 microempresas.

A nossa economia estará sem dúvida pior depois da aplicação das medidas deste Orçamento. Nós não aceitamos este discurso de suposta inevitabilidade que não passa de uma insensibilidade tremenda tanto social como económica.

O Bloco de Esquerda, só pode estar contra este Orçamento.

O Deputado do BE

Mário Moniz

Declaração de Voto da Representação Parlamentar do PCP Açores sobre a Proposta de Lei n.º 42/XI (GOV) - Orçamento do Estado para 2011

A Representação Parlamentar do PCP Açores considera que as medidas restritivas consignadas na Proposta de Orçamento de Estado para 2011 terão um impacto extremamente negativo sobre a economia regional e sobre as condições de vida dos açorianos.

A amplitude e profundidade dessas medidas irão afectar, de forma incontornável e imediata, todo o país, mas numa Região com as nossas fragilidades e características específicas, os seus efeitos serão ainda mais devastadores. O necessário equilíbrio orçamental nacional deve levar em conta as especificidades das Regiões Autónomas e não pode pôr em causa o seu crescimento económico e desenvolvimento.

As reduções salariais na função pública e o corte nas prestações sociais – seja pela via do seu congelamento ou da sua redução efectiva –, o aumento da carga fiscal – através da redução dos benefícios fiscais e do aumento do IVA, nomeadamente – irão reduzir ainda mais o rendimento disponível das açorianas e dos açorianos, tendo como efeito uma redução do consumo que poderá ser desastrosa para as nossas empresas e para o nosso mercado interno, com a pequena dimensão e fragilidade que são bem conhecidas de todos.

Especificamente, a redução das prestações sociais, e nomeadamente o anunciado corte de 20% na despesa com o Rendimento Social de Inserção, irá ser extremamente negativo e poderá assumir contornos verdadeiramente dramáticos no nosso tecido social, tendo em conta as situações de debilidade e mesmo de carência social que existem na nossa Região.

As medidas de austeridade propostas assumem nos Açores uma dimensão ainda mais injusta, considerando que os açorianos suportam não só custos mais elevados

devido à sua condição insular, como possuem rendimentos inferiores às de outras regiões do país.

Igualmente, o corte no investimento público desenvolvido através do PIDDAC, não só contribui para agravar o panorama recessivo em que se afunda a nossa economia como pode comprometer o desenvolvimento de projectos e infra-estruturas vitais para o desenvolvimento Regional.

Igualmente, a redução das indemnizações compensatórias às empresas públicas pode eventualmente comprometer serviços e benefícios estratégicos e fundamentais para a Região.

Mas, de especial gravidade é a proposta redução nas transferências do Orçamento de Estado para as Regiões Autónomas. Essa medida compromete em larga medida o direito da Região Autónoma dos Açores a definir as suas próprias vias de desenvolvimento e contraria o princípio da solidariedade nacional e lealdade institucional que devem reger as relações entre as Regiões Autónomas e o Governo da República e é, por tanto, inaceitável.

Assim, sobre a Proposta de Lei n.º 42/XI (GOV) - Orçamento do Estado para 2011, a Representação Parlamentar do PCP Açores considera:

que devem ser firmemente rejeitadas todas as medidas que, por via da redução salarial ou do aumento da carga fiscal, reduzam ainda mais o rendimento disponível das famílias açorianas e que ponham em causa o crescimento da economia regional;

que a redução das diversas prestações sociais do Estado irão ter um efeito extremamente perverso sobre a situação social açoriana;

que quaisquer cortes das despesas de investimento em sede de PIDDAC não podem pôr em causa o normal e célere desenvolvimento dos projectos em curso ou a lançar nos Açores;

como contestáveis e erradas as reduções das indemnizações compensatórias às empresas públicas, no sentido em que estas podem debilitar a solidez financeira de empresas que fornecem serviços estratégicos para a Região;

completamente inaceitáveis quaisquer reduções nas transferências de verbas do Orçamento de Estado para as Regiões Autónomas e exige o íntegro e escrupuloso cumprimento da Lei das finanças Regionais, assegurando desta forma o respeito pelos preceitos constitucionais e estatutários sobre esta matéria.

Tendo em conta o exposto, a Representação Parlamentar do PCP Açores emite parecer desfavorável à Proposta supra citada.

29 de Outubro de 2010

O Deputado do PCP, Aníbal Pires

O Relator, Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade, com a não pronúncia do PSD.

O Presidente, José de Sousa Rego

—

Pela Redactora: Ana Sofia Pereira da Silva Machado